

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA



Tese

**Problemas Biopolíticos:
corpo, raça e violência**

Bruna dos Santos Leite

Pelotas, 2024.

Bruna dos Santos Leite

Problemas Biopolíticos:

corpo, raça e violência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Schio

Pelotas, 2024.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

L533p Leite, Bruna dos Santos

Problemas biopolíticos [recurso eletrônico] : corpo, raça e violência / Bruna dos Santos Leite ; Sonia Maria Schio, orientadora. — Pelotas, 2024.

145 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Biopolítica. 2. Foucault. 3. Racismo. 4. Violência. 5. Decolonial. I. Schio, Sonia Maria, orient. II. Título.

CDD 194

Bruna dos Santos Leite

Problemas Biopolíticos: corpo, raça e violência

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18/10/2024

Banca examinadora:

Profa. Dra. Sônia Maria Schio (Orientadora)
Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Kelin Valeirão (UFPEL)
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Clademir Luís Araldi (UFPEL)
Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. André Brayner de Farias (UCS)
Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. David Inácio Nascimento (UFSJ)
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Para meu pai, Pedro.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste estudo, por meio da concessão de Bolsa de Doutorado por 33 meses.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPG-FIL), ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), ao corpo docente do PPGFil e aos técnicos-administrativos, pelo auxílio, orientações e pela colaboração no desenvolvimento das atividades discentes. Agradeço ao Colegiado, pela cordialidade na Representação Discente (2021-2022).

Agradeço à Profa. Sônia Schio, minha orientadora, pela disponibilidade, pela compreensão nos momentos difíceis e, também, pelos incentivos para que essa etapa acadêmica chegasse ao fim.

Agradeço à Banca de Qualificação: Prof. Clademir Araldi e pela Profa. Kelin Valeirão, que auxiliaram contribuindo para o aprimoramento da pesquisa.

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudos Ecopolíticas e Sul Global, pelos encontros, pelas ajudas e pelas trocas. Algumas questões dessa pesquisa também surgiram nos encontros do grupo e agradeço pelos diálogos.

Em especial, agradeço ao Prof. Nuno Castanheira, por aceitar a proposta do grupo, pelo apreço e pelo modo gentil e empático de tratar as pessoas.

Também agradeço ao colega e amigo querido Arlindo Martins Junior, pois sem ele a ideia do grupo não seria possível: obrigada pela parceria na jornada acadêmica, pela disponibilidade, pelos estudos, pelos cafés e pelo carinho.

Agradeço aos demais colegas, amigos e amigas que compartilharam os espaços virtuais e presenciais, pelas conversas, indicações de leituras, filmes e séries, pelos afetos na pandemia e após. Em especial, Ana Flávia, Lucilene, David, Rossana, Stefanie, Diego e Jaíne.

Agradeço ao meu pai, Pedro, e à minha mãe, Loiva, ao meu irmão Frederico e às minhas irmãs, Camila e Maria, pelo amor compartilhado, pela união, pelo apoio mútuo e por acreditarmos uns nos outros. Amo vocês.

Agradeço às outras pessoas da minha família, Ricardo, Lúcia, Eliane, Ísis, Sofia, Aurora e Felipe, por deixarem a vida mais leve e divertida.

*Das angústias de Macabéa eu carecia, para agraciar as
minhas. E de que viver, o que escrever se não
sangrassem em mim, as dores da estrela?*

(“Macabéa: flor de mulungu”, Conceição Evaristo)

RESUMO

LEITE, Bruna. **Problemas Biopolíticos:** corpo, raça e violência. Orientadora: Sônia Maria Schio. 2024. 145 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Na Contemporaneidade, as discussões sobre a biopolítica têm adquirido um espaço ampliado no âmbito acadêmico, em especial na Filosofia Política. Com base no pensamento de Michel Foucault (1926-1984), a presente pesquisa tem como enfoque analisar a recepção do conceito de biopolítica na América Latina e no Brasil, observando os modos como os autores e as autoras utilizam o léxico foucaultiano como “ferramentas teóricas” para analisar a atualidade. Em um mapeamento inicial, as teorizações de Foucault são apresentadas por meio dos campos de interdições nos quais as biopolíticas atuam. Essas áreas são: (i) medicina social e a questão da saúde pública; (ii) arquitetura urbana, formação das cidades e a segurança do território; (iii) o governo da população e a economia capitalista; (iv) corpo, raça e violência. A questão do corpo e da raça se destacam, tornando necessário o aprofundamento da investigação sob este viés. Desse modo, as contribuições de Achille Mbembe (1957–), Santiago Castro-Gómez (1958–), Sueli Carneiro (1950–) e Sílvia Almeida (1976–) são essenciais para a compreensão de como o pensamento de Foucault é abordado quando o enfoque é a relação entre corpo e raça, perpassados pela violência. Os “problemas filosóficos” são investigados enquanto “problemas biopolíticos”, que decorrem da intersecção entre o problema da administração da vida com as questões políticas do governo da população. O conjunto desses elementos teóricos mostra um caminho profícuo para se refletir criticamente acerca das formas como os indivíduos se comportam nas relações interpessoais. E ainda, contribui para o entendimento da relação entre o Estado e a população governada.

Palavras-chave: Biopolítica. Foucault. Racismo. Violência. Decolonial.

ABSTRACT

LEITE, Bruna. **Biopolitical Problems**: body, race, and violence. Advisor: Sônia Maria Schio. 2024. 145 p. Doctoral Thesis (PhD in Philosophy) – Institute of Philosophy, Sociology, and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

In the Contemporary, discussions about biopolitics acquire an expanded space in the academic field, especially in Political Philosophy. Based on the thoughts of Michel Foucault (1926-1984), this research focuses on analyzing the reception of the concept of biopolitics in Latin America and Brazil, observing the ways in which authors use Foucault's lexicon as "theoretical tools" for current analysis. In an initial mapping, Foucault's theories are presented through the fields of interdictions in which biopolitics operates. These areas are: (i) social medicine and public health issues; (ii) urban architecture, city formation and territorial security; (iii) the government of the population and the capitalist economy; (iv) body, race and violence. The issue of body and race stand out, making it necessary to deepen the investigation from this perspective. Thus, the contributions of Achille Mbembe (1957–), Santiago Castro-Gómez (1958–), Sueli Carneiro (1950–) and Sílvio Almeida (1976–) are essential for understanding how Foucault's thought is approached when the focus is on the relationship between body and race, permeated by violence. "Philosophical problems" are investigated as "biopolitical problems", which arise when there is an intersection between the problem of administering life and the political issues of governing the population. The set of these theoretical elements shows a fruitful path for critically reflecting on the ways in which individuals behave in interpersonal relationships. Additionally, it contributes to understanding the relationship between the State and the governed population.

Keywords: Biopolitics. Foucault. Racism. Violence. Decolonial.

RÉSUMÉ

LEITE, Bruna. **Problèmes biopolitiques: corps, race et violence**. Conseillère: Sônia Maria Schio. 2024. 145 f. Thèse (Doctorat en Philosophie) – Institut de Philosophie, Sociologie et Politique, Université Fédérale de Pelotas, Pelotas, 2024.

À l'époque contemporaine, les discussions sur la biopolitique ont acquis un grand espace dans la sphère académique, notamment en Philosophie Politique. Basée sur les réflexions de Michel Foucault (1926-1984), cette recherche se concentre sur l'analyse de la réception du concept de biopolitique en Amérique Latine et au Brésil, en observant la manière dont les auteurs utilisent le lexique de Foucault comme "outils théoriques d'analyse actuelle". Pour commencer, une première cartographie, les théorisations de Foucault sont présentées à travers des domaines d'interdits dans lesquels opère la biopolitique. Ces en sont: (i) la médecine sociale et la problématique de santé publique; (ii) l'architecture urbaine, la formation des villes et la sécurité territoriale; (iii) le gouvernement de la population et l'économie capitaliste; (iv) le corps, la race et la violence. La question du corps et de la race se pose, et pour ça il est nécessaire d'approfondir l'investigation dans cette perspective. Donc, les contributions d'Achille Mbembe (1957–), Santiago Castro-Gómez (1958–), Sueli Carneiro (1950–) et Sílvio Almeida (1976–) sont essentielles pour comprendre comment la pensée de Foucault est abordée lorsque l'accent est mis sur la relation entre le corps et la race, et imprégnés de la violence. Les "problèmes philosophiques" sont étudiés comme des "problèmes biopolitiques", qui surviennent lorsqu'il y a une liasson dans le problème de la gestion de la vie et les enjeux politiques de la gestion de la population. L'ensemble des éléments théoriques sont intéressants pour réfléchir de manière critique sur la manière que les individus sont dans ces relations interpersonnelles. Et encore, il contribue à la compréhension des relations entre l'État et la population gouvernée.

Mots-clés: Biopolitique. Foucault. Racisme. Violence. Décolonial.

RESUMEN

LEITE, Bruna. **Problemas biopolíticos:** cuerpo, raza y violencia. Asesora: Sônia Maria Schio. 2024. 145 f. Tesis (Doctorado en Filosofía) – Instituto de Filosofía, Sociología y Política, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

En la actualidad, las discusiones sobre biopolítica han adquirido un espacio ampliado en el ámbito académico, especialmente en la Filosofía Política. A partir del pensamiento de Michel Foucault (1926-1984), esta investigación se centra en analizar la recepción del concepto de biopolítica en América Latina y Brasil, observando las formas en que los autores utilizan el léxico de Foucault como “herramientas teóricas para el análisis actual”. En un mapeo inicial, las teorizaciones de Foucault se presentan a través de los campos de interdicciones en los que opera la biopolítica. Estas áreas son: (i) la medicina social y el tema de salud pública; (ii) arquitectura urbana, formación de ciudades y seguridad territorial; (iii) el gobierno de la población y la economía capitalista; (iv) cuerpo, raza y violencia. Se destaca la cuestión del cuerpo y la raza, por lo que es necesario profundizar la investigación bajo esta perspectiva. Así, los aportes de Achille Mbembe (1957–), Santiago Castro-Gómez (1958–), Sueli Carneiro (1950–) y Sílvio Almeida (1976–) son esenciales para comprender cómo se aborda el pensamiento de Foucault cuando el foco es la relación entre cuerpo y raza, impregnados de violencia. Los “problemas filosóficos” se investigan como “problemas biopolíticos” que surgen cuando hay una intersección entre el problema de gestionar la vida y las cuestiones políticas de gobernar a la población. El conjunto de estos elementos teóricos muestra una manera fructífera de reflexionar críticamente sobre las formas en que se comportan los individuos en las relaciones interpersonales. Además, contribuye a la comprensión de la relación entre el Estado y la población gobernada.

Palabras-clave: Biopolítica. Foucault. Racismo. Violencia. Decolonial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OS CAMPOS DE INTERVENÇÕES DAS BIOPOLÍTICAS	19
2.1. O PODER EM FOUCAULT	21
2.1.1 O contexto da Modernidade europeia.....	22
2.1.2. Do poder soberano para o biopoder	24
2.1.3. O surgimento da biopolítica	28
2.2. A MEDICINA SOCIAL E A INTERVENÇÃO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO.....	37
2.2.1. O surgimento da medicina social	38
2.2.2. A função do hospital	42
2.3. ARQUITETURA URBANA, FORMAÇÃO DAS CIDADES E SEGURANÇA DO TERRITÓRIO.....	44
2.4. O GOVERNO DA POPULAÇÃO E A ECONOMIA CAPITALISTA	48
2.5. CORPO, RAÇA, VIOLÊNCIA.....	54
2.5.1. O controle do corpo e da sexualidade	54
2.5.2. O racismo na base das biopolíticas	58
2.5.3. A guerra por outros meios: a violência cotidiana	61
3. DISCUSSÕES BIOPOLÍTICAS: DECOLONIALIDADE E NECROPODER ..	67
3.1. A DISCUSSÃO SOBRE DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA .	68
3.2. A “OUTRA” MODERNIDADE	75
3.3. A RAÇA COMO MARCADOR BIOPOLÍTICO	84
3.4. TERRITORIALIDADE, POLÍTICAS DA INIMIZADE E NECROPODER .	87
4. PROBLEMAS BIOPOLÍTICOS NO BRASIL: CORPO, RAÇA E VIOLÊNCIA	98
4.1. O BRASIL CONTEMPORÂNEO E A EMERGÊNCIA DOS PROBLEMAS BIOPOLÍTICOS.....	100

4.1.1. A política e a economia no Brasil do século XXI.....	101
4.1.2. A tecnologia, as redes sociais virtuais e o comportamento da população no século XXI	109
4.2. A RELAÇÃO ENTRE O RACISMO ESTRUTURAL E O PROBLEMA POLÍTICO DA VIDA.....	114
4.3. AS VIOLÊNCIAS SOBRE OS CORPOS.....	128
4.4. AS VIDAS SOB UMA BIO-NECROPOLÍTICA NO BRASIL	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	142

1. INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926-1984), filósofo e pensador francês, afirmou que a tarefa do filósofo é observar e analisar a realidade, visando a identificar os mecanismos de poder que a fundamentam. O autor parece que pretendia mostrar a existência de uma “engenharia” por “detrás” da realidade. Mas o que ele afirmou foi que muito do que os indivíduos fazem e acreditam ser um “hábito”, ou um “costume” ou uma “tradição”, não passam de regras e de normas que são estabelecidas por outrem, sejam as positivadas em leis, sejam aquelas realizadas no campo das relações interpessoais. Isso porque os indivíduos se constituem como sujeitos circunscritos por relações mediadas pelos dispositivos de poder.

De acordo com o pensamento de Foucault, o “poder” se configura como um “jogo de forças” em que há ações (de poder) exercidas por indivíduos (agentes) sobre outros indivíduos (assujeitados¹). Esse poder possui dinâmica e tensão próprias, estando em constante oscilação, transitando nas relações interpessoais. Neste sentido, para compreender a atualidade, deve-se entender como esses dispositivos funcionam e são exercidos nas relações.

Nesta perspectiva, a Filosofia Política pode auxiliar na busca em compreender a atualidade, por meio de estudos que examinam a forma como as relações humanas têm se constituído historicamente. Atualmente, vários/as autores/as dedicam seus esforços para estudar e teorizar sobre as definições que foram desenvolvidas por Foucault. Isso porque as ideias dele se mostram cada vez mais profícuas para analisar o complexo modo como ocorrem as relações interpessoais na Contemporaneidade. Neste contexto, o termo “biopolítica” adquiriu relevância, considerando que boa parte dos/as autores/ são latino-americanos/as, o que ressalta a importância da noção nos estudos

¹ Utiliza-se a expressão “indivíduos assujeitados” com referência à expressão “rede de assujeitamento” usada por Branco (2001) para se referir às relações entre indivíduos nas quais há uma imposição de regras e ações, em que um grupo de pessoas deve se submeter e agir conforme se espera delas. Um estudo anterior encontra-se em Leite (2020), no capítulo 1.

realizados atualmente em países que são ex-colônias e que tiveram parte de sua população escravizada e explorada.

A perspectiva foucaultiana, nesses contextos, possibilita o estudo da formação dos dispositivos e das estratégias de poder que formaram os discursos e as práticas sociais colonialistas. Essas práticas buscavam “civilizar” os povos ameríndios e os indivíduos escravizados, por meio da docilização de seus corpos. A discriminação e a hierarquização de indivíduos com base na cor da pele – determinando quem era livre e quem era escravo – perpassou a formação dos povos latino-americanos de um modo geral. No entanto, deve-se observar as particularidades de cada lugar, em especial o Brasil, que circunscreve esta pesquisa.

A “biopolítica” no pensamento de Foucault se refere às ações de governo que se exercem sobre o corpo objetivando o controle das condutas, do comportamento e das relações interpessoais. Essas ações são determinadas pelo Estado, por meio da promoção de Políticas Públicas que têm como fundamento a maximização da produtividade dos corpos. É preciso compreender que essa “maximização” não se refere apenas às questões econômicas do capitalismo, mas incluem a produção do corpo em relação ao conhecimento, às formas de viver e de se relacionar, bem como à produção da vida em si².

A temática da biopolítica se encontra em exemplos discutidos na atualidade brasileira, como as leis sobre a Previdência Social, as modificações nas leis trabalhistas, a questão do armamento civil, as campanhas de vacinação, a distribuição de medicamentos gratuitos, as formas de tratamento de usuários de drogas, as novas propostas de cuidados em saúde mental, a privatização da segurança pública, entre outros. Acrescenta-se também como exemplo, a condução da pandemia de Covid-19 em 2020, momento em que o Sistema de Saúde Público Brasileiro entrou em colapso, devido ao elevado número de pessoas infectadas e mortes. Isso ocasionou uma crise econômica, política e social, que se estendeu nos anos subsequentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da pandemia em maio de 2023³.

² A produção da “vida em si” refere-se às políticas de estímulo à natalidade que ocorreram no Brasil, por exemplo, durante o Período Colonial (1530-1821) para a ocupação territorial.

³ Ver: “OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19.” Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente> último acesso em 15/09/2024.

A variedade de exemplos expõe como a compreensão do conceito de “biopolítica” tornou-se relevante e necessária neste momento atual, tanto político quanto socialmente: as biopolíticas, de modo direto ou indireto, acabam incidindo sobre a vida cotidiana dos indivíduos. Além disso, os exemplos ilustram as maneiras de como ocorre a utilização de dados estatísticos e das taxas de probabilidade de nascimentos e de mortes, das faixas de expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras, da constituição da relação com o próprio corpo, etc., para a elaboração dos Programas de Assistência Social desenvolvidos pelos Estados.

A noção de biopolítica também está estritamente ligada à questão das práticas de liberdade e dos atos de resistência, que se refletem nas relações dos indivíduos com seus corpos. Por este motivo, os estudos que visam compreender quais foram as biopolíticas elaboradas, como elas foram desenvolvidas no Brasil, se tornaram relevantes. Desse modo, é possível ampliar o horizonte teórico de análises sobre as formas como indivíduos se relacionam entre si, contribuindo para a pesquisa atual e sinalizando para perspectivas de investigações relacionadas ao tema, com os desdobramentos deste.

A pesquisa se caracteriza como um estudo filosófico, a partir da pesquisa do termo “biopolítica” no contexto da sociedade brasileira. A problematização dessa pesquisa tem como questão norteadora: “Qual é a definição para o termo *‘biopolítica’* que é mais adequada para os estudos sobre a sociedade brasileira?”. Esse problema se desdobra em outras questões ainda incipientes de análise, tais como: quais foram os discursos advindos da Europa e incorporados no Brasil por meio das biopolíticas? Quais deles foram eficientes? Quais deles não apresentaram os resultados esperados? E, se isso ocorreu, como se configurou a readaptação deles? Além disso, como aconteceu a relação entre liberdade e poder? Quais foram as Políticas Públicas implementadas que visavam ao fomento da vida por meio do controle do corpo? Com o objetivo de buscar respostas para algumas dessas perguntas, a estrutura da pesquisa consiste na investigação da hipótese geral formulada e o desenvolvimento aprofundando pelas hipóteses específicas.

Atualmente, as pesquisas foucaultianas têm explicitado a necessidade de se utilizar as metodologias desenvolvidas por Foucault nas análises sobre ele ou com base no pensamento dele. Concordando com esta importante observação,

o método genealógico desenvolvido por Foucault será utilizado na realização desta pesquisa. Em outros termos, a genealogia é precedida pelo método de abordagem analítico, o qual expõe como o conhecimento é entendido: o objeto de estudo é exposto por meio de uma linguagem. Quem o faz é o sujeito cognoscente, aquele que organiza a pesquisa: elabora o problema, escolhe as bases teóricas, o método que melhor se adapta ao objeto de estudo (tema da pesquisa), e a realiza. Nesse contexto, a genealogia foucaultiana está centrada na análise nas relações de poder na sociedade, investigando as maneiras pelas quais o poder é exercido, tendo como eixo basilar a analítica do biopoder e, em consequência, da biopolítica, escopo deste estudo.

Embora o autor não tenha escrito uma obra específica sobre o método genealógico, ele elaborou em diversas obras e textos publicados nos anos 1970, aquilo que compreendia por genealogia, ainda que seja possível perceber a influência nietzschiana sobre o termo. O problema da genealogia é que ela “[...] é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados e várias vezes reescritos” (Foucault, 2017, p. 55). Neste sentido, a genealogia não trata de investigações que defendem o desdobramento meta-histórico das significações “ideais” que pesquisam a origem. Ao contrário, ela “marca a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona” (Foucault, 2017, p. 55), buscando analisar aquilo que não é dito, aquilo que não está explícito, aquilo que não está no olhar imediato de quem observa. Ela ocupa-se da descontinuidade dos discursos históricos que estão à margem dos grandes acontecimentos, mas que também moldam as maneiras de ser e de viver dos indivíduos.

Ainda de acordo com Foucault (2017), esse método prioriza as relações de poder na sociedade, sugerindo que deve ser utilizado em estudos sobre as relações de poder, observando a sociedade e a cultura por meio de múltiplos aspectos, considerando que cada um deles apresenta uma “experiência fundamental”. Além disso, como as relações de poder alteram-se conforme as épocas, dado que seus mecanismos vão se aperfeiçoando e se modificando, elas devem ser examinadas considerando o contexto específico no qual estão ocorrendo. A análise do poder deve considerar a dimensão histórica e discursiva, pois, desse modo, as estratégias específicas das técnicas de poder podem ser

visualizadas na investigação, pois ocorrem de determinada forma em dado momento e lugar.

Neste viés, a análise das biopolíticas, por meio do método genealógico foucaultiano, permite que se observe o movimento dos discursos: como eles foram elaborados, em qual momento, quais foram seus efeitos na sociedade e quais ainda estão vigentes. Esta maneira de estudo genealógico-biopolítico pode auxiliar na reflexão crítica de aspectos importantes da nossa atualidade brasileira, tais como: a questão do armamento civil, as campanhas de vacinação, a distribuição de medicamentos gratuitos, as formas de tratamento de usuários de drogas, as novas propostas de cuidados em saúde mental, a privatização da segurança pública, a condução da pandemia de Covid-19, combate à corrupção política, entre outros inúmeros temas.

Neste sentido, a tese possui como hipótese geral que a noção de “biopolítica”, enquanto ação política centrada na vida humana, precisa ser atualizada para se analisar o Brasil, considerando os aspectos específicos da formação social brasileira. Esses aspectos são explorados a partir de pensadores e pensadoras que problematizam o pensamento de Foucault relacionando-o ao contexto da sociedade brasileira. Assim, a estrutura das seções visa contemplar o desenvolvimento das hipóteses específicas.

Na seção 2, aborda-se a relevância do termo “biopolítica”, no pensamento de Foucault, para se compreender como os dispositivos de poder operam na Contemporaneidade. Inicialmente, a biopolítica é compreendida enquanto: (i) estratégia da relação saber-poder; (ii) como intervenção do biopoder (poder sobre a vida); e (iii) como arte de governar para a governamentalidade. Ao investigar as lacunas deixadas pelo autor, estas podem ser reelaboradas enquanto “problemas biopolíticos” para análises sobre a atualidade. O pensamento de Foucault é apresentado sob o viés dos campos de intervenções dos dispositivos de poder. A discussão dos problemas biopolíticos é organizado a partir de quatro campos de interdição: (i) medicina social e a questão da saúde pública; (ii) arquitetura urbana, formação das cidades e a segurança do território; (iii) o governo da população e a economia capitalista; (iv) corpo, raça e violência.

A biopolítica, neste viés, se torna uma importante ferramenta de análise das relações sociais tendo como base a questão da vida. Essa relação possui inúmeras imbricações e se inscreve em um determinado horizonte político,

social, econômico, cultural e territorial. Ao colocar o racismo como fundamento na constituição de biopolíticas, Foucault abriu um amplo caminho teórico que vem sendo trilhado por sucessores desde então. Entretanto, algumas lacunas deixadas pelo autor precisam ser analisadas e atualizadas conforme o contexto contemporâneo.

A proficuidade do tema se mostrou relevante para os estudos contemporâneos quando se observa a quantidade de artigos e de livros publicados sobre o assunto nos últimos anos. Além disso, boa parte dos/as filósofos/as que se inserem na perspectiva foucaultiana estão vivos/as e pesquisando ativamente. Por isso, a terceira seção, tem como horizonte de estudos essas abordagens que possuem como enfoque o contexto da atualidade, mas que também se propõem a verificar os limites do pensamento do autor. Nesta perspectiva, é importante a contribuição de Achille Mbembe (1957 –), filósofo camaronês, para compreender a passagem da biopolítica para a necropolítica. O pensamento deste autor tem impacto sobre as Teorias Críticas Latino-Americanas, em especial no Brasil, contribuindo para as discussões que estão sendo realizadas atualmente.

No cenário latino-americano, a biopolítica adquiriu relevância a partir dos estudos “decoloniais” que se expandiram pelo continente no início do século XXI. Os/as autores/as que realizam esses estudos estão preocupados em resgatar importantes aspectos históricos, culturais e antropológicos que foram destruídos e esquecidos com a colonização europeia, iniciada em 1492. Desse modo, há uma busca em re-conhecer a História dos povos negros e ameríndios, permitindo identificar elementos importantes para as análises de como foi constituída a relação entre a vida e a política na América Latina.

Nesse contexto, pode-se constatar que faltam estudos específicos que possam integrar o pensamento desses/as autores/as, no sentido de identificar as semelhanças e as diferenças de suas abordagens. No entanto, o trabalho desenvolvido por Santiago Castro-Gómez (1958 –), filósofo colombiano, tem destaque por integrar o pensamento de Foucault com o de Aníbal Quijano (1928-2018), sociólogo e pensador peruano.

Diante deste cenário, na seção 4, a discussão sobre os problemas biopolíticos é realizada a partir do marcador social da raça, relacionando os problemas sobre o corpo com a violência exercida sobre eles. Visando contribuir

com essa perspectiva na atualidade, dialoga-se com o pensamento de Sueli Carneiro (1950 –), filósofa e escritora brasileira, e Sílvio Almeida (1976 –), filósofo e advogado brasileiro, que fazem uma relação entre o pensamento de Foucault com as questões sobre o racismo na sociedade brasileira.

No Brasil, as pesquisas atuais sobre biopolítica são realizadas em diferentes áreas, demonstrando a prestabilidade, assim como a importância, do termo. Dentre os temas correlacionados, destacam-se: educação, racismo, saúde pública, segurança pública, esportes e exercícios físicos, nutrição e alimentação, pobreza, uso de drogas, infância, família, doação de órgãos, gênero, mulher, feminismos, saúde mental, trabalho, sexo, sexualidade, etc. Sob esta perspectiva, o estudo das relações entre corpo e poder é relevante, considerando a necessidade em se compreender de que forma ocorreram (e ainda ocorrem) a elaboração de biopolíticas no Brasil. Sob esta perspectiva, é importante a realização de estudos que visem a contribuir com a elaboração de novas perspectivas filosóficas acerca do Brasil Contemporâneo.

2. OS CAMPOS DE INTERVENÇÕES DAS BIOPOLÍTICAS

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover.
(Ailton Krenak)

A biopolítica se refere ao poder exercido sobre os corpos e as populações visando a gestão da vida. Os dispositivos biopolíticos incidem sobre as práticas relacionadas à saúde pública, à reprodução, à migração, às tecnologias biomédicas e outras áreas em que as ações do Estado atuam diretamente sobre o corpo e os processos vitais. Sob esta perspectiva, a biopolítica apresenta a relação entre dois problemas filosóficos clássicos: a “vida” e a “política”. O que se observa é que a vida e a política, quando são tratadas relacionadas (juntas), se configuram em “problemas biopolíticos”, porque são vidas que estão em risco (*bios*), afetando a população de um modo geral (político). Além disso, o problema da vida da população precisa ser “resolvido” em termos de governo, e não individualmente, desenvolvendo ações políticas a nível de sociedade (massificado). Neste viés, é fundamental compreender de que forma as biopolíticas se relacionam com a vida, se configurando como um problema político de gestão da população.

Na sociedade contemporânea, a política e a vida se interligam cada vez mais, se tornando fundamental ponderar sobre os problemas biopolíticos que afetam nossa existência. É essencial compreender que a formulação do conceito está diretamente ligada à análise dos problemas biopolíticos. Assim, há a possibilidade de compreendermos melhor quais são as decorrências disso na vida cotidiana.

A partir do exposto, é importante analisar as seguintes questões: (i) quais são os problemas biopolíticos indicados ou apresentados por Foucault?; (ii) em quais áreas eles estão concentrados?; e (iii) como se configura um problema biopolítico? Com base nesses questionamentos, a hipótese a ser desenvolvida nesta seção tem como pressuposto que Foucault, embora tenha conferido

relevância e notoriedade para o termo “biopolítica”, ele deixou diversas lacunas⁴ teóricas, nas quais algumas delas podem ser concebidas como “problemas biopolíticos”. Desse modo, é imprescindível vincular à noção de problema filosófico, caracterizando a dupla função da biopolítica: ao mesmo tempo que ela é (a) um analisador para se perceber um problema (através do método), é também (b) uma forma de construir uma correção e uma determinada organização da sociedade (por meio das ações políticas).

Nesta seção, aborda-se as maneiras como Foucault analisou a biopolítica: (1) como estratégia da relação saber-poder; (2) como estratégia de intervenção do governo sobre a vida; e (3) como arte de governar com base na relação entre economia e política. Os diferentes modos como a noção de “biopolítica” foi abordada por ele mostra como ocorreram alterações conceituais ao longo dos anos 1970.

Para este estudo é fundamental entender o movimento filosófico e de pensamento que Foucault propôs: utilizar o termo como uma “chave de leitura” para analisar e estudar um determinado momento e contexto histórico, realizando as modificações que fossem necessárias. Em especial, nota-se a atitude do autor enquanto um filósofo que se permitiu rever e repensar aquilo que já foi pensado por ele mesmo, visando compreender os acontecimentos e as novas formas como eles estão sendo narrados ao longo da História. O objetivo desse movimento é que seja possível perceber como se moldam as configurações políticas, sociais, culturais, econômicas, morais, dentre outros aspectos da vida hodierna.

Para se compreender o pensamento de Foucault, é importante observar que sua análise possui um recorte histórico específico: os séculos XVII-XIX da Europa Ocidental⁵. Nesse período, ele identificou que o poder se configurou de um modo distinto, marcando o início da Modernidade. Nesse momento, a vida adquiriu um valor para os mecanismos de poder, não apenas do Estado, mas que se propagam nos diversos níveis da vida social.

⁴ Algumas dessas lacunas foram expostas pelo próprio autor ao final dos cursos *Segurança, Território e População* e *Nascimento da Biopolítica*.

⁵ Ainda que no curso *Nascimento da Biopolítica* Foucault tenha tratado do século XX, a ênfase da biopolítica abordada por ele está no contexto dos sécs. XVII-XIX. A dificuldade encontrada por ele ao analisar o séc. XX será abordada adiante.

2.1. O PODER EM FOUCAULT

Em fevereiro de 1975, Foucault publicou a obra *Vigiar e Punir*, na qual ele apresentou o poder disciplinar, a disciplina e o corpo-dócil. Essa obra não está listada nas referências sobre biopolítica, pois nela o autor abordou especificamente a disciplina e os dispositivos jurídicos de segurança (por meio da vigilância) e das penalidades (aplicação das punições). Entretanto, *Vigiar e Punir* é importante para se compreender uma perspectiva do poder soberano e ilustrar algumas mudanças que estavam ocorrendo (ainda que de forma inicial) nas relações de poder e na forma como o corpo estava sendo tratado.

Foucault deu continuidade ao estudo dessas modificações nos anos seguintes, destacando-se o curso *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) e a obra *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, publicada em dezembro de 1976⁶. No que concerne ao estudo da biopolítica, esses textos se destacaram pela exposição da passagem do fim do poder soberano para o início do biopoder, bem como pela relação apresentada entre o poder e a vida. Tanto o curso *Em Defesa da Sociedade* quanto a obra *História da Sexualidade 1* apresentaram, cada qual com seu enfoque específico, a passagem de um poder que era exercido pelo direito de matar do soberano para um poder do Estado que visava a controlar a vida (e o corpo) em um nível biológico. A discussão empreendida por Foucault não se esgota nesses textos, pois ele retomou em outros momentos algum ponto ou outro, bem como já havia indicado essa problemática em discussões anteriores. Entretanto, observa-se que as referências que serão abordadas neste estudo apresentam assuntos e temas semelhantes, sendo possível averiguar os argumentos de Foucault a partir dos elementos correlacionados entre elas, explorando-se também as contribuições particulares de cada texto.

⁶ Embora *História da Sexualidade 1* tenha sido publicada alguns meses depois que Foucault ministrou o curso *Em Defesa da Sociedade*, ele iniciou a escrita da obra em 1972, por isso se observa que em ambos os textos, os assuntos e temas se assemelham. No curso *Em Defesa da Sociedade* verifica-se o desenvolvimento teórico que foi ilustrado no estudo do dispositivo da sexualidade, na obra citada.

2.1.1 O contexto da Modernidade europeia

A transição do feudalismo para o capitalismo iniciou no século XVII, com a industrialização nas fábricas e na produção agrícola, causando um impacto social considerável nas cidades urbanas e no campo. Na Europa Feudal, boa parte da população vivia no campo, enquanto nas cidades residiam a aristocracia e a nobreza, que administravam as questões políticas e econômicas da cidade. O quantitativo de pessoas que moravam nas cidades era inferior às que moravam no campo. Com a modernização dos processos agrícolas, a mão de obra necessária para o trabalho nos campos diminuiu, fazendo com que as pessoas sem trabalho migrassem para os grandes centros urbanos. Nas cidades, havia fábricas em expansão, com necessidade de muitos trabalhadores, em um momento em que não se exigia qualificação. Isso ocasionou o aumento desproporcional da população e as cidades não possuíam infraestrutura suficiente para receber esse enorme contingente de pessoas⁷.

As fábricas, por outro lado, ofereciam oportunidades de emprego aos recém-chegados, porém, em condições extremamente precárias, caracterizadas por ambientes insalubres, riscos à segurança, jornadas de trabalho extenuantes (com duração entre 10 e 16 horas diárias) e salários baixos. A insalubridade, em especial, é um aspecto crítico, pois está diretamente relacionada às condições de trabalho que comprometem a saúde física dos trabalhadores.

Nesse contexto, emergiu o “operariado”, um grupo composto por trabalhadores que, além de enfrentar as condições adversas nas fábricas, também viviam em ambientes urbanos igualmente prejudiciais à saúde. Essa realidade contrastava com a vida no campo, em que a proximidade com a natureza e o ar livre proporcionavam melhores condições de subsistência e menor exposição às doenças. Com o tempo, essa situação se agravou, pois as famílias enfrentavam a fome, uma vez que os salários escassos eram destinados às despesas como moradia, taxas e impostos (obrigações que, anteriormente, eram pagas por seus senhores). As longas jornadas e a baixa remuneração

⁷ Esse contexto foi abordado de forma aprofundada para fundamentar a discussão de Foucault sobre o biopoder em Leite (2020), seção 1.1. “O surgimento do biopoder na Modernidade da Europa Ocidental”.

afetavam profundamente a saúde física e mental dos trabalhadores, influenciando negativamente todos os aspectos de suas vidas.

Os problemas de moradias também apareceram, como o amontoamento de casas precárias; a alta umidade que causava mofo nas casas e atraía animais como ratos e baratas; a falta de espaço para a circulação de ar, fazendo com que os vírus e as bactérias rapidamente se reproduzissem naqueles locais; a inexistência de saneamento básico (esgoto a céu aberto) e falta de tratamento de águas. Tais condições causavam diversas doenças infectocontagiosas, gerando as grandes epidemias da época, com alto índice de mortes.

Isso mostrou que, quando se começou a tratar sobre a vida, foi necessário relacioná-la com a morte, no sentido de “cuidar da vida para evitar a morte”. Nesse contexto, se observa que na Europa as condições de vida estavam prejudicando as pessoas, aumentando o índice de mortalidade, mas que havia algum interesse do Estado em fazer com que este cenário se modificasse para que as vidas fossem poupadas e que os corpos fossem mais saudáveis e longevos. Além disso, com a formação do Estado Moderno (séc. XVII), houve a necessidade da estruturação do sistema jurídico, que envolveu a criação de leis e de um ordenamento da hierarquia dos poderes, separando a figura do soberano das decisões sobre a vida e a morte dos súditos (Foucault, 2017). Em termos de práticas cotidianas, isso significou a organização das proibições e das penas, fazendo com que a punição para determinado ato fosse a mesma para todos os indivíduos que o praticassem. Não era mais o soberano que determinava a punição (que poderia ser alterada conforme a casta social e posição na política), mas era a lei que definia a forma de punição. Em outras palavras, houve uma certa “unificação” das penalidades, que não dependia da posição do indivíduo na hierarquia social.

Na produção dos saberes, Foucault (2017) identificou o “nascimento do homem”, mostrando a constituição de saberes e as novas áreas do conhecimento que objetivavam o estudo do indivíduo, desde seus aspectos físicos, orgânicos e biológicos, até as questões psicológicas e emocionais. Ou seja, o “nascimento” do sujeito enquanto objeto de saber. É nesse momento que apareceram as diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a psicologia e a psiquiatria, a sociologia e a antropologia, bem como a separação entre

biologia, física e química, além da estatística e da probabilidade. O centro de todos esses estudos era o “homem”.

O corpo humano também “apareceu”, isto é, ele começou a ter uma importância não apenas na constituição dos saberes, mas foi igualmente necessário para o desenvolvimento da economia, pois o corpo dos operários constituía a força de trabalho para a industrialização e a ampliação do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, a vida é o corpo e aquilo que ele pode produzir. A vida é compreendida como “útil” apenas na medida em que produz algo, e o cuidado com o corpo é realizado somente quando é necessário para a manutenção da vida. Com isso, se extrairia a máxima potência produtiva do corpo (ainda que comprometendo os demais aspectos da vida, que são negligenciados pela característica exploratória do capitalismo, como o descanso, o sono, o lazer, as folgas etc.). Assim, a vida passou de “fim” para “meio”. Destaca-se que essa “produção do corpo” não se refere apenas ao trabalho, mas também às produções imateriais, que são os saberes e os discursos, incluindo a “produção da vida” (natalidade).

2.1.2. Do poder soberano para o biopoder

O interesse de Foucault se relacionava com a questão do “poder”: não sobre “o que ele é” (em que se buscava uma definição sobre sua natureza), mas questionar sobre os dispositivos de poder e os modos como operavam na sociedade. Conforme o autor afirmou, o poder é exercido na sociedade por meio de ações que são praticadas nas relações entre os indivíduos livres (Foucault, 1995; 2010). Em outras palavras, o poder é um ato que ocorre no âmbito das relações interpessoais, na qual um indivíduo age sobre o comportamento e as ações de outro(s) indivíduo(s). Por este motivo, Foucault realizou sua análise sobre o poder no campo da política.

Inicialmente, expôs que, dos fenômenos sociais que ocorreram no século XIX, ele considerou como um dos mais relevantes foi a “assunção da vida pelo poder”, que pode ser compreendida como “[...] uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo

menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (Foucault, 2010, p. 201).

Neste contexto, surgiu um novo modo de gestão da vida sob a forma do direito político, que complementa o direito soberano, “[...] que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (Foucault, 2010, p. 202). Essa transformação não surgiu “de uma hora para outra”, mas teve início quando o “problema da vida” apareceu na discussão política. Iniciando pela apresentação do poder soberano, Foucault (2013a) afirmou que o direito do soberano era assimétrico, pois o soberano podia exercê-lo pelo direito de matar: causar a morte ou deixar viver. “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 2013a, p. 148). Ele indicou uma importante modificação dos mecanismos de poder vigentes até então, mostrando que o poder de governar passou de um direito de morte, exercido pelo soberano, para um poder sobre a vida: “[...] um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 2013a, p. 148).

Sem cessar o direito de morte, o poder sobre a vida se associou ao anterior, e passou a ser exercido “positivamente” sobre a vida: ao invés de causar a morte, o soberano passou a investir no “fazer viver”. Neste sentido, a ação direta do Estado não era mais causar a morte, mas produzir a vida. E, por isso, objetivava controlá-la: dessa forma (controlando) foi possível mensurar as forças produtivas do corpo, elaborando controles e processos que visavam aumentar e eficiência do corpo, “melhorando” a vida. Essa forma de análise sobre o poder configurou a passagem do poder soberano para o biopoder. Foucault (2010; 2013a) abordou o “biopoder” enquanto o “poder sobre a vida”, que se exercia sobre o corpo (vida biológica) e sobre o comportamento (vida social), caracterizado pelo “fazer viver” e “deixar morrer”.

Essa “nova” forma de poder inverteu a “lógica” do poder soberano – que era um direito que se exercia sobre a morte (*causar a morte* ou *deixar viver*). Ou seja, houve uma mudança na relação com a vida (e com a morte) no que concernia ao governo dos indivíduos. A “nova mecânica do poder” se expressou

pela união da teoria da soberania com as técnicas disciplinares, por meio do sistema jurídico. “O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público de soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina” (Foucault, 2010, p. 33). Desse modo, o autor se afastou das análises que se organizavam com base nos princípios da soberania, para examinar o poder a partir das relações entre os sujeitos:

[...] se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos. (Foucault, 2010, p. 38)

O interesse de Foucault (2010) não estava na gênese do poder soberano, mas em como esse tipo de poder produziu e fabricou sujeitos. Ou ainda, em como as técnicas, os mecanismos, as estratégias e os dispositivos de poder se aplicavam no cotidiano, fazendo com que os indivíduos se submetessem aos procedimentos de dominação. Nesse contexto, Foucault (2013a, p. 151) afirmou que “[...] o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida”.

A partir dessa nova função, durante o século XVII, os dispositivos de poder foram desenvolvidos de duas formas principais: a disciplina como primeiro modo de exercício desse poder sobre a vida, enquanto “anátomo-política do corpo humano”, e um segundo momento de “intervenções e controles regulamentadores”, denominada como “bio-política da população”. Ou ainda, Foucault (2010) referiu-se à disciplina como a “primeira tomada de poder sobre o corpo” a partir da individualização; e à “biopolítica da espécie humana”⁸ como a “segunda tomada de poder pela vida”, que foi massificante. Nas palavras de Foucault (2013a, p. 152): “abre-se assim, a era de um bio-poder”.

O biopoder se configurou como um investimento sobre a vida, nos mais distintos níveis, desde o corpo individual (pelas disciplinas – “corpo-máquina”), estendendo-se até o corpo social, por meio do controle do comportamento da

⁸ Nesse momento, ele não realizou uma distinção explícita entre “biopolítica” e “biopoder”, utilizando-os em algumas passagens como sinônimos.

população, operando em um nível global e massificado (biopolíticas – “corpo-espécie”).

A primeira forma de biopoder, que já apareceu em *Vigiar e Punir*, foi a disciplina, surgiu na Europa Ocidental, entre o final do século XVII e a metade do século XVIII. Essa forma de poder se constituiu como os mecanismos e as técnicas de poder sobre o corpo de modo individual. O “corpo dócil” é aquele que é manipulado, modelado, adestrado e administrado para aumentar a força produtiva, pois quanto mais obediente, mais útil (Foucault, 2013b). Aqui se observa a noção de “corpo-máquina”, em que o corpo representava a extensão da máquina da fábrica. Essa ideia também pode ser aplicada a outros segmentos da sociedade que necessitavam das técnicas disciplinares para docilizar o corpo, como por exemplo, a escola, a igreja, os hospitais, os conventos, o exército e as prisões.

A disciplina foi aplicada para o controle dos gestos, na administração do tempo e da rotina, bem como para a distribuição dos espaços. Isso porque ela exercia uma atenção permanente sobre os detalhes e sobre os processos, relacionando com os resultados que eram alcançados e como poderiam ser maximizados. O poder disciplinar atua sobre o corpo individual, constituindo uma “anatomopolítica do corpo”, baseada na relação homem-corpo, pois “[...] a disciplina **tenta** reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (Foucault, 2010, p. 204, grifo nosso). Assim, foram elaboradas técnicas minuciosas, íntimas, na qual o indivíduo foi compreendido enquanto um “organismo com capacidades” (relação do “corpo-máquina”). Por isso, ela está presente, ainda na atualidade, em todos os níveis sociais, por meio de diversas instituições.

O poder disciplinar causa no indivíduo uma autocoerção, isto é, depois que o indivíduo se torna “docilizado”, ele mesmo exerce o poder disciplinar sobre si, ainda que não perceba esse movimento interno. Um exemplo disso foi ilustrado por Foucault (2013a) sobre a questão da masturbação das crianças e da histerização da mulher: o poder disciplinar tinha como objetivo controlar o corpo, fazendo com que a partir de uma ação, o corpo reagisse de determinada forma pré-estabelecida e esperada socialmente. Em outras palavras, o poder

disciplinar visava que um ato (de poder) provocasse uma determinada reação prevista ou, ainda, uma nova ação aperfeiçoada.

2.1.3. O surgimento da biopolítica

Complementar a esse poder disciplinar, a segunda acomodação do biopoder nas relações sociais apresentada por Foucault foi a biopolítica⁹, que apareceu durante o século XVIII, e não excluiu a disciplina, mas a englobou em seus mecanismos e dispositivos. Naquele momento, tinha como enfoque os processos que eram realizados pelos indivíduos em conjunto, ou seja, em nível de população, de “corpo-social”. Essa

[...] nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são os processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (Foucault, 2010, p. 204)

Desse modo, as ações biopolíticas estavam direcionadas para a totalidade da população, por meio de intervenções nos processos de massificação. Em outros termos, após ter dominado e controlado o corpo individualmente por meio da disciplina, os dispositivos de biopoder passaram a ter como centro a organização do comportamento social. Neste sentido, a biopolítica investiu sobre o “homem-espécie”, buscando controlar e organizar os processos biológicos do corpo, mas de forma massificada, ou seja, aplicada a um grupo de indivíduos de uma só vez, de modo coletivo, e não individualizado (como é o caso das disciplinas).

Nesse contexto, a produção de saberes realizada no início da Modernidade, na Europa, foi utilizada para elaborar as ações de governo visando organizar a vida das pessoas. Longe de ser algo abstrato, essas ações incidiram diretamente sobre o cotidiano dos indivíduos, como por exemplo, as Leis

⁹ O termo foi utilizado primeiramente em 1920, pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922). Com base no positivismo do francês Auguste Comte (1798-1857), a perspectiva deste autor propunha que o Estado fosse analisado como um organismo vivo e a biopolítica se configurava como a área de estudo que examina o Estado como uma forma de vida (RUIZ, 2012). Mas foi a partir do pensamento de Foucault que o termo ganhou relevância, devido a abordagem que o autor elaborou durante os anos 1970.

Trabalhistas e de Previdência Social. Essas ações se configuraram como biopolíticas, pois as relações de trabalho se relacionam diretamente à vida biológica e social. Como exemplo, as questões que envolvem a Previdência Social “tocam” no tema da aposentadoria, pois se baseiam em dados de expectativa de vida para determinar o tempo (em anos trabalhados) que cada indivíduo deve trabalhar e contribuir.

A partir deste cenário, podemos observar a ambiguidade da biopolítica com relação às formas de “fazer viver”. Por um lado, há a necessidade de fazer o corpo ser produtivo (extraíndo o máximo de seu potencial), ocasionando a criação de normas, de regras, de obrigações e de punições. Por outro lado, o investimento sobre o corpo deve gerar certos benefícios sociais e, por isso, de certo modo, proteger a vida. Nesse contexto, a vida e o corpo são tratados como sinônimos, pois estão intrinsecamente relacionados. Em outras palavras, a biopolítica se refere às ações sobre a vida que podem ser realizadas diretamente sobre os corpos, isso porque são esses corpos que precisam viver e, em contrapartida, são essas vidas (as quais se materializam organicamente por meio dos corpos) que precisam ser cuidadas e administradas.

Não se trata aqui de uma vida metafísica, como um “espírito humano” ou a “alma”, mas das vidas e dos corpos que vivem a rotina do cotidiano, que sofrem as dores e as doenças que decorrem de seus hábitos, de seus costumes, de suas tradições, de suas obrigações e de suas permissões. Há, por exemplo, a preocupação de proteger as vidas das mulheres, isso significa preservar os corpos, promovendo a segurança desses corpos que se movem e que têm o direito de ir e vir sem serem violados ou agredidos. O mesmo argumento da proteção da vida e do corpo se aplica às legislações que visam a combater e a penalizar os crimes de ódio¹⁰, como o racismo, a homofobia, a intolerância religiosa, entre outros. Em especial, pelo complemento à legislação a partir de ações políticas direcionadas à conscientização e à desconstrução dos padrões heteronormativos e patriarcais, acrescido de atitudes individuais e cotidianas de combate a qualquer tipo de preconceito e violência.

Foucault (2010) apresentou a biopolítica como *modos de intervenção* sobre os fenômenos globais que se configuravam enquanto problemas de

¹⁰ Ver: HARDY, S.J.; CHAKRABORTI, N. *Crimes de ódio*. In: CARLEN, P.; FRANÇA, L.A. (Orgs.). **Criminologias alternativas**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017, p. 345-363.

gestão da vida da população. O autor afirmou que essa forma de poder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, considerando os ajustes realizados nos fenômenos sociais, por meio da implementação de biopolíticas e das disciplinas. Ele expôs que a relação entre as ações políticas e os processos biológicos do corpo se tornou essencial e indissociável desde então, considerando que o principal domínio do biopoder era a vida, materializada no corpo. Nesse contexto, de acordo com Foucault (2013a, p. 155), podemos compreender a biopolítica “[...] para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”.

O biopoder acarretou modificações nas relações de poder em diversos âmbitos. Foucault (2013a) destacou alguns deles, como: a relação entre discurso científico, episteme e história, decorrente da forma como o biológico adentrou a relação entre história e vida; as tecnologias políticas do corpo, que consistiam no investimento sobre “[...] o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (Foucault, 2013a, p. 156). O poder sobre a vida necessitava de mecanismos reguladores e corretivos que operassem de modo contínuo. A lei atuava como norma reguladora, tornando um poder desse tipo (normalizador) aceitável no âmbito das relações interpessoais e sociais. Nessa nova tecnologia, “[...] os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto” (Foucault, 2010, p. 210).

Na perspectiva de Foucault, a disciplina foi a primeira acomodação dessa forma de poder e sua implementação foi “mais fácil”, pois sua atuação estava direcionada para um nível local e individualizado, operando sobre o corpo, ainda que por meio de múltiplas instituições (família, Igreja, escola, quartéis, fábricas, hospitais, etc.). Por este motivo, em relação à biopolítica, a disciplina ocorreu antes. A segunda acomodação interveio

[...] sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos da população, com os processos biológicos ou biossociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois, é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização. (Foucault, 2010, p. 210)

Nesse contexto, Foucault nomeou esses fenômenos de intervenção como “organodisciplina da instituição” (disciplina) e “biorregulamentação pelo Estado”

(biopolítica), destacando a complementaridade desses dois conjuntos de mecanismos, que se articulam entre eles. Como exemplos dessa nova forma de poder, Foucault (2010) indicou a cidade operária do século XIX e o controle exercido sobre a sexualidade. “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (Foucault, 2010, p. 212). O que ambos têm em comum é a utilização do saber médico para intervenção sobre a população por meio do corpo. “Portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população” (Foucault, 2010, p. 213).

Desse modo, o “biopoder” possui dois paradoxos. O primeiro paradoxo do biopoder é ser um “poder atômico”, isto é, “[...] o poder que se exerce, se exerce de tal forma que é capaz de suprimir a vida” (Foucault, 2010, p. 213). O segundo paradoxo é o “excesso de biopoder sobre a vida”, que

[...] aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontroláveis e universalmente destruidores. (Foucault, 2010, p. 213)

Esses dois paradoxos mostram a possibilidade de o biopoder terminar com a vida quando o interesse deveria ser em cuidá-la e garantir a sua manutenção e aperfeiçoamento. Isso porque essa tecnologia de poder atua duplamente sobre a vida: como *objeto* e como *objetivo*. Foucault destacou as forças de resistência que se insurgiram contra essa forma de poder no século XIX. “[...] Temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra contra o sistema que tentava controlá-la” (Foucault, 2013a, p. 158).

Nesse contexto, surgiu o que Foucault (2013a) denominou como “sociedade de normalização”, que tinha a norma disciplinadora somada à norma regulamentadora, configurando o poder enquanto domínio sobre a vida, tanto pelo corpo quanto pela população (corpo social). Ele acrescentou que as disciplinas funcionavam com base nas regras e nas normas, criando parâmetros de “normalidade”. Dessa forma, constituiu-se um padrão (um “normal”), que eram

aqueles indivíduos que estavam adequados e conformados às regras e às normas, bem como aqueles que não se enquadravam, eram considerados “anormais”. Esses mecanismos disciplinares da “sociedade de normalização” se perpetuaram até as sociedades da atualidade.

(a) o dispositivo de sexualidade

Pode-se indicar que a “biopolítica” aparece em *História da Sexualidade 1* das seguintes maneiras: (i) como intervenções e controles regulamentadores; (ii) como biopolítica da população; (iii) como tecnologias políticas do corpo; e (iv) como regulamentação das populações.

O primeiro elemento importante abordado por Foucault (2013a) para se compreender a definição de “biopolítica” é que o “poder sobre a vida” acoplou o “direito de morte” do poder soberano, modificando sua forma de execução, mas ainda exercendo o direito de fazer morrer a partir dos dispositivos normativos, positivados em lei. O segundo ponto de destaque é o direcionamento dos dispositivos de poder para a vida da população, por meio de mecanismos globais, totalizantes, massificados, que foram aplicados aos fenômenos sociais.

O desenvolvimento do dispositivo de sexualidade para a regulamentação das práticas sexuais é o terceiro ponto de relevância indicado. Isso porque o sexo era o “ponto de acesso” ao corpo individual ao mesmo tempo que era também uma forma de controle e organização do comportamento da população. Neste contexto, o quarto elemento a ser elencado é a importância da economia para o dispositivo da sexualidade e a importância do capitalismo para o desenvolvimento do biopoder.

Por fim, o quinto elemento de relevância foi o surgimento do racismo como base para a elaboração de políticas e ações do Estado para a regulamentação da formação familiar e os demais aspectos correlacionados. Ou seja, a importância da família para o desenvolvimento dos dispositivos de poder e de sexualidade.

(b) a população como campo de intervenções

A biopolítica possui duas facetas: ao mesmo tempo que controla o corpo e o comportamento, também promove o “fazer viver”, por meio de ações que visam a manutenção das vidas. Sob esse viés, Foucault indicou a “população”

enquanto um problema que precisava ser resolvido. De um modo geral, a população não apareceu apenas como um problema social, mas também político, científico, econômico, biológico e de poder. Neste sentido, quando

[...] observados individualmente, os problemas dos sujeitos não parecem corresponder aos problemas de uma população, contudo, ao massificar um problema, é possível verificar que as recorrências individuais são partilhadas por boa parte dos indivíduos, criando dispositivos de poder que visam corrigi-los coletivamente. (Leite, 2020, p. 39)

É o que ocorre, por exemplo, com as doenças sazonais¹¹, que podem ser compreendidas por meio dos “determinantes sociais”¹² e das “patologias sociais”¹³. Boa parte dos determinantes sociais criam patologias que precisam ser tratadas no nível populacional e não apenas individualmente. Por exemplo, a situação de um indivíduo que tem como determinante social morar em uma região com péssimas condições de moradia, sem saneamento básico (abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza urbana), com iluminação pública precária e falta de pavimento nas ruas e vias. Esse indivíduo possivelmente desenvolverá patologias, como problemas respiratórios quando há clima frio, chuva e com baixas temperaturas.

Contudo, essas patologias não são vivenciadas apenas por um indivíduo, pois não é um caso particular: existe um conjunto da população que vive nas mesmas condições e compartilha dos mesmos problemas, muitas vezes na mesma época. Isso constitui uma patologia social que, em um nível de atuação

¹¹ “Doenças sazonais” são aquelas cuja incidência varia de acordo com as estações do ano ou condições climáticas específicas. Essas variações estão frequentemente relacionadas a fatores ambientais, como temperatura, umidade, e alterações na circulação de patógenos. Exemplos típicos incluem a gripe, que tende a aumentar no inverno, e doenças respiratórias alérgicas, como a rinite, que se intensificam na primavera devido à maior concentração de pólen. As doenças sazonais podem afetar diferentes regiões e populações de maneiras distintas, dependendo das condições climáticas locais e das características epidemiológicas dos patógenos envolvidos.

¹² Os “determinantes sociais da saúde” são as condições socioeconômicas, culturais e ambientais nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e que influenciam diretamente sua saúde e bem-estar. Esses fatores incluem educação, renda, emprego, condições de trabalho, moradia, acesso a serviços de saúde, redes de apoio social, entre outros. Eles moldam as oportunidades de saúde ao determinar o grau de vulnerabilidade ou proteção dos indivíduos em relação a doenças.

¹³ “Patologias sociais” referem-se aos problemas sistêmicos que afetam o funcionamento saudável de uma sociedade. Esses problemas manifestam-se por meio de comportamentos, estruturas ou condições que comprometem o bem-estar coletivo e a coesão social, muitas vezes resultando em exclusão, violência, desigualdades sociais, pobreza, desemprego, criminalidade, discriminação, entre outros.

biopolítico, requer a realização de algumas medidas para que, no caso ilustrado, não se tenha, por exemplo, uma superlotação nos Hospitais e Serviços de Emergências da rede de atendimento da saúde pública. Nas práticas biopolíticas é possível perceber a população como um problema que precisa ser corrigido permanentemente, de modo coletivo.

Sob essa perspectiva, a biopolítica se configurou enquanto modos de intervenções em determinados fenômenos sociais, que visam ao controle e à organização da população de modo massificado e global. Desse modo, a biopolítica se efetivou entre as práticas de estímulo à vida (fazer viver) ou as formas de redução de investimentos à vida (deixar morrer).

A primeira forma de intervenção foi nos fenômenos da fecundidade, morbidade e natalidade, que atingiam a vida da população. A relação entre vida e morte se caracterizava pelo prolongamento da vida e o afastamento da morte. Nas palavras de Foucault (2010, p. 205): “[...] não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida [...], mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece”. Essa é uma perspectiva “positiva” da vida, porque a produz, a protege, estimula, cuida e a prolonga.

A segunda forma de intervenção biopolítica ocorreu sobre a questão da velhice e da aposentadoria, incluindo os problemas de incapacidade para o trabalho.

E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (Foucault, 2010, p. 205)

Um terceiro campo de intervenção biopolítica foi sobre o “problema da cidade”, que se relacionava com os meios necessários para a existência da espécie humana. Em outras palavras, a relação do lugar em que se vive e as condições para o “fazer viver”.

(c) as características da biopolítica

A primeira característica da biopolítica apresentada por Foucault (2010, p. 206) foi “[...] a população como um problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]”. Em *História da Sexualidade 1*, Foucault (2013a, p. 31) também expôs que a população surgiu como um problema econômico e político:

os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de *habitat*.

Nesse trecho, observa-se que, novamente, Foucault apresentou os mesmos problemas relacionados à população, assim como nos cursos *Em Defesa da Sociedade* e *Segurança, Território, População*, reforçando a noção de biopolítica enquanto intervenção sobre os fenômenos sociais relativos à vida da população. A população e sua existência biológica tornaram-se foco do Estado, que direcionou seus dispositivos de poder para exercê-los “[...] ao nível da vida, da espécie, da raça, dos fenômenos maciços da população” (Foucault, 2013a, p. 150). Nessa passagem, embora Foucault ainda não tenha mencionado o termo “biopolítica”, pode-se identificar as características dessa forma de governo, que era exercido sobre a vida da população, a partir dos fenômenos vivenciados em grupo. “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Foucault, 2013a, p. 150).

Sob esta perspectiva, a morte tornou-se o limiar da atuação de dispositivos de poder, pois com a morte do sujeito não há mais sobre o quê se exercer poder, porque a vida não existe mais. Além disso, com relação à morte, ela deixou de ser um espetáculo público de punição e de demonstração de poder do soberano, e se tornou algo privado, que se realizava fora dos olhares públicos. Conforme Foucault (2010), isso ocorreu devido às mudanças nas tecnologias de poder, que passaram a exercer poder sobre a vida, e não porque a morte se tornou algo religioso, cultural ou parte da tradição.

A segunda característica da biopolítica apresentada pelo autor foi a massificação dos fenômenos sociais, considerando-se a natureza de cada um.

Esses fenômenos são “[...] aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmos, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer” (Foucault, 2010, p. 206). Neste sentido, a natureza dos fenômenos sociais ganhou importância.

A terceira característica foi a implementação de novos mecanismos de poder, que executavam funções diferentes da disciplina, pois

[...] vai se tratar igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as **determinações** desses fenômenos no que eles têm de global. [...] E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa produção global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida. [...] mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (Foucault, 2010, p. 207, grifo nosso)

É interessante observar que Foucault estava em um processo de definição desse tipo de poder biopolítico, como se expressa na passagem a seguir, na qual ele se referiu como “regulamentação”:

[...] eis que aparece agora, como essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de **regulamentação** e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer. (Foucault, 2010, p. 207, grifo nosso)

Ainda em busca de caracterizar essa nova forma de exercício de poder, Foucault (2010) distinguiu duas tecnologias que estão sobrepostas: a tecnologia disciplinar do corpo (que é a “disciplina”) e a tecnologia regulamentadora da vida (que pode ser entendida como a “biopolítica”). Com relação a segunda, trata-se de

[...] uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura

controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. (Foucault, 2010, p. 209)

Esse viés permite identificar as áreas específicas de intervenção biopolítica, tais como: (i) medicina social, (ii) arquitetura urbana, (iii) governança populacional e (iv) questões relacionadas ao corpo, a raça e a violência. Assim, o caminho pela compreensão das complexidades e das implicações da biopolítica se inicia por meio dos variados domínios de intervenção sob os quais ela atua.

2.2. A MEDICINA SOCIAL E A INTERVENÇÃO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO

A primeira vez que Foucault falou de “biopolítica” foi nas Conferências realizadas na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), em 1974. Nesse período, ele estava estudando a relação entre saber e poder e, por isso, a temática de suas falas estava centrada na questão da medicina social e do papel do hospital.

A partir de uma contextualização histórica da Europa Ocidental, referente aos séculos XVII-XIX, Foucault “localizou” a biopolítica no âmbito da relação saber-poder que estava sendo realizada na medicina europeia. Nesse momento, lugares como Londres, Paris e Berlim iniciavam, cada um à sua maneira, uma forma específica de produção de saberes sobre o corpo. Com base nesses conhecimentos e “verdades”, elaboravam políticas de saúde pública e protocolos de medicina social para aplicação nas cidades. Essas políticas e protocolos tinham uma dupla função: cuidar da saúde da população (por meio do controle do corpo), mas também a organização do comportamento social. Somado a isso, o hospital adquiriu uma nova função: se tornou um lugar de produção desse saber sobre o corpo.

Na primeira conferência, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*, o autor tinha como problema a medicina moderna e sua relação com a economia capitalista, mostrando como ela se inseriu na dimensão global e coletiva da sociedade. A hipótese de Foucault (2017) era a de que a medicina moderna, compreendida como “científica” e “individual”, tinha como “pano de fundo” uma

“tecnologia social do corpo”, que foi desenvolvida durante os séculos XVIII-XIX, paralelamente (ou por meio de) ao desenvolvimento do capitalismo. Neste contexto, o corpo foi o primeiro objeto de saber no qual essa tecnologia foi aplicada, pois o corpo representava a força de produção e de trabalho. Nos termos de Foucault (2017, p. 144): “o corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”¹⁴. Desse modo, a medicina social enquanto estratégia biopolítica começou no corpo.

Foucault iniciou sua análise visando demonstrar como, na Europa Ocidental, a formação da “medicina social” ocorreu em três etapas, cada uma em um local diferente, mas uma potência econômica europeia na época. Podemos considerar que Foucault apresentou a formação da medicina social como uma estratégia (ou dispositivo) biopolítico que, embora tivessem sido elaboradas em lugares distintos, possuíam os mesmos fundamentos e objetivos: constituir um saber sobre o corpo que possibilitasse a organização e o controle da população. Esse saber era o saber médico, que caracteriza as três etapas indicadas por Foucault.

2.2.1. O surgimento da medicina social

A primeira etapa é chamada de “Medicina do Estado”. Ela foi realizada em Berlim, no século XVIII, com o aparecimento de uma “ciência do Estado”. Essa “ciência”, tinha o próprio Estado como (1) objeto de conhecimento e como (2) instrumento e lugar de formação de conhecimentos. Em outras palavras, “uma ciência estatal e sobre o Estado” (Foucault, 2017, p. 146). De acordo com Foucault, a inexistência de potência política alemã¹⁵ (representada pelas preocupações que surgiram sobre o funcionamento do Estado) e a estagnação do desenvolvimento econômico, que configuraram a crise burguesa alemã.

¹⁴ Destaca-se que este foi o único momento que Foucault utilizou o termo “biopolítica” na Conferência, não definindo nem o caracterizando. Entretanto, observa-se que o conteúdo das Conferências realizadas naquele momento esboçava as características de “biopolíticas”, embora essa caracterização se tornou explícita somente a partir da definição que Foucault elabora na obra *História da Sexualidade 1*.

¹⁵ A Alemanha se configurou enquanto potência política, nos termos abordados por Foucault, apenas em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na qual houve a unificação da nação alemã.

Estes fatores contribuíram para o surgimento da “Medicina do Estado”, que foi desenvolvida com base em práticas médicas que tinham como objetivo melhorar a saúde da população. Nas palavras de Foucault (2017, p. 148): “na Alemanha [...] se desenvolverá uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população”. Entretanto, o autor mostrou que o que entrou em vigor de modo efetivo foi a “polícia médica do Estado”, que consistia em um sistema mais complexo da correlação entre os dados de mortalidade e de natalidade, observando-se as características geopolíticas e as condições médicas. Além disso,

com a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada a medicina do Estado. (Foucault, 2017, p. 150).

Em resumo, a primeira etapa da medicina social foi caracterizada por uma “Medicina do Estado”, desenvolvida em Berlim durante o século XVIII, que esteve voltada para a formação de um corpo social estatal que precisava ser desenvolvido e aperfeiçoado.

A segunda etapa de formação da medicina social analisada por Foucault foi o aparecimento da “Medicina Urbana” em Paris, no final do século XVIII. Até aquele momento, as cidades francesas eram territórios múltiplos e heterogêneos. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, o problema da unificação do poder urbano se tornou inevitável. Neste sentido, a cidade deveria se tornar uma unidade, sob “um poder único e bem regulamentado” (Foucault, 2017, p. 152). Esse problema teve diversas causas enumeradas por Foucault, tendo maior relevância às questões econômicas e políticas.

A causa econômica estava relacionada à circunstância da cidade ser um lugar de relações comerciais. Havia uma “multiplicidade de jurisdição e de poder” (Foucault, 2017, p. 153) que se tornou um problema para o Estado francês, fazendo com que a regulamentação do comércio fosse necessária. Assim, visando a eliminar essa pluralidade, foram elaborados “mecanismos de regulamentação homogêneos e coerentes” (Foucault, 2017, p. 153). Em outras

palavras, todas as relações comerciais passaram a operar sob uma mesma legislação, com regras e normas válidas para todos de maneira igual.

A questão política pode ser observada a partir da intensificação das relações entre burgueses e operários, ocasionando o medo das cidades, em decorrência das diversas revoltas que ocorriam naquele momento. Além disso, o crescimento urbano descontrolado causava epidemias que propagavam as doenças infectocontagiosas pela população com facilidade. A classe operária foi diretamente atingida devido às péssimas condições sanitárias e de moradia. Neste sentido, o medo da morte estava subjacente ao medo de habitar as cidades: violência, falta de higiene e doenças.

A burguesia, para evitar a propagação de doenças, adotou o modelo da quarentena. Conforme Foucault, a quarentena era um modelo de intervenção médica e política, pois a sua característica de regulamentação é motivada pela urgência em se controlar uma epidemia. Um “sistema, portanto, de vigilância generalizada que dividia, esquadrihava o espaço urbano” (Foucault, 2017, p. 156). Esse modelo da quarentena, utilizado durante a epidemia de peste considerado mais “sofisticado” quando comparado ao internamento durante a epidemia de lepra inaugurou a “Medicina Urbana” na França (Foucault, 2017).

A Medicina Urbana tinha como objetivos: (1) analisar os locais de acúmulo e amontoamento de moradias e de pessoas, que causavam doenças; (2) controlar a circulação da água e do ar, por meio da abertura de avenidas, visando a saúde da população; (3) organizar as “distribuições e as frequências” dos diferentes elementos necessários à vida comum, como fontes de água limpa e rede de esgotos. Neste momento, o autor expôs que houve uma “medicalização da cidade”, que se caracterizou pelo ingresso da medicina no saber científico e pela elaboração do discurso próprio da medicina. Isso ocorreu concomitante ao período de urbanização francês, constituindo uma “medicina científica”, que significou o “controle político do meio”, isto é, com base na relação entre salubridade e insalubridade.

Neste contexto, a questão da salubridade adquiriu relevância, uma vez que, nas palavras de Foucault (2017, p. 163), “salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível”. Entretanto, a questão da propriedade privada impediu que a Medicina Urbana se configurasse como um “poder forte”

junto à burguesia, por isso foi mais atuante em alguns bairros e comunidades de classes mais baixas. Desse modo, a “Medicina Urbana” se iniciou no final do século XVIII na França, com a necessidade de organização do espaço urbano da cidade visando a melhoria da saúde geral da população. Assim, a relação entre arquitetura urbana e saúde pública caracterizou essa etapa da medicina social.

A última etapa da formação da medicina social na Europa foi analisada por Foucault a partir da “Medicina dos Pobres”, realizada em Londres a partir do século XVIII. Essa forma de medicina se direcionava às pessoas que constituíam a força de trabalho, contemplando os pobres (desempregados e desabrigados) e os operários das fábricas e suas famílias. De acordo com Foucault, a função dos pobres na cidade era instrumentalizar a existência da urbanidade, ou seja, desempenhavam um papel fundamental para que a cidade fosse urbana.

Os pobres da cidade eram pessoas que realizavam incumbências, levavam cartas, se encarregavam de despejar o lixo, apanhar os móveis velhos, trapos, panos velhos e retirá-los da cidade, redistribuí-los, vendê-los etc. [...] asseguravam várias funções fundamentais da cidade, como o transporte de água e a eliminação de dejetos [...]. (Foucault, 2017, p. 165).

O autor mostrou que os pobres eram “úteis” para a manutenção da cidade. Contudo, no final do século XIX, eles se tornaram o “indivíduo perigoso”. Ele indica que existiram vários motivos para isso, destacando os três principais. Primeiro, por força política, pois os pobres tinham a capacidade de se organizar e causar revoltas urbanas. Em segundo lugar, com a implementação do sistema postal, de carregadores e de entrega, diversas pessoas que realizavam esses serviços perderam seus empregos. E, por fim, a epidemia de cólera que ocorreu em 1832, mostrou a vulnerabilidade da população pobre, mais propícia à contaminação e propagação de doenças infectocontagiosas.

Com isso, apareceu em Londres, assim como em Paris, medos políticos e sanitários. Foucault (2017, p. 166) enfatizou que, “a coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres”. Em consequência, o espaço urbano foi dividido em zonas de ricos e zonas de pobres. Ainda, com a criação da *Lei dos Pobres*, a

medicina social começou a ser implementada na Inglaterra, pois foi a partir dessa legislação que se iniciou o controle médico da população. Por um lado, os pobres passavam a ter assistência à saúde gratuita, mas por outro, deviam submeter-se aos controles médicos preconizados. O “controle médico” foi predominante em detrimento da ideia de “cuidados médicos”, pois a *Lei dos Pobres* representou um problema de segurança política para a burguesia. Em decorrência, essa lei sofreu diversas alterações até se tornar os “serviços de saúde” (*health service*) na atualidade.

Dessa forma, pode se observar que esses serviços se tornaram uma “biopolítica”, porque visavam atingir toda a população, e não somente alguns grupos como inicialmente (por meio do controle do corpo individual), mas de modo generalizado. Isso causou reações de enfrentamento e resistência por uma parte da população, que reivindicava seus direitos sobre o próprio corpo contra a medicalização estatal. Foucault salientou que diversos grupos religiosos estavam no cerne dessas revoltas e reivindicavam “o direito sobre o próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem” (Foucault, 2017, p. 169).

2.2.2. A função do hospital

Na segunda conferência, intitulada *O Nascimento do Hospital*, Foucault apresentou a mudança da função do hospital, que antes era um lugar para morrer e, se tornou um lugar para curar e produzir a cura. Essa “nova função” do hospital deve ser observada em contraste com o hospital na Idade Média, o qual era um lugar em que as pessoas iam para morrer. Além disso, era considerado também um local de assistência aos pobres. Isso significa que os pobres, quando estavam morrendo, eram levados ao hospital para morrer lá (os ricos, porém, morriam em casa). Desse modo, o hospital era um lugar de exclusão e enclausuramento, pois não se buscava curar ou tratar as doenças, mas afastar as pessoas enfermas do convívio social. Nesse contexto, “hospital” e “medicina” são distintos, pois a medicina não era hospitalar, ela servia para quem podia pagar pelos serviços médicos. O hospital obrigava o pobre doente a “curar-se”

em reclusão social (ou morrer), pois ele representava um perigo para a população em função de sua doença¹⁶.

Alguns anos antes dessas Conferências de 1974, no Rio de Janeiro, Foucault já havia publicado a obra *História da Loucura* (2012), mostrando a forma como, com o fim da lepra, os leprosários, grandes estruturas arquitetônicas, esvaziaram-se e passaram a ser ocupados para o tratamento de diversas doenças. Nesses locais, o estudo das doenças fundamentou os cuidados médicos, tornando-se também um local de produção de conhecimento.

Neste sentido, o hospital se tornou um “fato médico-hospitalar que deve estudar [...] as doenças” (Foucault, 2017, p. 172). Foucault mostrou que alguns estudos se centravam em “descrições funcionais” do hospital, que incluíam as trajetórias dos recursos e dos instrumentos dentro do lugar, como o percurso das roupas de cama e dos panos usados para tratar ferimentos, a lavagem e o transporte etc. Esses dados originaram estudos estatísticos sobre patologias que são criadas no próprio hospital. Com base nesses estudos, “surge, portanto, um novo olhar sobre o hospital considerado como máquina de curar e que, se reproduz efeitos patológicos, deve ser corrigido” (Foucault, 2017, p. 173). Neste momento, foram elaboradas diversas intervenções e protocolos para a organização do espaço hospitalar.

A primeira intervenção sobre o hospital ainda não era para curar as doenças, mas inicialmente, “impedir que seja foco de desordem econômica ou médica” (Foucault, 2017, p. 178). Foucault salienta a questão da força de trabalho possuir um valor monetário e, no contexto apresentado, esse valor aumentava consideravelmente. Neste sentido, o “corpo” e a “vida” passaram a ter um preço. E, um corpo doente representava uma perda em termos econômicos. Como consequência, a arquitetura hospitalar enquanto estrutura material foi um modo de intervenção sobre os pacientes, que deveria, ao mesmo tempo, ser um modo de curar e de possibilitar as ferramentas e os mecanismos necessários para que a cura ocorresse. Neste contexto, a figura do médico se tornou central no funcionamento do hospital, pois ele era o produtor e o

¹⁶ Nesse contexto, pode-se compreender as doenças como as físicas, que afetam o corpo biologicamente, e também as doenças de “comportamento” ou “mentais”, como a loucura, a homossexualidade, a histeria, ou qualquer outra forma de comportamento que era considerada “anormal” para a época.

reprodutor dos saberes que eram formados naquele espaço, bem como administrava o lugar.

Ao final da Conferência, Foucault afirmou que o registro contínuo de informações sobre o hospital viabilizou um acúmulo de informações sobre os enfermos, as doenças, a evolução dos tratamentos, as melhores formas de cura, etc. Esses extensos arquivos possibilitaram a formação do “saber médico”. Assim, a “clínica” surgiu como essencial para a formação do médico, e deveria ser realizada no espaço hospitalar. Foucault (2017, p. 188) salientou que “clínica aqui significa a organização do hospital como lugar de formação e transmissão do saber”. Desse modo, o acesso ao conhecimento não era encontrado apenas nos livros e nos manuais de medicina, mas sobretudo, nas práticas que eram realizadas nos hospitais.

2.3. ARQUITETURA URBANA, FORMAÇÃO DAS CIDADES E SEGURANÇA DO TERRITÓRIO

A biopolítica está relacionada com a arquitetura urbana e a formação das cidades devido à maneira pela qual os espaços urbanos são ocupados e planejados. Isso influencia nas formas de governar a cidade e implica em questões de segurança do território. A biopolítica, por meio de seus dispositivos, circunscreve os espaços nos quais as pessoas vivem, interagem, trabalham e circulam. No curso *Segurança, Território, População*, Foucault estudou a gênese do saber político, tendo como fio condutor a noção de “governo”. A questão norteadora era: “como, em uma dada sociedade, acontece e se efetiva o governo dos homens?”. Desse modo, Foucault (2023) analisou as diferentes “artes de governar”, investigando a biopolítica ainda sob o viés da população como um problema a ser resolvido e administrado. Neste aspecto, é importante verificar a definição do autor para “população”:

a população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (Foucault, 2023, p. 100)

É sobre esse grupo de pessoas, que estão organizadas por diversos sistemas, que as ações para a “segurança do território” atuam, visando a segurança da mesma. Foucault indicou que isso representou uma modificação, porque o Estado não deveria mais gerir apenas o seu território, mas também passou a ter obrigações de “cuidar” da sua população. Com isso, houve o aparecimento de novos problemas, que necessitavam de novas técnicas de poder para atingir os “novos” objetivos. A população foi compreendida, nesse contexto, enquanto um problema econômico, político e social que precisava ser resolvido por meio de ações políticas, isto é, ações de governo.

Em termos de segurança, uma questão inicial que apareceu foi “como manter um nível de criminalidade aceitável?” A primeira resposta parece estabelecer-se na relação entre a lei, que determina o que é permitido e o que é proibido, e as punições aplicáveis para quem descumprir as regras (Foucault, 2023). Neste sentido, as penas devem atingir os culpados de modo direto, visando efeitos corretivos, mas também se direcionam sobre a população de forma indireta, visando coibir novas desobediências.

Com isso, a segunda forma de resposta a esse problema de segurança da população foi o mecanismo disciplinar, que uniu vigilância e correção. Esse sistema foi apresentado pormenorizadamente em *Vigiar e Punir* e observa-se que esse mecanismo de poder também opera no fundamento das biopolíticas. Isso porque esse sistema começou a atuar no século XVIII, visando controlar os níveis de periculosidade da população. Em consequência, apareceu a terceira forma de tratamento do problema da segurança, que foi a formação de um dispositivo de segurança. De acordo com Foucault (2023), esse sistema se caracterizou pela inserção de fenômenos em séries de acontecimentos prováveis, por meio de cálculos de custos e estabelecimento de “limites aceitáveis”. Esse modo formou os sistemas de segurança contemporâneos, que aplicam novas formas de penalidades na atualidade.

A segunda questão que Foucault (2023) apresentou foi a relação de custo da repressão e da delinquência. Segundo o autor, as tecnologias de segurança modernas foram elaboradas por meio de técnicas jurídicas/legais já existentes, acrescidas das técnicas disciplinares até então conhecidas. Isso fez com que

estruturas antigas de segurança voltassem a funcionar, mas com outros objetivos, com base na lei e na disciplina.

Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie. (Foucault, 2023, p. 15)

Neste sentido, o Estado deveria realizar a gestão dos recursos econômicos relacionados ao quantitativo populacional. Em outras palavras, havia um cálculo de custos que apresentava um determinado valor e se analisava a viabilidade do investimento em determinadas ações políticas para aquelas vidas ou não. E ainda, calculava-se a capacidade do Estado em gerir suficientemente os recursos para a realização dessas políticas públicas e as ações governamentais, verificando se seria “rentável” ou não. Isto é, se o valor econômico do investimento seria revertido em benefícios econômicos e políticos. Para o desenvolvimento dessas ações de segurança, era necessário considerar o território da cidade, ou seja, as demarcações geográficas e os limites territoriais das cidades.

Foucault (2023) apontou que, foi nesse período (séc. XVII - XIX) que diversas cidades europeias começaram a construir muros em seus limites. Isso demarcou os limites geográficos e territoriais de atuação dos Estados, ao mesmo tempo em que controlava a circulação dos indivíduos, por meio da vigilância constante de quem entra e quem sai da cidade. Além disso, a cobrança de impostos se tornou mais rigorosa, considerando que o comércio era uma das principais características das cidades. Essa nova forma de circulação e delimitação do espaço da cidade ocasionou alguns problemas de desenvolvimento e circulação. De acordo com Foucault (2023, p. 17-18)

[...] o crescimento do comércio e, depois, no século XVIII, da demografia urbana colocava o problema do seu adensamento e do seu encerramento no interior das muralhas. O desenvolvimento das técnicas militares também colocava o mesmo problema. Enfim, a necessidade de intercâmbios econômicos permanentes entre a cidade e seu entorno imediato para subsistência, seu entorno distante para suas relações comerciais, tudo isso [fazia com que] o encerramento da cidade, seu encravamento, [também levantasse] um problema.

Neste sentido, para resolver esses problemas, foi necessário organizar a circulação das cidades e, com isso, melhorar os sistemas de vigilância e segurança do território. O autor indicou que essa questão teve como mecanismo de segurança o controle das séries¹⁷ por meio dos dados estatísticos e estudos de probabilidades. Foucault (2023, p. 28) explicou que o “meio” torna-se o campo de intervenção da população:

os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é o conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é o certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que ali residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro.

Em outras palavras, os mecanismos de segurança vão atuar sobre o ambiente em que a população vive. Neste sentido, a pavimentação das ruas e a iluminação pública, por exemplo, se tornaram objetos de incidência dos dispositivos de segurança. Neste contexto, a “polícia” surgiu como um instrumento importante dos mecanismos e dispositivos de segurança. Conforme Foucault (2023, p. 419),

a partir do século XVII, vai-se começar a chamar de “polícia” o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças.

Assim, a polícia foi compreendida como a arte racional de governar, que deve garantir a segurança do território e da população. Para fazer isso, o governo da população se efetiva a partir de ações e de meios que atuam por meio dos dispositivos de segurança, considerando o número de indivíduos que vivem na

¹⁷ “Séries” nesse contexto se refere aos fatos e acontecimentos que ocorrem com determinada frequência em que se pode prever e interferir. Como exemplo, as campanhas de vacinação que sempre ocorrem durante o inverno, pois já se sabe que é um período em que se propagam resfriados e doenças infectocontagiosas. Neste sentido, age-se oferecendo a vacina de forma gratuita para a população. O objetivo é que os indivíduos fortaleçam o sistema imunológico para não adoecer nem sobrecarregar os sistemas de saúde.

cidade. Além disso, a polícia deve garantir o zelo para que os indivíduos possam se ocupar com suas necessidades da vida cotidiana, bem como se preocupar com a saúde pública, as profissões e, por fim, com a circulação. Com relação à circulação, em decorrência, a cidade se torna o espaço de agência da polícia.

2.4. O GOVERNO DA POPULAÇÃO E A ECONOMIA CAPITALISTA

No curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault analisou a relação entre o governo da população e a economia, em especial o capitalismo neoliberal e ordoliberal, explicitando o abandono de suas pesquisas sobre biopolítica no final do curso de 1979, modificando sua análise para compreender o que ele nomeou de “governamentalidade”. Ele visava compreender de que maneira a economia e a política constituíram uma relação de interferência e interposição mútuas, analisando essa relação a partir do estudo das novas formas de capitalismo (neoliberalismo e ordoliberalismo). Para ele, a relação economia-política foi uma das principais características do capitalismo e, por isso, ele buscou compreender a noção de governo a partir de estudos que relacionavam economia e política. Centrou a análise nas diferentes formas do liberalismo (na Inglaterra e na França) e do neoliberalismo (na Alemanha e nos EUA) que surgiram no século XX. A população enquanto um problema de governo foi indicado pelo autor como “motor” para a emergência das teorias liberais, que buscavam “dar conta” de uma série de novas questões envolvendo o governo da população e as práticas governamentais.

Nesse contexto, a “biopolítica” se expressava como uma forma de analisar “os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (Foucault, 2022, p. 421). Desse modo, a política tratava das relações entre indivíduos, seja no campo interpessoal, seja no âmbito pessoal. E, por se referir às relações entre sujeitos, a política possuía uma dimensão ética. De acordo com o autor,

foi na “lei” que o liberalismo buscou essa regulação, não por um juridismo que lhe seria natural, mas porque a lei define formas gerais

de intervenções que excluem medidas particulares, individuais, excepcionais, e porque a participação de governados na elaboração da lei, num sistema parlamentar, constitui o sistema mais eficaz de economia governamental. (Foucault, 2022, p. 426).

Então, a economia política se relaciona com a vida política, no sentido da população enquanto fenômeno, que é organizada e controlada a partir dos processos econômicos que são promovidos pelo Estado na forma da lei. O Estado é, nesta perspectiva,

[...] o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser. (Foucault, 2022, p. 06)

Sob esse viés, a economia política controla o crescimento da população, que vai sendo ajustada aos meios de subsistência, se propondo “a manutenção de certo equilíbrio entre os Estados” (Foucault, 2022, p. 20) e as formas de concordância. Por este motivo, as políticas de natalidade e os cuidados com as taxas de mortalidade são importantes para a economia política. Foucault (2022) apontou, entretanto, que a crítica liberal se referia ao excesso de governança estatal na economia, defendendo a necessidade de um mercado livre, que se autorregule por meio dos próprios processos econômicos. A ação governamental, portanto, não deveria exercer influência sobre o mercado e nem regulamentar a circulação de capital. Em vista disso, as análises econômicas liberais e neoliberais acabam tendo como enfoque a relação entre Estado e economia, argumentando sobre a necessidade de se “governar menos”.

O autor relacionou os problemas de governo à racionalidade política, expondo a relação das práticas econômicas com a condução do comportamento da população. Em sua análise, o liberalismo foi definido “como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e essa é sua especificidade à regra interna da economia máxima” (Foucault, 2022, p. 422).

A noção de “governo” compreendida por Foucault neste contexto deve ser observada a partir de seu sentido mais amplo, ou seja, não se referindo ao Estado, mas às práticas que visam à organização da conduta e do

comportamento de uma população de um modo geral, que são efetuadas por indivíduos que agem sobre outros indivíduos (governam sem serem agentes estatais). Para que isso fosse possível, as teorias econômicas precisariam ampliar seu escopo de análise, incluindo as relações não-econômicas, a partir da racionalidade política. A vida do indivíduo é, então, conduzida sob a racionalidade empresarial, que visa maximizar os ganhos e minimizar as perdas. O problema é complexo, pois essa forma de organização se aplica aos diversos âmbitos da vida social e política: propriedade privada, família, casamentos, seguro, aposentadoria, dentre outros. Ou seja, a utilização da economia para compreender (e controlar) os fenômenos sociais. Desse modo, diversos aspectos não-econômicos entram nos estudos liberais e neoliberais sob o viés da economia e do mercado. Como, por exemplo, a família, em que Foucault (2022, p. 326-327) apresenta a relação a partir do cuidado com os filhos:

na análise que eles fazem do capital humano, [...] os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares, mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o quê? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda. E essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tornar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica. Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso. Pode-se portanto, analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício do capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico, toda essa relação que podemos chamar, se vocês quiserem, de relação formativa ou relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho.

O projeto familiar foi inserido no campo da análise econômica, permitindo observar a relação estreita entre economia e comportamento social. No âmbito das microrrelações, as maneiras como os indivíduos estão inseridos economicamente na sociedade modela hábitos e atitudes éticas e morais. Além disso, existem outras instituições que contribuem para que as regras sejam ensinadas aos indivíduos. De acordo com Foucault, os indivíduos se constituem como sujeitos morais a partir de determinações éticas que são elaboradas na relação com as regras e nas formas como eles agem na sociedade, configurando

a “elaboração do trabalho ético”. A ética, nessa perspectiva, se relaciona com a produção de subjetividade dos indivíduos, que ocorre com base na relação entre ética e política. Isso porque, para o autor, a ética tem como princípio a relação do indivíduo com os outros membros da comunidade/sociedade. E, por meio dessa relação, se apreendem as regras de convivência (isto é, os modos de agir em sociedade), bem como a reflexão sobre as formas de ação (ou seja, o fundamento de como agir).

Ao analisar a relação entre liberdade e economia, Foucault (2022, p. 55) afirmou que “a liberdade não vai ser concebida como exercício de certo número de direitos fundamentais, ela vai ser percebida simplesmente como a independência dos governados em relação aos governantes”. Isso porque, o governo organiza e hierarquiza os interesses, que se expressam como “os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, as propriedades, os direitos, etc.” (Foucault, 2022, p. 60). Dessa forma, “liberal” está relacionado à liberdade: “liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente, liberdade de expressão, etc.” (Foucault, 2022, p. 82-83).

Nesta perspectiva, a noção de liberdade apresentada pelo liberalismo acarreta uma outra forma de pensar a racionalidade governamental, colocando a liberdade enquanto produto que deve ser consumida pelos indivíduos. Nas palavras de Foucault (2022, p. 83): “o liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre”. Entretanto, o exercício da liberdade não é disposto de modo igual a todos os indivíduos, pois a fórmula econômica depende de cálculos e probabilidades. Essa fórmula é transformada na lei que vai gerenciar o mercado, e que se aplica de modos distintos aos indivíduos. Foucault (2022, p. 403) afirma que

[...] essas diferenças entre os indivíduos se traduzem, claro, por certo número de papéis diferentes que eles vão ter na sociedade, tarefas diferentes que eles vão assumir. Essas diferenças espontâneas vão induzir imediatamente divisões do trabalho, e não apenas divisões do trabalho na produção, mas divisões do trabalho no processo pelo qual as decisões de conjunto são tomadas pelo grupo. Uns vão dar sua opinião. Outros vão dar ordens. Uns vão refletir, outros vão obedecer.

Dessa forma, referindo-se ao neoliberalismo americano, Foucault expôs que a análise da economia foi aplicada a diversos âmbitos de comportamentos e de condutas que não eram condutas de mercado, como por exemplo, o casamento, a educação com os filhos, a criminalidade e a loucura¹⁸.

Ao verificar algumas “artes de governar”, Foucault compreendeu que a biopolítica não possuía as ferramentas teóricas necessárias para analisar as formas de governo do modo como ele pretendia. A análise sobre as relações econômicas expôs que a biopolítica se tornou insuficiente para realizar a genealogia planejada. Por este motivo, no final de *Nascimento da Biopolítica*, Foucault abandonou o estudo da “biopolítica”, e analisou na última aula do curso o que ele nomeou como “governamentalidade”.

A governamentalidade pode ser compreendida como um movimento teórico necessário para que se tenha uma perspectiva ampliada dos estudos sobre o governo, pois ela consiste no “excesso de governo” sobre a vida dos indivíduos. Em outras palavras, a governamentalidade é a inserção do Estado nas microrrelações, fazendo com que o Estado organize e controle as questões mais íntimas e pessoais dos indivíduos. Esta análise de Foucault somente foi possível ao observar a intrínseca ligação entre economia e política, somando-se a questão da segurança (no seu sentido ampliado, de “polícia”) do território e da população. Foucault elencou algumas características da governamentalidade.

A primeira delas, é a relação entre política e economia, expressa pelo liberalismo enquanto crítica da irracionalidade do excesso de governo. Se existe uma “arte de governar”, que é racional, o liberalismo realiza a crítica quando há excesso. E esse excesso é irracional, considerando que ele não foi produzido visando uma questão de benefício social, mas foi produzido a partir de uma vontade de poder. O excesso de governo não inclui apenas o Estado, mas toda

¹⁸ Com relação à criminalidade e à loucura, o autor trata desses temas em *Vigiar e Punir e História da Loucura*, não sendo o escopo de estudos deste trabalho. Porém, é importante sublinhar que a exclusão dos considerados “anormais”, “delinquentes” e “degenerados” é ilustrado nas obras citadas também sob o viés da economia, enquanto benefício econômico, uma vez que ele demonstra que o discurso do benefício enquanto redução de gastos públicos somado à utilização de mão-de-obra barata para a subsistência das instituições reguladoras e de interdição foi amplamente utilizado para justificar internações e interdições sem precedentes médicos ou jurídicos. Ver: Foucault, 2012; 2013b.

a população que se “autogoverna”¹⁹, exercendo poder e coerção sobre seus pares e sobre aqueles que estão sob seu controle²⁰.

A segunda é a “Teoria Política da Sociedade”, que se configura na “lógica” da concorrência, somada ao livre mercado, mas que é regulada pelo Estado. Ou seja, se há concorrência, o mercado não pode ser regulado pelo Estado, porém, como ambas ocorrem concomitantemente, no cotidiano, é o Estado que regula tudo. A terceira característica é a “Teoria do Capital Humano”, que consiste em aplicar a racionalidade do mercado aos demais domínios da vida que não são econômicos. Ou seja, executar essa racionalidade da relação entre custos e benefícios em níveis e atividades da vida social que não são econômicas, como as relações familiares, de amizade, de trabalho, nas relações religiosas e educacionais, e também nas ações de segurança e policiamento da população.

A quarta é ter a economia como principal fonte de saber. Ou seja, tudo passa a ser regulado pela economia. E, por fim, a quinta característica é o “dispositivo de segurança” que atua como instrumento de poder essencial para a governamentalidade. É a partir desse dispositivo de segurança que determinadas pessoas “fazem aquilo que elas acham que tem que fazer”, inclusive agredir outros indivíduos, seja verbal ou fisicamente. Em outras palavras, a governamentalidade que Foucault expôs, nesse momento, pareceu a ele mais interessante para a pesquisa, auxiliando também na elaboração da passagem para uma análise sobre o capitalismo no século XX.

É importante observar que quando Foucault tratou do capitalismo dos séculos XVII-XIX, a biopolítica enquanto “chave de leitura” foi profícua para a análise que ele estava realizando. Contudo, ao analisar o século XX, a biopolítica foi insuficiente, sendo necessário um outro termo ou noção que o possibilitasse entender o que estava acontecendo no século XX, um século do qual ele era um vivente. Neste contexto, Foucault iniciou seus estudos sobre as diversas “artes de governar” a partir de uma governamentalidade: o excesso de governo e o excesso do Estado nas microrrelações, sob a forma de micropoderes – que são

¹⁹ Aqui, essa expressão deve ser compreendida no sentido de exercer o poder sobre si mesmo e sobre os outros de forma “natural” (sem perceber ou ter ciência) e não no sentido da inexistência do Estado (anarquismo).

²⁰ Como exemplo da atualidade, podemos citar o “cancelamento na internet”, que não é realizado pela figura do Estado, mas dos próprios indivíduos sobre outros indivíduos, por meios digitais online. Um governo dos indivíduos sobre eles mesmos, controlando os discursos que circulam nas redes sociais virtuais.

localizados, dinâmicos, em constante transformação, alterando-se mais rápido que os macropoderes.

2.5. CORPO, RAÇA, VIOLÊNCIA

Segundo Foucault (2010), nos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento de técnicas de poder, que tinham como enfoque o corpo, criaram uma “tecnologia disciplinar do trabalho”. E, na segunda metade do século XVIII, apareceu uma outra tecnologia de poder, que não é disciplinar, mas que se uniu às disciplinas, integrando-as sem a necessidade de excluí-las: a biopolítica.

2.5.1. O controle do corpo e da sexualidade

Em *História da Sexualidade 1*, Foucault (2013a) iniciou mostrando que, ao longo do século XVII, houve uma modificação com relação ao corpo e a sexualidade na Europa Ocidental. Essa mudança ocorreu no sentido de fazer com que o sexo e a sexualidade ficassem no plano da intimidade, do privado, do secreto, formando o discurso de “repressão” sobre o sexo e a sexualidade. Esse discurso fez com que houvesse um silenciamento sobre o assunto, com o objetivo de negar a existência do ato sexual (como se fosse algo vergonhoso) e, portanto, não se deveria falar sobre aquilo que não se faz ou que “não existe”.

Para Foucault (2013a), o discurso sobre a repressão do sexo se sustentou na história porque, além de ser “fácil” de se compreender e de se organizar no âmbito social, também cumpriu uma função importante no ordenamento social, que “coincidiu” com a implementação do capitalismo europeu. Nesse momento, ele expôs que a relação entre “poder” e “sexo” não podia ser uma relação de repressão, pois apenas colocar a sexualidade em termos repressivos não explicava suficiente a questão do corpo, e, portanto, dever-se-ia analisar outros aspectos que também incidiam sobre a sexualidade e o sexo²¹.

²¹ Um aspecto não analisado por Foucault, mas que tem se ampliado nos estudos atuais sobre essa temática, é a relação entre a Modernidade na Europa e a Colonização nas Américas e na África. Explorando o contexto da América Latina, escopo da seção 3 desta tese, observa-se que o discurso sobre a repressão sexual na Europa surge em um contexto em que se “descobrem”

Além da questão da força de trabalho, também era necessário analisar as questões políticas do sexo, como a natalidade, por exemplo. E correlacionar com o discurso sobre o sexo que foi sendo constituído com o passar dos anos, nos mais diversificados meios: escolhem-se as palavras; determinam-se os lugares apropriados para se falar sobre o assunto; quais os temas permitidos e as formas de abordagem adequadas. Foucault (2013a) objetivava mostrar as falhas na “hipótese repressiva sobre o sexo”, expondo que o que ocorreu foi, primeiro, a elaboração de um discurso sobre o sexo e a sexualidade, somados às alterações na forma como o poder era exercido sobre o corpo e a vida dos indivíduos. Nesse viés, o importante para o estudo dele era identificar os efeitos do discurso nas práticas sociais, bem como, reconhecer qual saber que estava sendo produzido nesses novos modos de relação.

Assim, era possível evidenciar o “fato discursivo global”, que consistiu em “colocar algo em discurso”: “[...] levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz” (Foucault, 2013a, p. 18). Ainda, era igualmente importante evidenciar os movimentos discursivos por meio dos “fatos históricos marcantes”, que, somados aos discursos sobre o fato, constituem a noção de “acontecimento” (Foucault, 2013a). Foucault (2013a, p. 158) expôs que o sexo foi colocado “[...] como o foco de disputa política”, no qual se articularam dois eixos da “tecnologia política da vida”: as disciplinas do corpo, por meio do “[...] adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias”; e a “regulamentação das populações”, devido aos “efeitos globais que induz”. Nesse contexto, as disciplinas originaram o “micropoder” sobre o corpo, abrindo espaço também para “[...] medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. [Desse modo] o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (Foucault, 2013a, p. 159).

as novas populações nas colônias africanas e americanas. Essas populações viviam de modo completamente distinto da vida na Europa. Isso contribuiu para reforçar aspectos da moralidade europeia, como o sexo e a monogamia, por exemplo. E ainda, hierarquizar as formas de vida, realizando distinções entre “primitivas” e “civilizadas”; “racionais” e “irracionais”; etc. Desse modo, o controle sobre o corpo foi mais efetivo sobre a população, comparando-a com os “povos e hábitos primitivos” (no caso, o sexo livre e a inexistência de parceiros exclusivos).

Por esse motivo, o sexo foi estudado, decomposto, “esmiuçado” aos detalhes; as condutas sexuais foram regulamentadas, os desvios foram perseguidos e enquadrados no ordenamento social (ainda que por meio da exclusão e/ou do internamento, esses indivíduos possuíam o seu “lugar”, mesmo que fosse o de “anormal”). Somado a isso, em um nível social, por exemplo, a sexualidade interessava às operações políticas, combinadas a intervenções econômicas, resultando em estímulo ou contenção de procriação. Além disso, houve “[...] campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização” (Foucault, 2013a, p. 159), que potencializaram a força e a energia política exercidas sobre o sexo e as condutas sociais (sexualidade), no sentido de regulá-los. “De um modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (Foucault, 2013a, p. 160).

Com a passagem do poder soberano para o biopoder, os mecanismos de poder voltaram-se para o corpo e para a vida, gerando efeitos sobre a sexualidade. Com essa alteração de poder, também houve a passagem do “simbolismo de sangue” (característico do poder soberano) para uma “análítica da sexualidade”, que se fundamentava na norma, no saber, nas disciplinas e nas regulamentações. Foucault (2013a, p. 162) observou que esses “[...] dois regimes de poder [sobre a sexualidade] bem distintos, [...] não se sucederam sem justaposições, interações ou ecos”. O autor afirmou ainda que a “norma” foi o elemento de conexão entre a disciplina e a regulamentação: “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 2010, p. 213). A relação entre discurso, norma e controle do corpo e da sexualidade tinha como objetivo o estabelecimento de formas de uso do corpo e de normas para as relações conjugais.

Segundo Foucault (2013a), entre os séculos XVIII e XIX, houve uma explosão discursiva sobre o sexo e a sexualidade que provocou duas modificações: 1ª) a monogamia heterossexual mais rigorosa e silenciosa, por meio da “lei da aliança”; 2ª) o questionamento das sexualidades “desviantes”, através da “ordem dos desejos”. Essas modificações se referem aos sistemas de regras ocidentais concebidas para controlar o sexo, nas quais a “lei da aliança” incidiu diretamente sobre as “leis naturais da matrimonialidade”,

enquanto a “ordem dos desejos” foi direcionada para as “regras imanes da sexualidade”.

Neste cenário, as “novas regras” atingiram a totalidade da população, permitindo identificar aqueles que se localizavam “fora” da conduta do casal monogâmico heteronormativo. Como consequência para quem não se “enquadrava”, surgiram as infrações à legislação do casamento e da família (também consideradas como infração à moral), bem como a noção de “danos” relacionada ao “funcionamento natural” da norma heterossexual. Esses indivíduos foram considerados “anormais” pois não se comportavam e não seguiam as regras estabelecidas como padrão de normalidade. No século XIX, com o desenvolvimento da psiquiatria, houve a elaboração de nomenclaturas para as perversões. O homossexual, por exemplo, antes era relacionado às práticas de sodomia e, a partir do século XIX, passou a ser considerado como “espécie”, “desvirtuado”, que possuía uma “androgenia interior” ou “hermafroditismo da alma”.

Essa forma de *especificar* e *catalogar* os indivíduos e seus comportamentos abriu um espaço para o desenvolvimento de interdições que tinham como objetivo o ajuste dos indivíduos “anormais”, por meio de tratamentos e curas. O poder sobre o corpo e a sexualidade, desse modo, foi realizado por meio da medicalização. Considerando que a sexualidade se inscreve no corpo, os “desvios” de comportamento foram tratados como doenças para as quais existiam tratamentos e cura. Isso porque essa forma de poder exigia/obrigava uma presença constante, atenta e curiosa, pois implicava proximidade para a realização de observações e exames. Para isso, era necessário um intercâmbio de diferentes discursos oriundos de confidências e também de confissões.

O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, ficaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e,

diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. (Foucault, 2013a, p. 52-53)

Com isso, nas sociedades modernas europeias houve a tentativa de redução da sexualidade ao casal monogâmico heteronormativo. Nesse contexto, a família se configurou como “célula monogâmica e conjugal” que se inscrevia também em uma rede articulada de prazer-poder. Essa rede complexa estava saturada de sexualidades múltiplas, fragmentadas e móveis, que funcionavam a partir de mecanismos de incitação e de reprodução. Assim, foi possível a identificação das perversões que, conforme Foucault (2013a), foram produzidas por meio dos discursos das instituições que exerciam poder sobre o corpo.

Com relação ao sexo, Foucault (2013a) discutiu enquanto um “ponto imaginário” criado pelos próprios dispositivos de sexualidade. Isso porque os dispositivos fizeram com que o sexo “aparecesse” de três modos: (a) enquanto “acesso à inteligibilidade”, no qual era, ao mesmo tempo, um elemento oculto (não se sabia sobre antes de praticar) e o princípio condutor de sentido; (b) como “totalidade do corpo” pois o sexo não era uma parte real da corporeidade, mas também era ameaçada pelos dispositivos de poder; e (c) como constituinte da “identidade”, por articular um forte impulso (ou desejo) com a particularidade histórica na qual os processos de subjetivação ocorrem.

Portanto, não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como “o sexo” se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade. (Foucault, 2013a, p. 171)

Nesse contexto, os corpos e os prazeres se configuraram como elementos de oposição aos dispositivos de controle sobre o sexo e o desejo.

2.5.2. O racismo na base das biopolíticas

Para Foucault (2010), a emergência de um biopoder, que para manter a vida foi preciso controlá-la, inseriu o racismo nos mecanismos de poder do

Estado na Modernidade. Nas palavras do autor, o racismo foi “o primeiro, o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que **deve** viver e o que **deve** morrer” (Foucault, 2010, p. 214, grifos nossos). Neste sentido, a função do racismo nos mecanismos de poder do Estado foi o de “[...] fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Foucault, 2010, p. 214).

A segunda função do racismo foi permitir uma relação “positiva” com a morte biológica do outro, isto é, a eliminação do outro era justificada pelo perigo que a existência do outro (convertido agora em inimigo) representava para a manutenção da própria vida. E foi a raça que demarcou as relações de amizade e inimizade no interior da sociedade.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (Foucault, 2010, p. 215)

Em complemento, ele expôs que:

[...] tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o **racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém**, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (Foucault, 2010, p. 215, grifos nossos)

O racismo, desse modo, opera como condição para o direito de matar. Não apenas no poder soberano, mas também o biopoder atua com base no racismo de Estado. Além disso,

pode-se compreender também por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações,

matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (Foucault, 2010, p. 216)

Desse modo, Foucault (2010) articulou a relação entre colonização, genocídio e biopoder, embora não tenha se aprofundado em analisar essa relação. Observa-se que, longe de “cessar” o direito de matar, o biopoder acoplou, em seus dispositivos, esse direito derivado do poder soberano, garantindo-o por meio da inserção do racismo para a divisão e hierarquização dos indivíduos e da população. Sob esta perspectiva, a guerra se configurava como um campo de lutas e de disputas sobre a vida, marcada pela raça e na busca pela “regeneração” da sociedade, por meio da morte do “inimigo racial”.

De acordo com Foucault (2010, p. 217),

em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do poder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária viva.

Assim, a principal característica do racismo nessa configuração de poder foi ser uma estratégia, uma tecnologia para o exercício do direito de matar do Estado. “O racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Foucault, 2010, p. 217). Para Foucault (2010), o nazismo foi o exemplo vivenciado da forma de poder estatal que agrega o poder soberano e o poder assassino em um só, fundamentado pelo racismo. Segundo ele, a sociedade nazista implementou, ao mesmo tempo, o biopoder e o poder soberano de matar.

O Estado nazista tornou absolutamente coextensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas os seus próprios. [...] Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida. (Foucault, 2010, p. 219)

Por fim, Foucault (2010) afirmou que o Estado socialista foi tão racista quanto o nazismo, mas não aprofundou seu comentário, admitindo que precisaria de mais aulas para abordar esse tema. Além disso, ele expôs que, em

consequência dessa relação de morte pela raça, a exposição à morte, esse perigo de morrer é ampliado para a sociedade como um todo, incluindo a própria raça que se pretende proteger. Isso porque a eliminação de indivíduos da própria raça é uma das etapas da “regeneração” social. Ele mostrou que o racismo tinha como objetivo conservar a soberania do Estado, não com base no poder régio ou no sistema jurídico, mas fundamentada em “técnicas médico-normalizadoras”. Assim, o Estado organizou suas instituições, o aparelho estatal e o sistema de leis e de normas com base no imperativo da proteção da raça. A este cenário soma-se a utilização da violência para a segurança do território e da população.

O racismo, neste contexto, se formou com base no poder que se exerce sobre o biológico dos indivíduos enquanto população, por meio de processos massificados. As políticas de casamentos, famílias e povoamento, bem como as leis de propriedades, as políticas educacionais, dentre outros aspectos, são elaboradas a partir da noção de “purificação da raça”, formando dispositivos de poder que atuam diretamente sobre as condutas, sobre a vida cotidiana, sobre o corpo e sobre a saúde.

2.5.3. A guerra por outros meios: a violência cotidiana

No curso *Em Defesa da Sociedade*, Foucault analisou a hipótese da política enquanto a continuação da guerra por outros meios²². Ao iniciar a investigação sobre “[...] a guerra como princípio eventual de análise das relações de poder” (Foucault, 2010, p. 21), a guerra foi analisada como as lutas e os enfrentamentos que ocorriam no campo político. A guerra continuada pela política teria na lei e no sistema jurídico a base legal para sua perpetuação no âmbito social. Nas palavras de Foucault (2010, p. 43): “a guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra”. Desse modo, é possível compreender que, em busca da

²² Essa hipótese tem como fundamento o pensamento de Carl von Clausewitz, que afirmou que a guerra é a continuação da política por outros meios. Foucault (2010) inverte essa afirmação, analisando a política como a continuidade das lutas, considerando as relações de poder e o jogo de forças que ocorrem na dinâmica política do Estado e das instituições de governo.

paz, tratavam-se disputas internas, lutas entre grupos opostos, no interior de uma sociedade.

Assim, Foucault (2010) expôs que a sociedade se estruturou a partir de uma noção binária, na qual há o constante confronto de um grupo contra o outro. E esse confronto também ocorre na relação entre o direito, o discurso e a verdade, em que o discurso sobre a paz e a guerra foi constituído a partir de uma única perspectiva, ou seja, era parcial, não era neutro. Logo, o discurso que repercute e influencia um determinado grupo era aquele formado por um conjunto de “verdades” que serviam como recurso nas relações de poder. Esse discurso não operava dentro dos sistemas tradicionais dos discursos filosóficos-jurídicos, pois estava à margem dessa tradição. Eram discursos que, por começarem “por baixo” (nas camadas “baixas” das relações de poder), se engendravam nos níveis mais íntimos das relações. Ele requeria um certo nível de racionalidade e de abstração para formar um conjunto de verdades e justificativas, que geravam um determinado conhecimento. Assim, esse discurso era incluído na hierarquia dos saberes.

Sob esta perspectiva, Foucault (2010) expôs que no século XVII, a partir desse discurso sobre a guerra, pode-se observar que, o modo binário no qual as sociedades estavam se constituindo, tinha como fundamento a questão da raça. Conforme Foucault (2010, p. 51),

muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade de guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas, diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por outra. O corpo social é no fundo articulado a partir de duas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo ao outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado no século XVII e como que matriz de todas as formas sob as quais, em seguida, investigaremos a fisionomia e os mecanismos da guerra social.

Entretanto, Foucault (2010) argumentou que houve uma transição a partir do século XIX, que passou da “luta das raças” para a “luta de classes”, que foi ampliada, assumindo o protagonismo nos movimentos sociais. Uma segunda transição é indicada por ele, com o desenvolvimento do “racismo biológico social”, no qual

[...] o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra, é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda, o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. Em resumo, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela. (Foucault, 2010, p. 52)

O discurso sobre as raças e os “perigos sociais” que determinados grupos sociais representavam foram utilizados para a elaboração de estratégias de poder. Nesse contexto, observou-se o surgimento do “racismo de Estado”, que era

[...] um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (Foucault, 2010, p. 52-53)

Neste sentido, as normas e as regras sociais, bem como as instituições de governo, a partir dessa noção do “discurso da guerra das raças”, se constituíram com base no racismo. Foucault (2010) mostrou que, no final do século XIX, na Europa, houve uma “reativação” do discurso da guerra das raças, mas agora sob o viés do “racismo de Estado”, que tem como fundamento a questão biológica, transformada em “luta pela vida”. A ideia de uma sociedade binária, dividida em dois grupos que disputam, se modificou para a noção de uma “sociedade monística” que é ameaçada por (maus) elementos estrangeiros.

Foucault (2013a, p. 33, grifo nosso) salientou que, como “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa **pública**; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções que o investiram”. O comportamento sexual do casal, por exemplo, teve como base alguns pontos de fixação ancorados no racismo do Estado, para controlar essas práticas (Foucault, 2013a). Além disso, ele enfatizou que seu objetivo não era analisar o racismo ou o problema das raças, mas compreender como surgiram estudos sobre o Estado, as instituições de governo e seus mecanismos de poder. Esses estudos concebiam a sociedade com base em uma noção binária, na qual o corpo social seria formado por dois grupos de indivíduos que são distintos, opostos e estão em constante luta pela vida.

Essa é a noção de guerra permanente a qual Foucault se referiu no início do curso *Em Defesa da Sociedade*: uma guerra que ocorre sob formas

aparentemente pacíficas. Em outras palavras, a “lógica” que opera consiste em fazer a guerra para alcançar a paz. O Estado era o modo pelo qual se travava essa guerra interna (pois é realizada dentro do território) e permanente (porque a paz nunca será alcançada, pois sempre existe a oposição no interior do corpo social). Segundo Foucault (2010), o discurso em torno das raças que se originou na Inglaterra foi o primeiro a operar com base em um esquema binário de diferenciações sociais:

esse esquema binário da oposição entre os ricos e os pobres decerto já existia e havia pontuado a percepção da sociedade tanto na Idade Média como nas cidades gregas. Mas era a primeira vez que um esquema binário não era simplesmente uma maneira de articular uma queixa, uma reivindicação, de constatar um perigo. Era a primeira vez que esse esquema binário que pontuava a sociedade podia articular-se sobretudo a partir dos fatos de nacionalidade: língua, país de origem, hábitos ancestrais, espessura de um passado em comum, existência de um direito arcaico, redescoberta das velhas leis. Um esquema binário que permitia, de outra parte, decifrar, em toda a sua extensão histórica, todo um conjunto de instituições com a sua evolução. Permitia também analisar as instituições atuais em termos de enfrentamento e de guerra, a um só tempo cientificamente, hipocritamente, mas violentamente travada entre as raças. Enfim, um esquema binário que fundamentava a revolta não apenas no fato de que a situação dos mais infelizes se havia tornado intolerável e que cumpria mesmo que eles se revoltassem, já não podiam fazer-se ouvir. (Foucault, 2010, p. 92)

Neste sentido, observa-se que a constituição de uma “nacionalidade” foi indicada por Foucault (2010) como fundamento do binarismo social. Da elaboração de uma “identidade nacional” surgiram as diferenciações entre as raças, na qual aquela que estava fora da nacionalidade passou a representar um perigo social. Para Foucault (2010), esse foi o fundamento da guerra política que acontecia no interior da sociedade, por meio de revoltas e enfrentamentos. Ele afirmou que, no século XVIII, o discurso da história tinha a “guerra” como principal elemento de análise, o que ocasionou um “duplo perigo”:

[...] da guerra infundável como pano de fundo da história e da relação da dominação como elemento principal da política, que vai ser no discurso histórico do século XIX, reduzido, repartido em perigos regionais, em episódios transitórios, retranscrito em crises violentas. (Foucault, 2010, p. 181)

Se até então o discurso histórico da guerra estava apoiado nas derrotas e/ou nos triunfos de uma nação sobre outra(s), no século XIX, o discurso da

guerra passou a ter como fundamento o saber sobre o corpo, produzido nas diversas áreas do conhecimento. E foi sobre esse biológico que o discurso da guerra foi elaborado.

Nesse contexto, Foucault (2010) indicou o surgimento de um novo discurso histórico, que se caracterizava pelo jogo, pelo ajustamento, pelo entrecruzamento e pela correção recíproca de dois “gabaritos de inteligibilidade”. O primeiro era a relação de luta/força, que tratava das guerras e das batalhas, das invasões e das conquistas, contadas de modo regressivo, a partir do presente. O segundo foi o valor do presente no discurso histórico-político, que se caracterizava pelo presente ser, ao mesmo tempo, o “momento cheio”, o de maior intensidade, o que faz a entrada do universal no real, que brilha a verdade, é o revelador e o analisador do passado. Dessa maneira, a guerra não era mais algo momentâneo na história, mas o fio condutor que levava à formação de uma nação e de um Estado.

Concluiu Foucault (2010) que, nessa conjuntura de poder do Estado, é possível observar que as sociedades mais violentas e assassinas (alto número de mortes civis sem estarem vivendo uma guerra declarada) são também aquelas consideradas mais racistas. Como a raça é o marcador biopolítico fundamental indicado por Foucault, essa discussão será aprofundada na seção 4.

Foucault deixou lacunas e questões sobre a biopolítica que não foram retomadas pelo autor nos anos seguintes, nem em seus cursos e sequer em suas obras publicadas. Com algumas exceções de entrevistas, iniciou os estudos sobre as formas de governo de si, considerada a “fase ética” do pensamento do autor, inconclusa em decorrência de sua morte, em junho de 1984. No entanto, na Filosofia Política, o termo “biopolítica” adquiriu relevância, porque a perspectiva foucaultiana possibilita o estudo da formação dos dispositivos e das estratégias de poder que formaram os discursos e as práticas sociais em nossa sociedade. O estudo do conceito objetiva compreender as diferentes definições que ele elaborou ao longo dos anos 1970, elencando-se os problemas e as alterações realizadas, expondo quais as discussões filosóficas que esse conceito engendra, e ainda as soluções ou caminhos possíveis que foram apresentados. Foucault finaliza a aula de 17 de março de 1976 com a seguinte frase:

Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos de guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser esse o problema. (Foucault, 2010, p. 221)

Em concordância com o autor, as leituras biopolíticas atuais exploram a relação direta entre violência do Estado e racismo, como pode-se verificar, por exemplo, na atualidade brasileira. Essas temáticas serão exploradas na sequência.

3. DISCUSSÕES BIOPOLÍTICAS: DECOLONIALIDADE E NECROPODER

Em vista de tudo o que vem ocorrendo, poderá ainda o Outro ser considerado meu semelhante? Levados aos extremos, como é o nosso caso aqui e agora, no que precisamente se assentam a minha humanidade e a humanidade dos outros? Se o peso do Outro se tornou tão esmagador, não valeria mais a pena que minha vida não mais estivesse vinculada à sua presença, tampouco a sua à minha?
(Achille Mbembe)

No contexto da Filosofia Política na América Latina, a “biopolítica” aparece enquanto um conceito fundamental para os estudos dedicados à compreensão das complexas relações entre os indivíduos e as instituições de governo. A análise da perspectiva decolonial e sobre o necropoder aprofunda as principais questões biopolíticas apresentadas por Foucault, conforme exposto na seção anterior. É importante observar de que maneira as diferentes formas de exercício de poder circunscreveram as relações entre os sujeitos e criaram diversos modos de governar. Desse modo, torna-se necessário avaliar os argumentos de autores que realizam essa “ponte teórica” entre o pensamento foucaultiano com as questões próprias da territorialidade latino-americana.

Por este motivo, é relevante analisar quais as características da biopolítica que se tornaram fundamentais nos estudos que têm como base o pensamento de Foucault. Destacam-se, sobretudo, as perspectivas teorizadas por Mbembe e Castro-Gómez, que proporcionam um estudo mais aprofundado para a compreensão de como as biopolíticas ocorreram devido a colonização e a escravidão. Em outras palavras, como esses modos de poder reverberam nas relações da atualidade. Além disso, há outros/as autores/as que contribuíram para esta discussão, embora não realizem a intersecção que se propõe aqui.

A partir da noção de “biopolítica” elaborada por Foucault, diversos/as pensadores/as passaram a discorrer e a utilizar esse termo em suas análises, em especial sobre a sociedade contemporânea e as relações de poder que nela ocorrem. No século XXI, esses estudos se difundiram em diversos países, tendo uma maior presença no cenário Latino-Americano.

3.1. A DISCUSSÃO SOBRE DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Os estudos sobre o pensamento de Foucault têm crescido nos últimos anos. Com base nisso, é importante verificar a expansão do conceito de biopolítica e de necropolítica na América Latina e, em especial, no Brasil, considerando que o termo ganhou destaque a partir de 2016. No cenário da América Latina, seguimos os estudos das teorias decoloniais²³ que compõem as Teorias Críticas Latino-Americanas (TCLA's). De acordo com Messias e Da Silveira (2019, p. 02), essas perspectivas analisam “[...] os chamados processos de *colonialidade* [que] permitiram a geração de um constante debate acadêmico sobre a validade da produção de conhecimento não eurocêntrico, em particular na América Latina”.

Com ênfase nos estudos decoloniais, Anibal Quijano é uma importante referência na América Latina, pois ele propôs análises que utilizam outras metodologias e formas de produção de conhecimento que não as estabelecidas, ou seja, as europeias e norte-americanas. Para Quijano, o processo de descolonização dos países latino-americanos passa pela descolonização da produção de saberes. Isso deve ser realizado por meio da crítica aos saberes considerados “clássicos”, visando identificar as formas de conhecimento que tem como fundamento a reprodução do poder e das hierarquias dos saberes.

Em convergência com o pensamento de Quijano, Castro-Gómez realiza um diálogo entre Quijano e Foucault, mostrando de que modo as ferramentas conceituais fornecidas por Foucault podem auxiliar na elaboração de teorias críticas que visam a descolonização dos saberes e, também, das formas como o poder é exercido na América Latina. Castro-Gómez centra-se na discussão do biopoder e da biopolítica, indicando que essa forma de poder é exercida nas sociedades latino-americanas de um modo distinto daquele de Foucault, afirmando que o biopoder estudado pelo francês foi apenas uma das diversas formas que a biopolítica se realiza na sociedade. Castro-Gómez incluiu, na análise que realiza, o contexto de colonização, elemento cada vez mais

²³ O termo “decolonial” se refere a outras narrativas, indicando um processo de luta e de formação de outras formas de produção de saberes. A noção de “descolonial” compreende-se como os processos de “extirpar” o colonialismo.

importante para as apreciações sobre a América Latina, em especial, na área da Filosofia Política.

Nas teorias decoloniais latino-americanas, foi Quijano quem colocou a discussão sobre a colonialidade do pensamento. Os estudos dele influenciaram muitos estudiosos sobre o tema, se espalhando por diversos países. Outros autores que se destacam são Edgardo Lander (1942–), sociólogo venezuelano, que realizou a sistematização sobre a “colonialidade do saber”, e Nelson Maldonado-Torres (1971–), filósofo porto-riquenho, que aborda a questão da “colonialidade do ser”, na qual expõe a raça como justificção para a guerra, na tentativa da negação ontológica de um ser em detrimento de outro.

Alguns autores se dedicam ao estudo da “colonialidade da natureza”, indicando que este tema permanece marginalizado nas discussões, aparecendo enquanto “tema secundário” em estudos sobre o capitalismo e o liberalismo. Nesses, destacam-se as contribuições de Arturo Escobar (1952–), Edgardo Lander e Héctor Alimonda (1949-2017).

Outra temática que aparece relacionada às teorias decoloniais é a “colonialidade do gênero”, porém esta é menos abordada, apesar da proficuidade das teorias feministas latino-americanas e das tendências em alta dos estudos pós-coloniais. Dentre esses estudos, destacam-se os realizados por Ochy Curiel (1963–), Maria Lugones (1944-2020), Zulma Palermo (1938–) e Rita Segato (1951–).

Na filosofia, os estudos de Enrique Dussel (1934 – 2023), filósofo argentino, se destacaram por abordar a História da Filosofia, principalmente na obra *Filosofía de la Liberación*, publicada em 1977. Nesse estudo, ele realizou um distanciamento da tradição filosófica eurocêntrica, propondo outra perspectiva de análise, fundamentada na valorização das experiências e dos pensamentos dos povos colonizados. Para Dussel, essas perspectivas são frequentemente ignoradas, sendo marginalizadas pelas narrativas hegemônicas. Messias e Da Silveira (2019, p. 02) explicam que,

para Dussel, o conceito de Modernidade é visto, ainda, a partir da Europa e Estados Unidos com conotação eurocêntrica, conforme afirmado por Lyotard, Vattimo, Habermas e Wallerstein, entre outros. Porém, diferentemente, para os latinoamericanos, a Modernidade nasceu com a invasão da América pelos espanhóis (1492), momento

em que a constituiu como propriedade, como colônia com escravos no surgimento de um novo pagão.

Neste sentido, Dussel (2016, p. 63) propôs a utilização do termo “Transmodernidade”, que

[...] indica todos os aspectos que se situam “além” (e também, cronologicamente, “anteriores”) das estruturas valorizadas pela cultura euro-americana moderna, e que atualmente estão em vigor nas grandes culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal.

O autor indicou as características centrais da colonialidade nas pesquisas históricas, como por exemplo, o eurocentrismo, a necessidade da inclusão das “filosofias marginalizadas”, o colonialismo como uma forma de relação de poder, buscando o reconhecimento da diversidade epistêmica. Neste sentido, as críticas sobre a noção de Modernidade, a partir dos pensadores europeus, está em concordância com o pensamento de Mbembe, pois ambos fornecem análises sobre as dinâmicas de poder, as formas de exclusão e os modos de resistência relacionados ao colonialismo e as consequências decorrentes dele. Mbembe tem publicado importantes críticas e apresentado argumentos consistentes sobre as relações de poder no Contemporâneo, a partir de suas leituras sobre Foucault e Franz Fanon (1925 - 1961), psiquiatra e filósofo martinicano.

Ao dissertar sobre os termos “necropolítica” e “necropoder”, Mbembe expôs as estruturas que fundamentam as relações de poder em sociedades que têm como marcador a origem da colonização europeia em seus territórios. Nessas análises, ele indicou que a “biopolítica” elaborada por Foucault não é suficiente para se compreender as formas e os modos como o poder se insere nas relações políticas e sociais dos países que foram colonizados. Ao considerar a relação entre a raça e o Imperialismo, o autor inclui o pensamento de Hannah Arendt (1906–1975), filósofa alemã, presente na obra *Origens do Totalitarismo* (1951). Neste sentido, é necessário destacar quais foram as críticas apresentadas por Mbembe sobre Foucault, bem como indicar seus argumentos e características sobre a necropolítica e o necropoder. O ensaio *Necropolítica* (Mbembe, 2018) e a obra *Políticas da Inimizade* (Mbembe, 2020) são textos fundamentais a serem pesquisados. Isso porque, no que concerne à discussão sobre necropolítica e necropoder, estas são as duas obras citadas como

referências mais relevantes: ambas têm contribuído amplamente para os estudos realizados na América Latina, quando se aborda essa temática.

O ensaio *Necropolítica*²⁴ (Mbembe, 2018) tem como principais tópicos o biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política de morte. O texto é dividido em cinco subseções: (i) política, o trabalho da morte e o devir do sujeito; (ii) o biopoder e a relação de inimizade; (iii) necropoder e ocupação territorial na modernidade tardia; (iv) máquinas de guerra e heteronomia; e (v) de gesto e do metal. Pode-se observar, por meio dessa estrutura, o caminho teórico percorrido pelo autor para abordar os temas da biopolítica e do necropoder. Em outras palavras, como que Mbembe passa de um assunto para outro, apresentando as próprias críticas à formulação de biopoder e de biopolítica elaborados por Foucault.

Como Mbembe enfatiza a questão da colonização, ele utiliza o que denominou “a farmácia de Fanon” para fortalecer o argumento de que é necessário descolonizar a produção de conhecimento. Nas palavras dele:

o conceito platônico de *phármakon*, a ideia de um medicamento que atua simultaneamente como remédio e veneno, constitui seu eixo central. Apoiando-se parcialmente na obra política e psiquiátrica de Frantz Fanon, será exposto como, na esteira dos conflitos da descolonização, a guerra (sob a égide da conquista e da ocupação, do terror e da contrainsurgência) se tornou, desde o final do século XX, o sacramento da nossa época. (Mbembe, 2020, p. 12)

Edgardo Castro (1962–), filósofo argentino, tem contribuído para a compreensão do pensamento de Foucault na América Latina. Os escritos dele contribuem para o esclarecimento dos textos de Foucault. Além disso, ele apresenta alguns limites do pensamento do francês acerca da atualidade. Nesse contexto, uma obra importante produzida por Castro foi o *Vocabulário Foucault*, publicado originalmente em 2004, no qual o autor sistematizou e organizou os principais termos e conceitos centrais para se compreender o pensamento de Foucault. O estudo minucioso de Castro permite um mapeamento do pensamento foucaultiano, facilitando o entendimento dos termos e verificar os modos com que os conceitos foram desenvolvidos pelo francês. Além disso,

²⁴ Este ensaio foi traduzido para o inglês pela primeira vez em 2003, mas sua difusão ocorreu a partir de 2010, em especial na América Latina, em 2011, e no Brasil, em 2016, quando houve as primeiras traduções para o espanhol e para o português brasileiro. Nessa pesquisa será utilizada a versão publicada em 2018, como livro, embora a tradução seja a mesma de 2016.

Castro inclui o contexto histórico e teórico relacionado aos conceitos, explicando como Foucault desenvolveu suas ideias ao longo do tempo. Outro livro importante do autor é *Introdução a Foucault* que, a nível introdutório, apresenta os principais temas abordados por Foucault, bem como indica os textos de referência para cada uma das temáticas. Além de artigos e livros, Castro também produz conteúdo online²⁵ sobre Filosofia Política na América Latina.

Com relação a biopolítica, Castro apresenta importantes contribuições ao pensamento de Foucault, afirmando que a biopolítica tem sido um tema que tem recebido um maior espaço nas discussões filosóficas. Isso ocorreu porque, de um modo geral, a biopolítica pode ser entendida “[...] como la forma de ejercicio del poder político que tiene por objeto la vida biológica de los hombres” (Castro, 2008, p. 187). Essa formulação permitiu que o conceito continuasse sendo discutido e reelaborado, mesmo depois de Foucault, aparentemente, ter abandonado o uso dele. O argentino atenta, ainda, para o fato de que a biopolítica, nos escritos de Foucault, não é um termo que possui uma definição única e fixa, indicando que “biopolítica” aparece com diversas formulações no pensamento de Foucault:

En primer lugar, la cuestión de la biopolítica aparece planteada como consecuencia del surgimiento de una medicina social. En segundo lugar, en “*Il faut défendre la société*”, se presenta como una transformación de la “guerra de razas”. En tercer lugar, en un texto que es completamente paralelo al anterior, *La volonté de savoir*, la cuestión de la biopolítica es introducida, a diferencia de cuanto ocurre en “*Il faut défendre la société*”, no en oposición, sino a partir de la noción de soberanía, como una de las transformaciones y complementaciones posibles del derecho soberano de hacer morir o dejar vivir. Aquí, en su genealogía de la biopolítica, Foucault no recurre ni a la “hipótesis Nietzsche” ni a las nociones de guerra o lucha. Por último, en cuarto lugar, la formación de la biopolítica no aparece fundamentalmente relacionada con el racismo moderno, como en “*Il faut défendre la société*” y *La volonté de savoir*, sino con lo que llamará la *gubernamentalidad* liberal. (Castro, 2008, p. 190, itálico do autor)

O autor também aponta três esclarecimentos importantes acerca das discussões contemporâneas sobre biopolítica. A primeira se refere ao fato de que não se encontra, nos textos de Foucault, uma concepção única sobre o

²⁵ Edgardo Castro e outros pensadores e pensadoras da América Latina produzem conteúdos de debates filosóficos no Youtube, através do Canal “Foucault en la Web Latinoamérica”, disponível no link: <https://www.youtube.com/@foucaultenlaweblatinoamerica>. Até o dia 16/09/2024, o canal tinha publicado 71 vídeos, contava com 1,56 mil inscritos e obteve 40.709 visualizações.

termo. Em segundo lugar, o francês não realizou uma “teoria geral da biopolítica”, pois considerava mais relevante mostrar a potencialidade das análises pormenorizadas sobre os processos históricos que elaboraram determinadas ações biopolíticas em determinados momentos e contextos. Por último, é preciso ter cuidado com as interpretações que colocam a biopolítica enquanto superação da soberania e da disciplina. Isso porque a biopolítica é uma sobreposição dessas diferentes formas de poder, que não exclui as anteriores, pois as acopla em suas bases. Para Castro (2008, p. 191),

[...] las tendencias actuales a reducir la biopolítica a una concepción única, a pensarla como una categoría historiográfica general y a concebirla como la última etapa del desarrollo histórico-político de la modernidad han dejado de lado lo que en el vocabulario de Foucault puede denominarse la positividad del discurso sobre la biopolítica o, con otras palabras, el carácter metodológico y, al mismo tiempo, político que Foucault atribuye a sus trabajos sobre el tema.

Essa perspectiva fornecida por Castro coaduna com o que foi apresentado na seção anterior sobre a biopolítica enquanto (i) um modo de análise sobre determinado contexto e (ii) como uma forma de intervenção sobre a população, por meio de elaboração de ações de governo que são aplicadas de forma massificada. Castro argumenta ainda que nos cursos considerados biopolíticos (Foucault, 2010; 2022; 2023), Foucault realiza uma “arqueologia da política”, que pode ser compreendida como

[...] un análisis de las prácticas de gobierno de la modernidad ateniéndose a lo que ellas tienen de específico. Ello implica, por un lado, que no se trata de mostrar cómo estas prácticas se deducen de una teoría general, pero tampoco, por otro, cómo puede llegarse a partir de ellas a una teoría general. (Castro, 2008, p. 196)

Sob este viés, Castro (2008) afirma que Foucault expôs nos cursos biopolíticos as diferentes maneiras de como as práticas políticas se configuraram durante a modernidade europeia, mostrando o que elas têm de específico. Isso configura a “positividade” do discurso de Foucault sobre a biopolítica, em que é possível verificar os métodos que foram utilizados pelo pensador francês na investigação de cada um dos temas biopolíticos abordados durante os cursos.

Podemos resumir como sigue las respuestas que encontramos en cada una de las primeras tres lecciones de los cursos de los años 1976-1979 acerca de la *positividad* del discurso biopolítico. En cuanto genealogía,

no se trata de elaborar una teoría englobante o de conjunto, sino de acoplar el trabajo de la erudición al saber y a la memoria de las luchas. En cuanto filosofía, no se trata de teatralizar la relación entre verdad y lucha, sino de un compromiso personal y real planteado en términos concretos. En cuanto trabajo histórico, no se trata de aplicar un universal, en este caso, la biopolítica, para describir sus diferentes declinaciones históricas; sino de suponer que los universales no existen y de analizar el ejercicio de la razón gubernamental en sus formas efectivas y específicas. (Castro, 2008, p. 201)

Desse modo, Castro mostra as diferentes interpretações que são possíveis de serem realizadas a partir das leituras dos cursos biopolíticos de Foucault. Ainda, ele acrescenta que, embora Foucault não tenha produzido uma teoria geral da biopolítica, com uma definição específica, isso não significa que, em seu pensamento, não seja possível identificarmos os elementos que a caracterizam. Castro reafirma o que o próprio Foucault havia dito anteriormente nas investigações sobre o poder: que não é uma teoria, mas uma analítica que parte de determinadas características para considerar a relação entre os discursos e as práticas de poder em um determinado contexto. Com base nisso, Foucault realizou uma analítica da biopolítica, na qual é possível nos orientarmos pelos “hormigueo de rastros verbales” deixados pelo francês (Castro, 2008).

A problemática da administração da população ingressa na análise biopolítica foucaultiana devido à relação com os dispositivos de governo. Para Castro (2008), no pensamento de Foucault, a política se converte em biopolítica a partir das relações com o humanismo²⁶ e as definições sobre o sujeito. Na biopolítica o problema da população aparece relacionado às diversas “artes de governar” e, “[...] de este modo, la formación de ese conjunto de prácticas y

²⁶ De acordo com Castro, é necessário articular a análise da biopolítica com o humanismo, para que possam emergir as ferramentas de análises necessárias para a atualidade. Nas palavras do autor: “[...] sólo a la luz de la relación de la problemática de la población con la de las ciencias humanas y la del humanismo es posible comprender, con precisión, tanto el lugar que ocupa la biopolítica en su arqueología de la modernidad como el viraje final del pensamiento de Foucault”. (Castro, 2008, p. 202). Apenas relacionando a biopolítica com o humanismo que será profícua a utilização do pensamento de Foucault como base para análises da contemporaneidade. Sem este preceito, os estudos atuais podem realizar interpretações equivocadas ou divergentes com o pensamento de Foucault. Isso porque Foucault aborda o humanismo a partir da dupla relação do sujeito com a noção de soberania. Cabe salientar que Mbembe (2020), em sua obra *Políticas da Inimizade*, traça como objetivo interrogar “[...] de forma indireta, a respeito de quais poderiam ser os fundamentos de uma genealogia comum e, por conseguinte, de uma política do vivente que vá além do humanismo” (p. 12-13). A relação de Foucault com o humanismo é complexa e suscita diversas questões, que extrapolam a discussão proposta nesta tese. Por este motivo, essa temática não será abordada, neste momento.

saberes que Foucault denomina *gubernamentalidad*” (Castro, 2008, p. 205, *itálicos do autor*). A reformulação do problema da norma é necessária para Foucault, pois foi dessa maneira, que ele conseguiu distinguir as disciplinas das biopolíticas.

3.2. A “OUTRA” MODERNIDADE

Foucault (2010; 2013a) indicou o início da Modernidade como o momento em que os dispositivos de poder se centraram no controle do corpo e do comportamento, inaugurando o “período do biopoder”. Contudo, outros/as autores/as estudaram as distinções fundamentais nas propostas foucaultianas de análise sobre esse período, incluindo as vivências nos territórios que estavam sendo explorados economicamente devido à colonização europeia. Diferente da abordagem apresentada por Foucault, esses/as pensadores/as incorporam a perspectiva incontornável da colonização da África e das Américas, aprimorando significativamente o entendimento sobre esse período histórico.

Ao se agregar as experiências coloniais aos estudos sobre a Modernidade, pode-se ampliar o escopo das discussões, explicitando as perspectivas que foram negligenciadas ou ignoradas pelos sistemas de poder que atuam sobre a produção dos saberes. Neste sentido, o aprofundamento teórico sobre a Modernidade objetiva contextualizar o momento histórico, além de buscar os fundamentos das distinções realizadas pelos/as diversos/as pensadores/as. Essa sistematização oferece uma conexão indispensável na elaboração dos argumentos centrais dessa pesquisa.

A partir da relação entre soberania e estado de exceção, Mbembe (2018, p. 11) apresenta as próprias críticas às teorias da Modernidade, com o objetivo de que afirmar que “[...] é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade.” Com isso, é possível elaborar novas “ferramentas de análise” da

relação entre vida e morte. E quando se relaciona a morte, pode-se incluir a apreciação do que Mbembe nomeou como “o devir do sujeito”²⁷.

Nesse sentido, o autor faz uma importante distinção sobre a Modernidade, que se diferencia da compreensão de Foucault, pois Mbembe (2018) a aborda a partir da experiência da escravidão nas colônias, afirmando que essa é uma das primeiras formas de biopolítica. Nas *plantations*, que foram as colônias de plantação, o estado de exceção foi a forma de governo exercida pelo soberano. Conforme o pensamento dos colonizadores, os escravizados possuíam uma humanidade compreendida enquanto “sombra”, dispondo de “capacidades polimorfas” para os usos dos corpos, como a música, por exemplo. Os dispositivos de poder que atuavam sobre as vidas dos escravizados configuraram para eles uma tripla perda: do lar, dos direitos sobre seu próprio corpo e do estatuto político.

Além disso, as colônias foram os lugares onde a paz pode se configurar como uma “guerra sem fim”, a partir da formação do terror, que é uma formação de ordem jurídica. Na Europa, a ordem jurídica garantia a igualdade jurídica entre os Estados, ou seja, o direito de guerra pelo reconhecimento da soberania dentro das fronteiras, possibilitando ao Estado organizar os “atos de matar”²⁸. E ainda, o ordenamento jurídico garantia aos Estados europeus a sua territorialização com base na legislação, isto é, a demarcação de fronteiras era garantida por lei. Em paralelo, nas colônias foi estabelecida uma ordem que funciona “por fora” da lei, pois, de fato, no cotidiano a ordem jurídica ficava suspensa. Em outras palavras, a colônia era “terra de ninguém” e quem exercia o poder eram aqueles que possuíam maior poder de destruição de vidas (violência).

No âmbito dos pesquisadores foucaultianos, Castro-Gómez relaciona o pensamento de Quijano sobre a colonialidade e a analítica do poder em Foucault, apresentando importantes contribuições para o tema em tela. Conforme Alcantara (2013, p. 03), Castro-Gómez mostra “[...] a necessidade de

²⁷ O “devir do sujeito” aqui se refere ao processo pelo qual os sujeitos colonizados, especialmente os negros, foram negados como sujeitos plenos e, ao mesmo tempo, como esses sujeitos emergem e se transformam a partir das condições impostas pela colonização, escravidão e o capitalismo racial. Essa temática é explorada por Mbembe na obra *Crítica da Razão Negra*, que não é escopo de análise dessa pesquisa. Por este motivo, esse tema não será aprofundado neste momento.

²⁸ Esse ponto foi discutido por Foucault no curso *Segurança, Território, População*, como apresentado na seção anterior.

se pensar um campo teórico específico da América Latina, mas que não desconsidere suas relações de poder”, mantendo, desse modo, a tensão que existe entre as Filosofias europeias e latino-americanas, em termos de produção de saberes.

A proposta de Castro-Gómez é a de realizar uma análise sob a perspectiva pós-colonial, utilizando as noções elaboradas por Foucault, com a finalidade de obter “[...] uma visão rizomática das relações, no qual os âmbitos molares (macro) e moleculares (micro) se relacionem sem centralidade.” (Alcantara, 2013, p. 04). Desse modo, ele expõe a necessidade de se realizar os processos de decolonialidade do saber, do poder, assim como do ser. Isso porque, para Castro-Gómez, é importante realizar as distinções entre os saberes produzidos na Europa, em paralelo com os saberes que são produzidos na América Latina. Segundo ele, nos cursos *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) e *Segurança, Território, População* (1977-1978), Foucault expôs importantes elementos para a elaboração de estudos que visam romper com as estruturas hierárquicas de produção dos saberes, que é característica europeia (Castro-Gómez, 2007). Esses elementos potencializam outras formas de produção de saberes, pois não operam a partir de uma racionalidade centralizadora e hierárquica. Neste sentido, eles funcionam a partir de configurações horizontais que permitem a confluência de diversas outras formas de racionalidade, as quais se complementam. O autor acrescenta a influência dessa forma de produção dos saberes na linguagem. Esta é ampliada a partir de novos termos e conceitos, que estão relacionados aos aspectos regionais e territoriais próprios da América Latina, considerando as especificidades dos contextos em análise.

No artigo *Michel Foucault y la colonialidad del poder*, Castro-Gómez (2007) inicia a discussão sobre a relação entre Modernidade e Colonialidade considerando este um dos tópicos de maior relevância para as teorias sociais contemporâneas. A argumentação que ele desenvolve tem como “ponto de partida” o pensamento de Foucault no que se refere aos “[...] múltiplos regímenes de poder que operan en diferentes niveles de generalidade” (Castro-Gómez, 2007, p. 155), relacionando-o com a maneira na qual Foucault abordou o tema da colonialidade. Para o autor, é necessário questionar a forma como as relações de poder são baseadas em representações hierárquicas. Segundo ele,

argumentaremos que la dificultad de esa representación jerárquica recae en su incapacidad de pensar la independencia relativa de lo local frente a los imperativos del sistema (sobre todo en aquellos ámbitos que tienen que ver con la producción autónoma de la subjetividad). (Castro-Gómez, 2007, p. 155)

Neste sentido, para que a biopolítica seja exercida enquanto uma tecnologia de governo, é necessário que o Estado realize o controle e a gestão “[...] sobre las epidemias, las hambrunas, la guerra, el desempleo, la inflación y todo aquello que pueda amenazar el bienestar de la población” (Castro-Gómez, 2007, p. 160). A analítica de poder em Foucault não tinha como referencial o indivíduo, mas as transformações das tecnologias de poder que ocorreram na Modernidade europeia. As mudanças estão relacionadas ao modelo de governo estatal, que pressupõe a organização de um “sistema supraestatal de segurança” como meio para que as ações do Estado ocorram na vida cotidiana da população. Assim, se forma um “mecanismo global de poder” sem o qual não seria possível a própria fundação de um Estado enquanto nação (Castro-Gómez, 2007).

Ainda, segundo Castro-Gómez (2007, p. 161), “Foucault reconoce entonces – y esta es una tesis sorprendente – que la cadena de poder donde opera la biopolítica se vincula en red con otra cadena más global todavía de carácter geopolítico. La biopolítica se ‘enreda’ con la geopolítica.” Desse modo, a vinculação do exercício de poder pelo Estado com a geopolítica torna possível analisar a biopolítica articulada com a territorialidade na qual elas estão sendo exercidas pelas tecnologias de governo. Neste sentido, compreende-se as biopolíticas conforme foram elaboradas e exercidas na América Latina.

Sob esta perspectiva de análise, tem-se a possibilidade de se realizar ajustes teóricos necessários, que considerem a formação política, social, cultural e econômica de Estados que têm em sua história o colonialismo. Isso porque entende-se que o colonialismo circunscreveu a constituição dos países latino-americanos, assim como as subjetividades e as identidades. Em outras palavras, como não é possível apagar nem alterar o passado colonial da História do povo latino-americano, então, é preciso considerar esse aspecto como um importante elemento para análise e compreensão de como as relações entre o Estado e os indivíduos se constituiu ao longo dos séculos neste continente, em se tratando de biopolítica. Ainda, conforme Castro-Gómez (2007, p. 162),

tenemos entonces que Foucault distingue tres niveles de generalidad en el ejercicio del poder: un nivel microfísico en el que operarían las tecnologías disciplinarias y de producción de sujetos, así como las “tecnologías del yo” que buscan una producción autónoma de la subjetividad; un nivel mesofísico en el que se inscribe la gubernamentalidad del Estado moderno y su control sobre las poblaciones a través de la biopolítica; y un nivel macrofísico en el que se ubican los dispositivos supraestatales de seguridad que favorecen la “libre competencia” entre los Estados hegemónicos por los recursos naturales y humanos del planeta. En cada uno de estos tres niveles el capitalismo y la colonialidad del poder se manifiestan de forma diferente. Es precisamente este vínculo en red entre diferentes tecnologías de poder que operan a distintos niveles de generalidad y con distintos instrumentos [...].

Com isso, torna-se necessário investigar a biopolítica a partir dessa rede na qual operam as diversas tecnologias de poder, em diferentes níveis da vida dos indivíduos. É importante destacar que essa “rede” se movimenta, alterando-se conforme exijam as mudanças do cenário em que o poder está sendo exercido. Assim, ocorrem adaptações às novidades, permitindo a continuidade dos mecanismos de poder no tempo, apesar das alterações.

Para tratar de colonialismo na perspectiva de Foucault, Castro-Gómez (2007) afirma que é necessário compreender que, para o francês, o colonialismo é proveniente da formação dos Estados-nação europeus durante a Modernidade. O racismo, então, está associado à biopolítica pois fundamenta as tecnologias de poder europeias, que foram propagadas para o restante do mundo. Nas palavras de Castro-Gómez (2007, p. 164, *itálicos do autor*), “[...] Foucault parece creer que las tecnologías de poder que operan en los distintos niveles de generalidad (micro, meso y macro) fueron generadas *en Europa* y posteriormente se *extendieron* hacia el resto del mundo.” Neste sentido, o pensamento de Foucault centralizado na Europa a coloca como fundadora de tudo. Por este motivo que, do ponto de vista do conteúdo, a análise do poder realizada por Foucault sempre será eurocêntrica. Entretanto, quanto à forma, ele destaca que

[...] la Analítica del poder en Foucault no es necesariamente eurocéntrica, sino que tiene el potencial de ser utilizada como metodología válida de análisis para pensar la complejidad del sistema-mundo y la relación entre modernidad y colonialidad. (Castro-Gómez, 2007, p. 165)

Desse modo, a perspectiva apresentada por Foucault, a partir do método genealógico, pode auxiliar em abordagens críticas sobre a atualidade, tendo em vista que o “sistema” de redes exposto por ele colabora para a compreensão das formas como o poder é exercido nos diversos níveis da vida dos indivíduos (Castro-Gómez, 2007). Se o poder funciona como uma rede, depreende-se que existem múltiplas redes de poder²⁹. Castro-Gómez enfatiza que as redes de poder são articuladas umas às outras, porém, este vínculo é temporário e parcial.

Além disso, “la genealogía foucaultiana puede servir como importante correctivo de algunos postulados teóricos defendidos por el Análisis del sistema-mundo que resultan altamente problemáticos” (Castro-Gómez, 2007, p. 165). Isso porque a metodologia de Foucault inicia com a análise dos níveis micro (por meio das disciplinas) para alcançar os níveis macro das relações de poder (as biopolíticas). Essa abertura possibilitada pela perspectiva foucaultiana é o que torna possível o uso das noções e dos conceitos elaborados pelo francês para análises que são realizadas em outras territorialidades, cujo contexto de exercício de poder é inteiramente diferente do cenário europeu analisado por Foucault. Por isso, Castro-Gómez (2007) afirma que a “analítica do poder” de Foucault é uma teoria “heterárquica” do poder, considerando que não há hierarquia entre as cadeias de poder, não sendo possível um controle centralizado.

Observa Castro-Gómez (2007) ainda que, ao se considerar a analítica do poder em Foucault como uma teoria heterárquica, tem-se a oportunidade de realizar investigações que possibilitem a relação entre o capitalismo e o colonialismo. A contribuição dessa forma de análise é que não há uma separação entre os níveis micro e macro das relações de poder, pois, como acima mencionado, elas funcionam em cadeias, formando redes e sistemas que se apoiam uns nos outros. Neste sentido, a colonização e o colonialismo não podem ser analisados apenas sob o viés do domínio e da exploração, pois seus efeitos se estenderam a todos os níveis de vida dos indivíduos, atuando também sobre a formação das subjetividades.

²⁹ Castro-Gómez (2007, p. 165) refere-se a “cadeias de poder”, em uma tradução literal. Neste trecho, optou-se pela tradução da palavra “*cadena*” como “rede”, embora, neste contexto, “rede” e “cadeia” são utilizados como sinônimos em relação ao que Foucault compreende como o funcionamento do poder: uma rede (ou uma cadeia) de ações de poder que desencadeiam novas ações, criando-se novas redes.

A abordagem heterárquica, neste contexto, propicia uma compreensão mais profunda da colonialidade, pois a noção extrapola as questões referentes à submissão econômica e política que é determinada pelas sociedades que exercem poder sobre as regiões periféricas. Abordar a colonialidade não equivale a discutir apenas o colonialismo nas múltiplas características que apresenta. Sem embargo, essa perspectiva salienta a complexidade existente no contexto e o cuidado necessário para analisar os mecanismos de regulamentação e de normalização que operam nos níveis governamentais. De acordo com Castro-Gómez (2007), esses mecanismos são derivados das chamadas "heranças coloniais" e possuem funções que são fundamentais para a manutenção e a continuação das estruturas de poder colonial, mesmo após as independências.

Acrescenta-se que essa abordagem ressalta a importância das tecnologias de resistência e os processos de descolonização, que operam em uma escala mais detalhada, quase molecular (Castro-Gómez, 2007). As tecnologias e os processos envolvem estratégias, práticas e movimentos que buscam reconstruir as identidades sociais e culturais. Com isso, busca-se mostrar a existência de outras formas de narrativas, que não são as que foram produzidas pelos colonizadores. Dessa forma, criam-se alternativas aos sistemas de poder tradicionais.

A partir do pensamento de Castro-Gómez, essa interpretação heterárquica amplia o entendimento da colonialidade, pois, a partir dessa noção, pode-se considerar uma rede intrincada de influências e de dinâmicas que permeiam os diversos âmbitos da sociedade. Desse modo, é possível que se elaborem perspectivas mais integrativas e plurais acerca das implicações da colonialidade.

O pensador colombiano acrescenta também que não há uma única colonialidade do poder, pois existem múltiplas colonialidades, as quais podem ser observadas sob diferentes aspectos e níveis (micro, meio ou macro). Neste sentido, ele assinala a necessidade em abordarmos o racismo em termos econômicos, haja vista que a mão de obra durante todo o Período Colonial era composta por escravos e escravas indígenas e negros, ou seja, houve uma "etnización de la fuerza de trabajo" (Castro-Gómez, 2007, p. 168). Uma análise a partir da heterarquia nos possibilita compreender as relações de poder a partir

dos regimes locais em que ocorriam tais relações. E este é um aspecto de relevância indicado por Castro-Gómez, que contribui para as discussões atuais sobre o “legado de Foucault” para a América Latina. Ele afirma que “desde esta perspectiva resulta inadecuado postular al racismo como un fenómeno cuya lógica se juega, por entero, en las relaciones globales de trabajo” (Castro-Gómez, 2007, p. 168).

Castro-Gómez sinaliza que, embora exista uma certa subordinação dos regimes locais de poder aos sistemas de macropoderes, isso ocorre apenas de modo parcial, pois cada forma de poder se desenvolve a partir das relações locais e regionais. Nas palavras de Castro-Gómez (2007, p. 170),

hay elementos de los regímenes locales y semiglobales que se vinculan ciertamente a la temporalidad de los regímenes globales, sometándose al comando de su jerarquía, pero hay otros elementos que no lo hacen, que permanecen en una exterioridad relativa frente al sistema-mundo y que, por lo tanto, se mueven en una temporalidad diferente. Esto significa que en los niveles locales y semiglobales existe una heterogeneidad temporal, es decir, una situación marcada por la coexistencia de diferentes experiencias del tiempo.

Desse modo, o colombiano sustenta que a análise das relações de poder sob o viés da colonização/decolonialidade deve ser realizada considerando a heteratarquia do sistema de poder, que funciona em cadeia e que não necessariamente está subordinado aos dispositivos de macropoder. Isso porque a colonização ocorreu de diferentes modos, que dependem da regionalidade e dos colonizadores. Castro-Gómez (2007, p. 171) defende que

[...] el tema de la “decolonialidad” no puede seguir orientándonos hacia una reflexión exclusivamente macroestructural, como si de ese nivel dependiera la descolonización de otros ámbitos de la vida social. Eso conlleva una ignorancia respecto a las lógicas decoloniales que se dan en múltiples niveles y que en muchos casos se vinculan, sólo de forma residual, con la economía-mundo, y mucho más con cadenas microfísicas que afectan los cuerpos, los sentimientos y las relaciones interpersonales.

Conforme esses argumentos expostos por Castro-Gómez, a compreensão sobre o que são as biopolíticas e (principalmente) como elas operam nas sociedades, é uma tarefa complexa, necessitando recorrer ao contexto no qual foram constituídas e estão sendo vivenciadas. Se o racismo está vinculado a diferentes cadeias de poder, mas atuando como fundamento

para a elaboração de biopolíticas, é possível questionar: de que modo se deve observar e indicar as biopolíticas que se efetivaram na América Latina? Como, com alguma segurança, é possível compreender como que a biopolítica europeia se diferencia da biopolítica na América Latina? É possível de se falar em “biopolítica”, ou seria uma outra coisa?

Para Castro-Gómez (2010), a analítica da governamentalidade teorizada por Foucault, a partir de análises sobre o liberalismo e o neoliberalismo no curso *Nascimento da biopolítica*, apresenta um diagnóstico do presente. Neste, as relações de poder, no âmbito do governo da população, estão organizadas como se fossem empresas. Ou seja, a perspectiva em torno da questão da população não se refere mais como a ela um conjunto de pessoas, mas como um conjunto de “mercados” no qual cada indivíduo é estimulado a investir em si mesmo, qualificando-se e aperfeiçoando-se, funcionando como um capital-humano-pessoal. Nas palavras de Castro-Gómez (2010, pág. 51-52):

lo que más interesa en las tecnologías neoliberales no es tanto que los sujetos trabajen para satisfacer necesidades básicas (comer, dormir, abrigarse, descansar) y adquirir objetos materiales (cosificados como propiedad), sino que se “capitalicen a sí mismos”, es decir que logren “invertir” sus recursos en ámbitos inmateriales como la belleza, el amor, la sexualidad, el conocimiento, la espiritualidad, las buenas maneras, etc., pues tales inversiones contribuyen a aumentar sus posibilidades de movilidad en una “economía abierta de mercado”. Asistimos entonces a la planetarización de la sociedad de consumo, cuyo funcionamiento está anclado en los estilos de vida y modos de existencia de los sujetos, y que por tanto no es modificable a partir de acciones dirigidas a intervenir sobre una exterioridad.

Neste sentido, há um fortalecimento das relações de consumo contemporâneas, que organizam as sociedades, criando estilos de vidas e formas de viver que podem ser comprados e adquiridos, que são vendidos online ou que podem ser ensinados, muitas vezes por pessoas com pouca formação. Esses modos de existências utópicos³⁰ afetam os sujeitos em diversos níveis,

³⁰ O termo “utópicos”, neste contexto, se refere às formas de organização social, cultural ou política que idealizam uma realidade melhorada ou perfeita, mas que, em geral, estão distantes do contexto atual de vida de boa parte da população. Para algumas pessoas, essas formas de viver são inalcançáveis, pois são modos de vida que sugerem uma sociedade baseada em valores e práticas consideradas ideais, como igualdade, justiça e harmonia, com a esperança de um mundo transformado. Isto posto, “utópico” implica uma impossibilidade prática, pois os confortos e facilidades dos quais os modos de viver que são vendidos e comercializados dependem para serem realizados, não estão disponíveis para todos, e nem de maneira igual.

circunscrevendo hábitos, costumes, comportamentos, interações sociais, valores, formas de consumo, os cuidados de si, etc.

3.3. A RAÇA COMO MARCADOR BIOPOLÍTICO

A partir da relação entre o racismo e o colonialismo, é possível examinar a questão da raça como um marcador fundamental da biopolítica, permitindo observar a configuração dos dispositivos biopolíticos e a influência deles nas dinâmicas sociais e interpessoais. Essa abordagem visa a aprofundar a compreensão sobre a importância da raça como elemento biopolítico, ressaltando as nuances e a relevância histórica implicadas neste marcador.

Mbembe (2018) argumenta que a função da política é o trabalho da morte e que a soberania se exerce a partir do direito de matar. Neste contexto, o biopoder se configura na relação entre a política e a soberania, que está fundamentada nos princípios do estado de exceção e do estado de sítio, ao mesmo tempo. O estado de exceção se baseia na relação de inimizade, que é a base normativa do direito de matar. A partir do entendimento de Foucault, que o biopoder é uma relação entre as vidas que devem viver e aquelas que podem morrer, os mecanismos de poder do estado de exceção funcionam conforme o cálculo de quais vidas serão protegidas e quais não serão. E isso se aplica ao campo biológico, que é um campo controlado pela produção de conhecimento. Nesse contexto, Mbembe inclui um elemento importante, que é o racismo.

Foucault (2010) afirmou que o biopoder se aplica sobre o corpo, sobre a vida biológica dos indivíduos, através de diversos controles, isto é, o corpo é controlado. Isso é realizado por meio de mecanismos e de dispositivos de poder que dividem a sociedade e a população em grupos e subgrupos. Tanto Foucault (2010) quanto Mbembe (2018) afirmam que essa divisão é realizada com base na raça, ou seja, por meio do racismo. Conforme Mbembe (2018, p. 18) “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado.” Ou seja, o racismo caracteriza o direito de matar. Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, relacionou a política da raça e a política de morte. Nas palavras da autora:

o racismo pode destruir não só o mundo ocidental mas toda a civilização humana. [...] Pois, não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas seu fim, não a origem dos povos, mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas sua morte antinatural. (Arendt, 2012, p. 232)

Neste sentido, seu pensamento auxilia na compreensão de modo a complementar o pensamento de Foucault e a crítica de Mbembe.

De acordo com Castro-Gómez, nos cursos *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) e *Segurança, Território, População* (1977-1978), Foucault elabora uma “teoria heterárquica do poder” que serve como ferramenta para apontar o contraponto das “teorias hierárquicas”, aos se incluir a questão da colonização na problematização sobre o poder. Com isso, é necessário abordar a relação entre racismo e biopolítica, que se mostrou central para as discussões do cenário latino-americano. O autor argumenta que

Foucault intenta pensar cómo la biopolítica buscaba favorecer la emergencia de un tipo deseado de población (como prototipo de normalidad) a contraluz y mediante la exclusión violenta de su “otredad”. La biopolítica declara como “enemigos” de la sociedad a todas aquellas razas que no se ajusten a la norma poblacional deseada. En otras palabras, la biopolítica es una tecnología de gobierno que “hace vivir” a aquellos grupos poblacionales que mejor se adaptan al perfil de producción necesitado por el Estado capitalista y en cambio, “deja morir” a los que no sirven para fomentar el trabajo productivo, el desarrollo económico y la modernización. Frente al peligro inminente que representan estos enemigos, la sociedad debe “defenderse” y para ello está justamente la biopolítica. (Castro-Gómez, 2007, p. 156-157)

O colombiano indica que a relação entre racismo e colonialismo no pensamento de Foucault não foi a principal preocupação do francês. A intenção de Foucault foi analisar o racismo que ocorreu dentro dos Estados europeus. Ele argumenta que Foucault pretendeu realizar uma “genealogia do racismo”. compreendida como uma tecnologia biopolítica que é exercida pelos Estados em contextos distintos. Neste sentido, não haveria interesse de Foucault em estudar o “racismo em si”, mas

[...] el racismo en tanto que formación discursiva y dispositivo estatal de guerra sobre poblaciones indeseadas al interior de las fronteras de Europa. Poblaciones sobre las que la biopolítica no se aplica como tecnología para “hacer vivir”, sino como estrategia para “dejar morir”, es decir, para matar. (Castro-Gómez, 2007, p. 158)

A relação entre colonialismo e racismo não se apresentou como importante nos cursos de Foucault. Entretanto, para Castro-Gómez (2007) este é o principal problema para analisar a biopolítica no contexto da colonização na América Latina. De acordo com a argumentação desenvolvida por ele, o pensamento de Foucault permite compreender que

[...] las colonias fueron *uno* de los laboratorios en los que se probó el racismo en tanto que dispositivo biopolítico de guerra. No está diciendo que el racismo *nace* con el colonialismo, ni que el colonialismo es la condición de posibilidad del racismo; lo que dice es que la experiencia colonial europea coadyuva a *desarrollar* el discurso del racismo. (Castro-Gómez, 2007, p. 158, *itálicos do autor*)

Para Castro-Gómez (2007), Foucault mostrou como a ideia de “guerra das raças” favoreceu não apenas o racismo exercido “para fora” das fronteiras europeias (pelo colonialismo) mas, igualmente, no interior das fronteiras dos Estados europeus. Com isso, ele pretendeu mostrar que Foucault não estava se referindo a uma mesma “lógica racista”, que operava independente do território. O racismo decorrente do colonialismo foi exercido de modo completamente distinto daquele da Europa, considerando que

[...] para Foucault, el racismo es una estrategia de guerra que assume diferentes formas según sean los actores que intervienen en la guerra. Así, el racismo colonial es una forma específica de racismo. El texto considerado pone en claro que para Foucault el racismo moderno no es un discurso que nace con la experiencia colonial europea y luego se difumina por otros ámbitos de la vida social adentro y afuera de Europa. La razón para esta tesis antidifusionista es que el racismo es una formación discursiva que se vincula con diversos contextos de guerra social y circula por diferentes cadenas de poder. (Castro-Gómez, 2007, p. 159)

Assim, o racismo se molda conforme o contexto e os sistemas de poder. A vida dos indivíduos é formada por múltiplas cadeias de poder, que atuam com diferentes propósitos. Essas redes de poder se interconectam parcialmente, sem que um regime global tenha determinação final sobre elas. Segundo Castro-Gómez (2007, p. 166-167),

[...] en una teoría heterárquica del poder (como la que nos ofrece Foucault), la vida social es vista como compuesta de diferentes cadenas de poder, que funcionan con lógicas distintas y que se hallan

tan sólo parcialmente interconectadas. Entre los diferentes regímenes de poder existen disyunciones, inconmensurabilidades y asimetrías, de modo que no es posible hablar aquí de una determinación “en última instancia” por parte de los regímenes más globales. Tampoco es posible privilegiar analíticamente las estructuras molares. Por el contrario, la genealogía parte de los núcleos moleculares, allí donde se configura la percepción, los afectos, la corporalidad, en una palabra: la subjetividad de los actores que son en últimas, quienes incorporan las segmentaciones globales. De hecho, en una teoría heterárquica del poder no es posible hablar de estructuras que actúan con independencia de la acción de los sujetos, como si tuvieran vida propia, sino que es necesario considerar en primer lugar las prácticas de subjetivación, ya que como bien lo dice Foucault, el poder pasa siempre por el cuerpo.

Se o poder sempre circunscreve o corpo, a problematização do racismo conforme se configurou na América Latina e, em especial, no Brasil, se torna necessária nas análises sobre as biopolíticas neste cenário. Isso porque a forma como o racismo ocorre nessas territorialidades vincula-se diretamente à cor da pele. O racismo exercido no contexto latino-americano atua de forma direta sobre os corpos a partir da tonalidade da pele. Esse marcador forma a base dos dispositivos de poder, criando distinções múltiplas entre os indivíduos. Essa forma de exercício de poder se diferencia da que ocorreu durante o regime nazista, considerando que naquele contexto o racismo estava direcionado a um grupo da população demarcado por sua etnia.

Neste sentido, os judeus eram o alvo biológico, pois compartilhavam elementos étnicos enquanto povo: história, língua, religião, crenças, costumes, etc. Entretanto, na América Latina (e, atualmente, em outras localidades do mundo), o racismo tem como elemento comum a cor da pele, e não necessariamente esse vínculo étnico (como foi o caso dos judeus).

3.4. TERRITORIALIDADE, POLÍTICAS DA INIMIZADE E NECROPODER

Ao analisarmos a interconexão entre territorialidade e a relação “nós X eles”, é possível observar as características das relações de inimizado no contexto do necropoder. Abordar-se-á como os dispositivos de biopoder e de necropoder se beneficiam da territorialidade e da geopolítica, utilizando-os como instrumentos para gerenciar a população, por meio do delineando dos espaços

urbanos. Em consequência, o território é segregado de modo a demarcar as relações de poder, as hierarquias e as categorizações dos grupos da população.

Nesse contexto, a territorialidade aparece como meio de mostrar as distinções econômicas e, por conseguinte, as distinções com relação ao valor da vida das pessoas. As guerras internas pelo controle territorial revelam as complexas relações entre violência, milícias e administração do território por meio do terror. A territorialidade é utilizada como elemento central na articulação das relações entre a vida, o corpo e a raça, mostrando a intrincada rede de significados que compõem o necropoder.

Mbembe (2020) inicia mostrando que os limites da soberania são “matar” ou “deixar viver”, considerando que o soberano (chefe da nação/Estado) exerce controle sobre a mortalidade dos indivíduos. O autor expõe reflexões e críticas a Foucault, devido ao fato que o pensador francês não considerou a questão colonial na África e nas Américas para elaborar sua noção de Modernidade. Isso porque Mbembe, assim como Castro-Gómez e Quijano, indicam que a colonização teve um impacto considerável para o desenvolvimento industrial e econômico da Europa. Principalmente, pela extração dos recursos naturais. O poder exercido nas colônias não pressupunha a liberdade civil de todos os indivíduos que viviam naquelas sociedades. Por este motivo, se configurou uma outra forma de biopoder, que Mbembe (2018) definiu como “necropoder”.

Retomando, o soberano tem o direito de morte (Foucault, 2013a). Com isso em perspectiva, Mbembe (2018, p. 06) expõe as questões iniciais que investiga:

[...] sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação que opõe essa pessoa a seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto?

Essas perguntas balizam a problemática analisada por Mbembe, direcionando as críticas que ele elabora sobre o pensamento de Foucault. É importante salientar que Mbembe mostra como o pensamento de Foucault pode contribuir para a crítica da atualidade, expondo também os limites desse

pensamento. Neste sentido, a contribuição de Mbembe amplia o debate contemporâneo, não apenas no âmbito filosófico, mas também em outras áreas do conhecimento, como a psicologia, o direito, a educação, etc. Isso mostra que o pensamento de Mbembe tem se difundido também a partir das críticas que teorizou, pois elas permitem outras formas de problematizar a atualidade.

Mbembe (2018) relaciona a soberania e o estado de exceção, definindo o biopoder. Neste sentido, a soberania visa tornar a vida cotidiana operacional e, com isso, solapar os corpos e a população. E essa seria a característica do exercício da soberania: quando se pode provocar a morte.

Com relação ao estado de exceção, ele coloca os “campos da morte” como uma configuração de poder absoluto e negativo. E quando ele cita os “campos”, é preciso ter como referência o lugar da lavoura (*plantation*), o espaço onde se planta e se colhe (agricultura). Nas colônias, esse era o local no qual os escravizados viviam e trabalhavam durante o Período Colonial. Mbembe (2018) destaca a importância do campo como o lugar onde o estado de exceção é permanente e contínuo, ou seja, ele é ininterrupto, sendo o poder exercido nele, e sobre os indivíduos, continuamente. Além disso, ele afirma que o campo não opera dentro do “estado normal da lei” (sistema legislativo e de regras governamentais), pois é um estado de exceção que funciona de modo permanente. Com isso, se forma uma percepção de que não há um “estado de normalidade”. Ou seja, um modo de vida em que se pode constituir uma rotina estável e ter como expectativa cotidiana uma certa tranquilidade social. Isso porque, a característica do estado de exceção é o medo constante devido a insegurança das cidades, que vivenciam conflitos armados constantemente.

Neste sentido, a política é tratada enquanto “trabalho da morte”. Nas palavras do autor: “a política é, portanto, a morte que vive uma vida humana.” (Mbembe, 2018, p. 12-13). E ele complementa: “essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida” (Mbembe, 2018, p. 13). O objetivo dele é mostrar que esse poder de comprometer a vida e causar a morte (ou deixar morrer) acontece por meio da junção de estado de exceção com a soberania, configurando a necropolítica (abordada abaixo). Em resumo, conforme Mbembe (2018, p. 16) “a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria

ideia de limite. Mais especificamente, a política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu.”

A soberania é organizada a partir do imaginário social. Este é formado para que o “outro” – aquele que não faz parte do “eu” e do “nós” – represente uma ameaça à vida, um perigo ao viver, pois atenta contra a vida do “eu” e do “nós”. Em outras palavras, a figura do “outro” como sendo um inimigo, potencializa a possibilidade de eliminação do “eu”, por isso o “outro” sempre será perigoso e uma ameaça. Neste contexto, a soberania se configura a partir de uma relação com o terror enquanto forma política, marcando o corpo político.

O terror se converte numa forma de marcar a aberração do corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado. (Mbembe, 2018, p. 23)

O terror se sustenta em narrativas de dominação, articulado por meio de concepções de “verdade” e “erro” oriundas do Iluminismo, que justificaram formas de controle e subjugação utilizadas até então. Para o autor, essas concepções estruturam a relação entre o real e o simbólico, mostrando a forma como os discursos iluministas são organizados para legitimar a imposição de poder sobre corpos e populações. Nesse sentido, o terror não se limita à violência física, mas se manifesta como uma estratégia de dominação que utiliza um modo específico de controle sobre a vida, que se alinham aos projetos de opressão e soberania que eram exercidos nas colônias.

Ao abordar o necropoder e a ocupação colonial na modernidade tardia, Mbembe (2018) apresenta a definição do que é o necropoder, a partir da análise que ele fez sobre o biopoder. Ainda, ele explica o que é a modernidade tardia, bem como ocorreu a ocupação colonial nesse contexto. O autor expõe que a ocupação colonial ocorreu pela apreensão, pela demarcação e pela afirmação de um controle que é, ao mesmo tempo, físico e geográfico. Isso constitui novas relações espaciais, ou seja, a partir da territorialização (divisão dos territórios) se realiza a ocupação territorial. Nesse cenário de ocupação, Mbembe questiona: como funciona a soberania?; e como ocorre a relação entre o soberano e os indivíduos colonizados?

Em relação à soberania, Mbembe (2018, p. 39) a relaciona com a produção de “imaginários culturais”³¹ que respaldam a “[...] instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço”. Aqui é possível estabelecer uma relação com o pensamento de Foucault (2010), quando este aborda o biopoder, fundamentado na hierarquização, na categorização, na classificação e na separação dos indivíduos conforme a produtividade de cada um. Contudo, Mbembe aprofunda a análise do exercício do poder soberano pois, antes do quesito produtividade, nas colônias, a separação era realizada, primeiramente, entre os indivíduos que eram livres e os que eram escravizados. Desse modo, “soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (Mbembe, 2018, p. 39), ao mesmo tempo. Em referência a Fanon, Mbembe (2018, p. 40) indica que a ocupação territorial funciona com base na “[...] divisão do espaço em compartimentos”.

Explica Mbembe (2018, p. 41) que, “nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. Sob esta perspectiva, o “poder de morte” define quem deve viver ou quem vai morrer, a partir dos discursos que são produzidos e que fundamentam os dispositivos de poder³².

A ocupação territorial somada à questão da violência forma a base para a “política do terror”, que Mbembe (2018) nomeia como “necropoder”: uma formação de poder específica voltada para o terror. Para o autor, “a forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina”³³ (Mbembe, 2018, p. 41). Nesse contexto, a relação entre poder e

³¹ “Imaginários culturais” podem ser compreendidos como os conjuntos de ideias, símbolos, valores e narrativas compartilhadas por uma sociedade. Esses elementos moldam as formas como os indivíduos entendem a si mesmos, o mundo e suas relações sociais, influenciando as percepções sobre a sociedade e as práticas cotidianas. “A demanda por um excedente imaginário, necessário para a vida cotidiana, não apenas foi acelerada. Ela se tornou irreprimível. Esse excedente imaginário não é percebido como um complemento a uma existência que seria mais “real” por estar supostamente mais ajustada ao ser e à sua essência. Por muitos, ela é vivida como o motor do real, como a própria condição de sua plenitude e de seu esplendor. Outrora confiada às religiões de salvação, a produção desse excedente hoje é delegada cada vez mais ao capital e aos mais variados tipos de objetos e tecnologias” (Mbembe, 2020, p. 94).

³² Ver: Leite, 2020.

³³ Mbembe analisa a ocupação da Palestina no ensaio *Necropolítica* como um exemplo de “estado de exceção permanente”. O poder soberano exerce o controle sobre a vida e a morte das populações palestinas. Ele apresenta a região como um território fragmentado, de “guerra contínua e militarização extrema”, em que os palestinos são submetidos a formas de violência, confinamento e segregação. O autor argumenta que a ocupação israelense exemplifica a

saber ocasionou o uso do conhecimento produzido por áreas como História, Geografia, Arqueologia e Cartografia para fins de exercício de poder naquele local, considerado sagrado. Além disso, essa relação poder-saber viabilizou a dominação de um espaço e sobre um povo. Mbembe (2018, p. 42) explica que,

em consequência, a violência colonial e a ocupação se apóiam no terror sagrado da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoas “apátridas” em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias).

O necropoder possui três características: (i) a fragmentação territorial interna, (ii) a soberania vertical e (iii) o “princípio da exclusividade recíproca”. A fragmentação territorial interna ocorre quando o território é dividido em “[...] uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas” (Mbembe, 2018, p. 43). Essa fragmentação funciona com um duplo objetivo: impossibilitar a circulação e segregar o espaço territorial. Em outras palavras, a população é dividida em grupos que podem se movimentar apenas em áreas previamente determinadas.

A soberania vertical se configura de duas formas. A primeira é a ocupação fragmentada, ou seja, como o território está fragmentado, então a ocupação também ocorre dessa maneira (fragmentada). A segunda é a separação do território, ou seja, o espaço geográfico possui fronteiras e, dentro desses limites, são exercidos controles e vigilâncias de modo constante.

A terceira característica é o “princípio da exclusividade recíproca”, e tem referência nos escritos Fanon. Está relacionada à questão da infraestrutura, que na ocupação colonial fragmentada, ocasiona que “[...] comunidades são separadas segundo um eixo de ordenadas” (Mbembe, 2018, p. 46). Ou seja, se for necessário deslocar uma parte da população de uma área para outra, devido a interesses financeiros, econômicos, imobiliários, políticos, etc., isso será feito³⁴. Além disso, há a proliferação dos espaços de violência, que demarcam

“necropolítica”, um regime de poder que decide quais vidas podem ser vividas e quais podem ser eliminadas, mantendo a população palestina em uma condição de vulnerabilidade e precariedade constante.

³⁴ Como exemplo, ver: Reintegração de posse termina em confronto e oito prisões em Porto Alegre, publicado em 15/06/2017 - 16:35 Por Daniel Isaia - Correspondente da Agência Brasil - Porto Alegre, disponível no link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/reintegracao-de-posse-termina-em-confronto-e-oito-prisoas-em-porto-alegre> Último acesso em 16/09/2024, 16:56.

determinadas zonas como de conflito, organizando o território e a circulação da população. Isso importa na medida em que, por exemplo, em sociedades racistas como a brasileira, as pessoas negras não podem circular com tranquilidade em determinados bairros ou estabelecimentos comerciais, pois são monitoradas por câmeras de segurança e acompanhadas por vigilantes. Em um cenário de violência, um passeio no shopping pode acarretar hostilidade e tumulto³⁵.

Mbembe (2018) distingue a ocupação colonial moderna e a contemporânea. Segundo ele, a ocupação colonial moderna é a Imperialista e se refere ao período de divisão da África, entre 1880 e 1910. A ocupação colonial contemporânea se caracteriza pelo exercício do estado de exceção somado à política do terror, que ocorre no século XX. É colonial, embora a maioria dos países sejam independentes e tenham sua soberania, aparentemente, respeitada. Esse estado de exceção não identifica qualquer diferença entre o inimigo interno (dentro do território) e o inimigo externo (fora das fronteiras territoriais). Contudo, o inimigo interno é tratado da mesma forma que o inimigo externo, pois há o entendimento que, tanto um quanto outro, ameaçam a vida do “eu-nós”.

A ocupação colonial contemporânea pode ser compreendida como a relação entre a disciplina (aplicada sobre o corpo), a biopolítica (que governa a vida) e a necropolítica (que administra o terror e a morte). Essas três características permitem a “dominação absoluta”, ou seja, o domínio sobre os habitantes e sobre o território, bem como o controle da vida cotidiana, por meio da militarização, da manutenção da população sitiada e promovendo execuções e matanças com frequência. Isso ocorre porque a ocupação acontece sob o regime do estado de exceção, no qual não há leis que garantam um “estado normal” civil e jurídico, nos moldes das sociedades livres e democráticas contemporâneas. A legislação, muitas vezes, não é reconhecida nem respeitada, podendo também mudar rapidamente. Assim, o Estado opera a partir de alguns mecanismos de guerra dentro do próprio território, respaldado pelo estado de

³⁵ Como exemplo, ver: Mulher é seguida por funcionários, tem a sacola de compras revirada e acusa loja em SP de racismo, publicado em 02/02/2024 04:00 Por Juliana Furtado, Carlos Henrique Dias, em G1 Portal de Notícias, disponível no link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/02/02/mulher-e-seguida-por-funcionarios-tem-a-sacola-de-compras-revirada-e-acusa-loja-em-sp-de-racismo-video.ghtml> Último acesso em 17/09/2024, 05:03.

exceção. Em consequência, a população vive insegura, sem a proteção do Estado e dos mecanismos jurídicos, bem como é alvo de explorações e violências cotidianas.

Neste cenário, Mbembe (2018) identifica a relação entre máquinas de guerra e heteronomia, explicando que as guerras contemporâneas têm duas características importantes: (i) alta tecnologia, que multiplica a capacidade de destruição, acarretando (ii) danos persistentes à vida civil. No campo político, inexistente a separação entre inimigo interno e externo, pois os conflitos acontecem dentro da própria territorialidade política e geográfica. Desse modo, as máquinas de guerra são constituídas por homens armados que se organizam divididos por tarefas e circunstâncias. Ou seja, elas são organizações políticas e empresariais, mas, ao mesmo tempo, elas são difusas e polimorfas, possuindo uma capacidade de metamorfose porque a relação delas com o espaço é móvel. Isso caracteriza a pluralidade de funções que apresentam:

uma máquina de guerra combina uma pluralidade de funções. Tem as características de uma organização política e de uma empresa comercial. Opera mediante capturas e depredações e pode até mesmo cunhar seu próprio dinheiro. Para bancar a extração e exportação de recursos naturais localizados no território que controlam, mas máquinas de guerra forjam ligações diretas com redes transnacionais. (Mbembe, 2018, p. 55)

A instabilidade monetária e financeira nesses locais também contribui para as operações das máquinas de guerra, considerando que a circulação monetária e de riquezas influencia no Estado e na sociedade. Isso ocorre de duas formas. Primeiramente com relação ao valor das pessoas, que é igualado ao valor da vida. Ou seja, quando se trata de questões referentes às pessoas, está se deliberando sobre vidas. Mbembe (2018, p. 56) explica que,

historicamente, capturar e fixar dependentes por meio de dívida tem sido sempre um aspecto central tanto da produção de pessoas como da constituição de vínculo político. Tais obrigações foram cruciais para determinar o valor das pessoas e julgar seu valor e utilidade. Quando seu valor e utilidade não são demonstrados, podem ser destituídas como escravos, peões ou clientes.

Tais afirmações podem ser relacionadas à perspectiva de Foucault sobre o biopoder, por meio do qual é organizada a relação entre a vida e a morte: as vidas que devem viver e as vidas que podem morrer.

O segundo modo de como a circulação monetária influencia no Estado e na sociedade ocorre pela modificação da relação entre as coisas e as pessoas visando a superação dos “enclaves econômicos”³⁶. Conforme Mbembe (2018, p. 57),

a concentração de atividades relacionadas à extração de recursos valiosos em torno desses enclaves tem, por sua vez, convertido esses enclaves em espaços privilegiados de guerra e de morte. A própria guerra é alimentada pelo crescimento das vendas dos produtos extraídos.³⁷

Mbembe também enfatiza a relação entre o necropoder e a violência, indicando a formação de “economias de milícias” como máquinas de guerra, afetando o cotidiano das sociedades que sofrem com a ocupação colonial na contemporaneidade.

Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os proveem com apoio material e financeiro. (Mbembe, 2018, p. 58)

Nesse contexto, a população se torna uma categoria política que é dividida em subgrupos. Por sua vez, os grupos de milícias, ou de rebeldes, realizam a captura de grupos de pessoas e a modificação compulsória de território dessas pessoas. Em outras palavras, um subgrupo da população é apreendido, retirado pelo uso da força de seu território e levado para outra localidade. Cabe lembrar que a necropolítica funciona com base na fragmentação do território e na organização social por categorias de indivíduos. Por este motivo, as “economias de milícias” operam com certa utilidade nas sociedades colonizadas, executando determinadas tarefas pelo Estado, sem que

³⁶ Esta expressão utilizada por Mbembe pode ser compreendida como uma economia que funciona dentro de um país, operando sobre a territorialidade, utilizando os recursos naturais, materiais e humanos, mas que os lucros, entretanto, são enviados e aplicados em outro país.

³⁷ No Brasil, por exemplo, esse problema é evidenciado pelo crescente desmatamento da Amazônia, para a extração de madeira e minérios, somado aos garimpos ilegais, causando problemas socioambientais e ecopolíticos.

façam parte do governo oficial. Isso também modifica a relação do poder com o corpo:

se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre”. (Mbembe, 2018, p. 59)

A perspectiva de Mbembe, apresentada acima, o afasta do pensamento de Foucault sobre como o poder sobre os corpos opera. Enquanto o francês considerou a estreita relação entre o exercício do poder e a disciplinarização dos corpos, por meio da docilização do mesmo, Mbembe expõe como a economia paramilitar, em conjunto com o desenvolvimento de alta tecnologia aplicada aos meios de guerra, transforma o corpo, a vida e a pessoa em apenas mais um número, dentro do “amontoado” de corpos massificados que formam uma população. Neste sentido, o autor expõe que

cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não tem Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. (Mbembe, 2018, p. 60)

Assim, os conflitos ocorrem no interior de um mesmo território, entre grupos armados rivais. E o corpo, enquanto portador da vida, está constantemente em risco, pois há tecnologias que visam a eliminação dele, quando algum grupo assim o decidir. De acordo com Mbembe (2020, p. 14), “a guerra se inscreveu como fim e como necessidade, não só na democracia, mas também na política e na cultura.” Ainda, o autor explica que

a violência colonial tinha por função captar a força do desejo no subjugado e desviá-la para investimentos improdutivos. Fingindo querer o bem do indígena, em lugar dele, o aparato colonial não buscava apenas bloquear seu desejo de viver. Visava também atingir e restringir sua capacidade de considerar a si mesmo como agente moral. (Mbembe, 2020, p. 17)

Com isso, há uma reintrodução global das relações coloniais, mas sob uma outra “roupagem”, denominada por Mbembe de “sociedades da inimizade”.

Estas operam sob o fundamento da administração da guerra e do terror. Dessa maneira, se configuram as “guerras coloniais contemporâneas”, que tornaram cada vez maior a falta de união, de diálogo e de cooperação entre as pessoas atingidas.

4. PROBLEMAS BIOPOLÍTICOS NO BRASIL: CORPO, RAÇA E VIOLÊNCIA

“Um país sem memória não pode ficar achando que um passado caía do céu.”

(Roberto Gomes)

Ao se abordar a Filosofia por meio da análise de problemas, evidencia-se a capacidade dos conceitos em desempenhar uma função de permanente contribuição na construção dos saberes, bem como na explicitação e na ampliação do entendimento sobre os conceitos. A compreensão filosófica não busca apenas responder a questionamentos sobre a função e a formulação do conceito, mas também pode traçar as origens, as alterações e os desdobramentos ao longo do tempo. Conforme Almeida (2021, p. 35),

a fim de que conceitos tenham alguma relevância científica e, conseqüentemente, possam servir como meios para que aspectos importantes da realidade concreta possam ser desvendados, é necessário que sejam tratados com o devido rigor.

Sob esta perspectiva, o conceito central discutido nesta tese (biopolítica) é analisado, verificando se ele propicia possíveis respostas às indagações originadas por problemas específicos, mostrando a natureza dinâmica e adaptativa de estudos sob este viés. A abordagem por meio de problemas, na Filosofia, oferece um caminho reflexivo para que seja possível compreender a evolução e a função dos conceitos filosóficos diante de desafios específicos.

O estudo da biopolítica não pode contornar a questão a partir da intersecção de dois temas filosóficos fundamentais: a “vida” e a “política”. A vida entendida como um problema político de gestão populacional, o qual configura-se como diversos “problemas biopolíticos”. Em outras palavras, quando a vida e a política são entrelaçadas de tal modo que se transformam em demandas que transcendem o âmbito individual. Em decorrência, determinadas vidas são colocadas em risco e isso impacta a população de uma maneira mais abrangente. Para tanto, a dualidade da biopolítica é analisada: (a) como um

instrumento analítico (método) e (b) como facilitadora na elaboração de “correções” e na organização social (ações políticas).

Aprofundando-se nas definições fornecidas por Foucault e no mapeamento inicial de campos biopolíticos entre 1974 e 1979 (realizados na seção 2), o enfoque dos estudos sobre “biopolítica” é direcionado para o Brasil, a partir da temática do corpo e da violência, com base no marcador social da raça. Observa-se a necessidade de uma definição mais robusta de biopolítica ajustada ao contexto brasileiro, tendo esses marcadores como referência. Diante disso, se verifica a necessidade em se articular elementos particulares da formação social brasileira para se compreender os “problemas biopolíticos”. A abordagem inicial propõe vincular o contexto social, cultural, econômico e histórico na formulação do conceito. Além disso, ao estabelecer uma relação estreita com a noção de problema, esta seção é um caminho teórico e reflexivo para a compreensão dos “problemas biopolíticos” no contexto específico do Brasil.

Reiterando, as características da biopolítica possuem o suporte teórico nas concepções de Foucault (apresentadas na seção 2), Castro-Gómez e Mbembe (que foram apresentados na seção 3). A partir desse momento, a análise visa apresentar as formas de violência que são exercidas sobre os corpos na atualidade brasileira. Para isso, é necessário reconhecer que o racismo atua como importante marcador biopolítico na sociedade brasileira e, em alguns casos, é determinante. Neste sentido, o racismo direciona os processos de elaboração de dispositivos de poder que possuem como enfoque proteger determinadas vidas enquanto outras podem ser deixadas para morrer. Essa característica do biopoder mostra-se imprescindível na análise das biopolíticas contemporâneas. Para contemplar essa temática, é indispensável a contribuição de Carneiro, ao elaborar o “dispositivo de racialidade”, em diálogo com o pensamento de Foucault.

Além disso, a segunda função da biopolítica é o exercício de poder, por meio de políticas públicas que orientam, guiam e conduzem o comportamento da população de forma massificada. Desse modo, a raça enquanto marcador biopolítico também é analisada sob o viés do pensamento de Almeida, que realiza a interlocução com a perspectiva foucaultiana, mostrando de que formas o racismo faz parte das estruturas que fundamentam os sistemas de poder na

sociedade brasileira. Neste sentido, para aprofundar as reflexões sobre as questões de raça e do racismo, é necessário considerar que, no Brasil, o racismo é praticado sobre os indivíduos não-brancos, isto é, está associado à cor da pele de cada pessoa. Além disso, é importante o reconhecimento de “fatores agravantes”, como a questão da classe, bem como o fato de que o racismo também pode ser praticado por aqueles mesmos que sofrem racismo, expondo as lutas internas dentro da própria classe, o que reforça as complexidades das opressões interseccionais.

4.1. O BRASIL CONTEMPORÂNEO E A EMERGÊNCIA DOS PROBLEMAS BIOPOLÍTICOS

Os problemas biopolíticos inicialmente expostos foram elencados considerando os campos de intervenção das biopolíticas, identificadas na pesquisa sobre o pensamento político de Foucault. O estudo elencou a existência de, pelo menos³⁸, quatro áreas de intervenção sobre o corpo e o comportamento nas quais os dispositivos de poder estão direcionados e sob as quais as biopolíticas são elaboradas. O mapeamento permite estudos teóricos nos quais é possível analisar de modo mais aprofundado as características de cada uma dessas áreas de intervenção biopolítica, considerando que cada uma delas ocasiona problemas biopolíticos específicos, referentes a cada ação correspondente. Contudo, é importante ressaltar que, na vida social cotidiana, esses campos de intervenção ocorrem de forma simultânea e ininterrupta. Isso porque, lembrando, o poder funciona em rede, em cadeias (Foucault, 2010), formando sistemas heterárquicos de poder (Castro-Gómez, 2007).

Neste contexto, é essencial apresentar a análise do campo de intervenção referente à intersecção entre corpo, raça e violência. Para isso, os problemas biopolíticos serão abordados no contexto do Brasil pós-colonial³⁹,

³⁸ Utiliza-se a expressão “pelo menos” porque podem surgir outras áreas de intervenções que ainda não foram analisadas, mas que são importantes para as análises sobre o contexto contemporâneo. Contudo, não foram estudadas por Foucault, porque ocorreram depois ou não foi possível para ele realizar o estudo de outros campos de intervenção biopolíticos.

³⁹ O Brasil Pós-Colonial refere-se ao período histórico que se seguiu à independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822. Nesse período, o país passou por diversas transformações

especificamente o século XXI, de 2000 a 2023. Nesse período, a população brasileira passou por uma série de transformações sociais e políticas, dentre outras, que moldaram a História recente do país.

4.1.1. A política e a economia no Brasil do século XXI

No início dos anos 2000, no Brasil havia expectativas promissoras de um novo século, com promessas de desenvolvimento nos mais variados âmbitos (social, econômico, cultural, educacional, etc.). O início do século XXI é marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente em 2002, que se reelegeu em 2006, governando o país de 2003 a 2010. No Governo, Lula implementou políticas de inclusão social, aumentando os investimentos em programas sociais e ampliando o acesso à educação e saúde⁴⁰. Em consequência, o país viveu uma série de mudanças políticas e sociais.

Na economia, o país obteve um crescimento significativo, impulsionado principalmente pela exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Em decorrência, houve uma redução considerável na pobreza extrema e na desigualdade social. Programas sociais, como o Bolsa Família⁴¹, contribuíram para que milhões de brasileiros saíssem da linha da pobreza. Além disso, o acesso à educação e saúde públicas por parte da população de baixa renda foi ampliado ao longo dos primeiros anos.

Contudo, ainda no início dessa década, o país vivenciou uma crise política causada pelo escândalo do mensalão⁴². Esse acontecimento desencadeou a

políticas, sociais e econômicas, buscando consolidar sua identidade nacional e superar os resquícios do sistema colonial.

⁴⁰ Para mais informações detalhadas, fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) oferecem relatórios e análises aprofundadas sobre o período.

⁴¹ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado pelo Governo brasileiro em 2003, tendo como objetivo combater a pobreza e a desigualdade social, fornecendo auxílio financeiro mensal a famílias em situação de vulnerabilidade. Desde sua criação, o programa já beneficiou milhões de famílias em todo o país.

⁴² O escândalo político conhecido como “Mensalão” ocorreu no Brasil entre os anos de 2005 e 2006. O termo foi utilizado para descrever um “esquema de corrupção” envolvendo pagamentos mensais de propinas a parlamentares em troca de apoio político ao Governo Federal. O caso teve repercussão significativa no cenário político nacional, tendo como uma das consequências o abalo da confiança da população nas instituições políticas e levando à condenação de diversos políticos e empresários envolvidos. O caso resultou em investigações, julgamentos e

falta de confiança da população nas instituições públicas e políticas, marcando o início de uma longa fase de investigações e de debates sobre a corrupção no país. Além disso, outras investigações sobre a corrupção no Governo foram realizadas, dentre elas as investigações sobre a Petrobrás que, mais tarde, culminaram na “Operação Lava Jato”.

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff, também do PT, ganhou as eleições presidenciais com a promessa de dar continuidade ao Governo de Lula. Ela foi a primeira presidente mulher eleita na história do país, sendo um marco significativo no ingresso das mulheres na política. Rousseff governou o Brasil de 2011 a 2016, quando seu segundo mandato foi interrompido devido ao *impeachment*.

Durante seu primeiro mandato (2011-2014), ela conseguiu manter a coalizão política “herdada” do Governo Lula. Entretanto, para conseguir isso, Rousseff enfrentou embates políticos diretos com o Congresso Nacional. A economia brasileira apresentou alguns sinais iniciais de crescimento, mas logo começou a desacelerar. Visando retomar o crescimento econômico vivenciado nos anos anteriores, o Governo adotou políticas econômicas de caráter intervencionista, ou seja, com uma presença mais ativa do Estado em diversas áreas da economia. Entre essas medidas, se destacaram as desonerações fiscais e os incentivos ao consumo. No entanto, o controle dos preços da energia e dos combustíveis acabou impactando negativamente a Petrobras, que não conseguiu, na época, recuperar os prejuízos causados pelas políticas econômicas implementadas. Apesar dos esforços, a economia desacelerou, resultando em um crescimento de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 (Corsi, 2016).

Acrescenta-se a este cenário os problemas de segurança pública, com a crescente violência urbana e o aumento da criminalidade, especialmente nas

condenações de importantes figuras políticas, incluindo membros do Partido dos Trabalhadores (PT), partido que estava no poder na época. O “mensalão” teve repercussões tanto no âmbito político, com a queda de ministros e a reconfiguração do cenário político, quanto no âmbito jurídico, com a consolidação do combate à corrupção como uma pauta central no país. Ver mais em: O que aconteceu no escândalo do Mensalão? Por Marina Darie. Publicado em: 22/08/2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/> acesso em 12/06/2024; Mensalão: cronologia do caso. Publicado em: 30/11/2021 20h34 Atualizado há 2 anos. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghml> acesso em 12/06/2024.

grandes metrópoles. Nesse contexto, houve tentativas de intensificar o uso das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em especial durante grandes e importantes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro. Durante este período, o programa das UPPs⁴³ começou a enfrentar dificuldades crescentes durante o segundo mandato de Rousseff, com denúncias de abusos cometidos por policiais, críticas quanto à sustentabilidade do modelo e o recrudescimento da violência em algumas regiões que haviam sido pacificadas. Com isso, a crise econômica e política, somada à queda de recursos financeiros, também contribuíram para a deterioração do projeto das UPPs.

Além disso, diversas manifestações populares ocorreram, as quais a população exigia melhores serviços públicos e maior transparência do Governo. Como destaque dessas manifestações, ocorreram as “Jornadas de 2013”⁴⁴. Essas manifestações tiveram como cerne o aumento de vinte centavos na passagem de ônibus municipal em algumas cidades do país. Porém, esse movimento rapidamente ganhou força e proporção nacional, diante da insatisfação dos manifestantes contra diversos problemas políticos e sociais da época, como por exemplo, as investigações sobre a corrupção e os escândalos políticos. O grito dos manifestantes “Não é pelos vinte centavos” explicitava o descontentamento generalizado de boa parte da população. Estima-se que aproximadamente 2 milhões de pessoas foram às ruas no auge das manifestações, em especial no dia 20 de junho de 2013, momento em que os protestos ocorreram em mais de 100 cidades em todo país.

Neste contexto, era visível o abalo no cenário político, bem como a perda de confiança no Governo e nas Instituições Públicas. Esse fato agravou diversos problemas de gestão, principalmente com as denúncias feitas a partir da

⁴³ De acordo com o site Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro: “O Programa Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi implantado no Rio de Janeiro em 2008, como uma estratégia de ocupação de favelas para o combate ao domínio do tráfico de drogas e à violência, mas também para estabelecer uma nova relação com as comunidades.” Conforme o gráfico apresentado, observa-se que a maior parte das UPPs foi inaugurada na gestão de Rousseff, entre 2012 e 2013. Para mais informações: <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>

⁴⁴ Ver: Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos. Publicado em 04/06/2023 - 07:50 Por Daniel Mello, site: Agência Brasil - São Paulo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos> Último acesso em 17/09/2024, 08:55.

“Operação Lava Jato”⁴⁵, que revelou esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, partidos políticos, empresários e pessoas ligadas ao Governo Federal. Esse cenário alterou os “ânimos populares”, fazendo com que a aprovação do Governo de Rousseff sofresse uma queda acentuada. Em agosto de 2015, o Instituto de Pesquisas Datafolha apurou o maior índice de rejeição, em que 71% dos/as entrevistados/as consideravam o Governo Federal ruim ou péssimo⁴⁶.

Com isso, o segundo mandato de Rousseff iniciou com uma forte crise política, intensificada pela crise econômica, em 2015. Diversos setores da economia brasileira entraram em recessão, ocasionando a queda do PIB, a inflação alta, o crescimento do desemprego e a degradação das contas públicas. As medidas de austeridade assumidas no início de 2015, para tentar equilibrar as contas públicas, foram impopulares e geraram um descontentamento ainda maior na população (Corsi, 2016).

Este cenário de impopularidade do Governo Federal fortaleceu o discurso que relacionava a corrupção ao Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo com que uma boa parte da população acreditasse que a corrupção acabaria simplesmente se a Presidente do país fosse retirada do cargo. O que esse discurso não incluía era a informação de que a corrupção no cenário político-econômico brasileiro estava enraizada há décadas, fazendo com que as corporações e as empresas de maior porte desviassem bilhões de reais dos cofres públicos, independente do partido que estivesse no Governo. Para Souza (2017, p. 12),

⁴⁵ Conforme consta no site do Ministério Público Federal: “A Operação Lava Jato teve início em março de 2014, a fim de investigar crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Na época, quatro organizações criminosas - que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros - passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. O trabalho cresceu e, em função dos desdobramentos, novas investigações foram instauradas em vários estados ao longo de mais de seis anos. Em parte deles – caso do Rio de Janeiro e de São Paulo – os procuradores naturais passaram a contar com a colaboração de colegas e a atuação conjunta se deu no modelo de força-tarefa. Pela própria natureza, esse modelo é marcado pela provisoriedade. Em 2021, a fim de assegurar estabilidade e caráter duradouro ao trabalho, a sistemática da força-tarefa é incorporada aos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos).” Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato> Acesso em 16/08/2024.

⁴⁶ Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor. Instituto de Pesquisas Datafolha. Folha de São Paulo. 06/08/2015. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml> Acesso em 16/08/2024.

Documento “Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813815 04 e 05/08/2015” https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao_dilma_agosto_2015.pdf

o que a Lava Jato e seus cúmplices na mídia e no aparelho de Estado fazem é o jogo de um capitalismo financeiro internacional e nacional ávido por “privatizar” a riqueza social em seu bolso. Destruir a Petrobrás, como o consórcio Lava Jato e grande mídia, a mando da elite do atraso, destruiu significa empobrecer o país inteiro de um recurso fundamental, apresentando, em troca, não só resultados de recuperação de recursos ridículos de tão pequenos, mas principalmente levando à destruição de qualquer estratégia de reerguimento internacional do país. Essas ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repasse empresas estatais e nossas riquezas do subsolo a baixo custo para nacionais e estrangeiros que se apropriam privadamente da riqueza que deveria ser de todos. Essa é a corrupção real. Uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam.

A construção de uma elite toda poderosa que habitaria o Estado só existe, na realidade, para que não vejamos a elite real, que está “fora do Estado”, ainda que a “captura do Estado” seja fundamental para seus fins. É uma ideia que nos imbeciliza, já que desloca e distorce toda a origem do poder real.

Na época, esses fatores contribuíram para o processo de *impeachment* contra Rousseff, que foi votado em 31 de agosto de 2016⁴⁷. A acusação formal contra a Presidente foi de “crime de responsabilidade fiscal”, relacionado às chamadas “pedaladas fiscais”. Tal crime consiste em atrasos de repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos, com o objetivo de melhorar artificialmente as contas públicas. Essa prática foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas da União e usada como base para o processo de *impeachment*⁴⁸. Com o afastamento de Rousseff, quem assumiu o cargo foi seu vice-presidente, Michel Temer, que governou o país até 2018.

Na relação entre o Estado e a economia, Souza (2017, p. 162-163) mostra as modificações que ocorreram nas últimas décadas, culminando no endividamento do Estado e na superconcentração de riquezas:

Com a dominância crescente do capitalismo financeiro, todo o esquema do Estado fiscal cai por terra. Os novos capitalistas financeiros passam a ter um poder de chantagear a política e o Estado comparativamente muito maior. [...] O poder de barganha aumenta a

⁴⁷ A votação final ocorreu no Senado Federal e foram necessários ao menos dois terços dos votos dos senadores presentes para que o *impeachment* fosse aprovado. Na votação final, dos 81 senadores presentes, 61 votaram a favor do *impeachment*, enquanto 20 votaram contra. O resultado foi favorável ao *impeachment* de Rousseff e ela foi afastada do cargo.

⁴⁸ Para mais informações, ver: Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em 16/08/2024.

tal ponto que os ricos podem se dar ao luxo de quebrar o pacto democrático de que quem ganha mais tem também de pagar mais impostos. Crescentemente, os ricos passam a pagar muito pouco ou deixam simplesmente de pagar impostos por mecanismos legais e ilegais de evasão de renda, agora facilitados por paraísos fiscais, especialmente criados para “lavar dinheiro” do capitalismo financeiro e satisfazer a nova máxima dos capitalistas vitoriosos: sonegadores fiscais de todo o mundo: uni-vos!

Com o Estado impossibilitado de forçar o pagamento de tributo dos mais ricos, em um contexto de extraordinária concentração de renda nas mãos de poucos, passa a existir a necessidade de “pedir emprestado” aquilo que não se pode mais exigir. A passagem do Estado fiscal para o Estado devedor é marcada por esse fato basilar. O Estado precisa se financiar com o resultado do trabalho coletivo. Esse resultado, a riqueza social, por sua vez, passa a estar concentrada no 1% mais rico que não paga mais imposto, seja porque compra os políticos para não passar leis nesse sentido – caso da CPMF no Brasil, por exemplo –, seja pela evasão fiscal ilegal.

O autor indica, ainda, que esse é um dos principais fatores que levaram ao *impeachment* de Rousseff, em 2016. Em suas palavras,

a PEC 55, que congela todas as despesas por vinte anos para garantir o pagamento da dívida pública à classe dos sonegadores, com dinheiro pago pelos pobres, é o melhor exemplo de que o golpe de 2016 foi feito por essa classe [dos mais ricos] para atender seus interesses mais venais e indefensáveis. (Souza, 2017, p. 165)

Desse modo, ele mostra a relação intrínseca entre a economia e a política, indicando as formas como a circulação de riquezas e a distribuição de renda não se realizam no Brasil. Ao contrário, com o passar dos anos, a concentração de riquezas foi intensificada, ocasionando uma crise não somente econômica, mas também política.

Durante a gestão de Temer, de 2016 (após o afastamento de Rousseff) a 2018, o Brasil vivenciou um período de turbulência política e econômica ocasionado pela implementação de políticas e reformas controversas, gerando um intenso debate público. Dentre as principais medidas adotadas pelo Governo Federal, destacam-se a Emenda Constitucional nº 95⁴⁹, que instituiu o teto de gastos públicos, e a Reforma Trabalhista, materializada pela Lei nº 13.467 de 2017⁵⁰, que modificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas ações

⁴⁹ Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

⁵⁰ Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro

geraram reações significativas por parte da população, tendo como consequência uma série de protestos em todo o país, em que os manifestantes demonstraram a insatisfação popular com as diretrizes governamentais.

Nesse clima (in)tenso, em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República. Para tanto, ele utilizou um discurso⁵¹ conservador e populista, conquistando uma parcela considerável da população. Essa “guinada à direita” foi marcada por polêmicas e polarizações ideológicas, acarretando a continuação da instabilidade política no país. Ele governou de 2019 a 2022, orientando-se por uma postura conservadora, demonstrada por meio de discursos com exaltação aos valores nacionalistas⁵², conservadores⁵³ e militaristas⁵⁴.

As reformas econômicas realizadas em seu Governo visavam diminuir a atuação do Estado, com enfoque na redução de gastos públicos e na execução de medidas de contenção fiscal. Dentre estas, destacam-se a privatização de estatais, a proposta de uma reforma tributária, bem como a aprovação da Reforma da Previdência⁵⁵, em 2019. Como consequência, a falta de investimento em áreas como a saúde, a educação e a assistência social acarretou a morte de milhares de brasileiros/as, em decorrência da pandemia

de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

⁵¹ Cinco pontos que marcaram os discursos de posse de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46730648>. Publicado em 01/01/2019. Último acesso em: 13/12/2024

⁵² No Rio, Bolsonaro faz discurso nacionalista e cita Deus, pátria e família. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/07/no-rio-bolsonaro-faz-discurso-nacionalista-e-cita-deus-patria-e-familia.htm> Publicado em: 07/12/2019. Último acesso: 13/12/2024.

⁵³ A vez dos conservadores: como Bolsonaro quer transformar o perfil do STF. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-vez-dos-conservadores-como-bolsonaro-quer-transformar-o-perfil-do-stf>. Publicado em 02/10/2020. Último acesso: 13/12/2024. Bolsonaro: 'defendemos a família e somos contra a ideologia de gênero'. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/06/17/interna_politica,1374216/bolsonaro-defendemos-a-familia-e-somos-contr-a-ideologia-de-genero.shtml#google_vignette. Publicado em 17/06/2022. Último acesso: 13/12/2022.

⁵⁴ Bolsonaro volta a estimular armamento da população: 'comprem suas armas'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/08/bolsonaro-volta-a-estimular-armamento-da-populacao-comprem-suas-armas.ghtml>. Publicado em 10/08/2022. Último acesso em 13/12/2024;

⁵⁵ Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

Covid-19, que durou de 2020 a 2022⁵⁶. Além disso, os níveis escolares decaíram expressivamente, fazendo com que o ensino público brasileiro apresentasse as piores taxas das últimas décadas.

Em março de 2020 foi declarada a pandemia mundial do vírus SARS-CoV-2, que acomete principalmente o sistema respiratório, comprometendo também outros órgãos do corpo. O Brasil foi um dos países com a maior taxa de contaminações e mortes no mundo⁵⁷. A gestão da crise sanitária foi marcada por controvérsias, incluindo a resistência do Governo Federal às medidas de isolamento social e do uso de máscaras, além da promoção de tratamentos sem comprovação científica. O sistema de saúde brasileiro passou por sérias dificuldades, com hospitais sobrecarregados em várias regiões, falta de materiais, como respiradores, equipamentos de proteção individual, etc. Para mitigar os efeitos econômicos da pandemia, o Governo implementou o “Auxílio Emergencial”⁵⁸, que favoreceu milhares de famílias que estavam sem sustento, devido ao *lockdown* (quarentena).

No campo das relações institucionais, o Governo de Bolsonaro foi marcado por recorrentes conflitos entre o Poder Executivo e as outras esferas de poder, como o Judiciário e o Legislativo. As tensões com o Supremo Tribunal Federal (STF) foram constantes, em especial no contexto de decisões relacionadas à pandemia de Covid-19, à liberdade de expressão e às investigações de corrupção. Esses “atritos” também se estenderam ao Congresso Nacional, evidenciando um ambiente de governabilidade instável, caracterizado por negociações políticas conflituosas. Outro aspecto significativo da política promovida por Bolsonaro foi o aumento da presença de militares em cargos de alto escalão no Governo. Diversos oficiais das Forças Armadas passaram a ocupar posições estratégicas na Administração Federal, ocasionando questionamentos sobre a militarização da política brasileira. Essa

⁵⁶ Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Publicado em 24/06/2021.

⁵⁷ Dados podem ser obtidos nos seguintes sites: “Coronavírus Brasil” <https://covid.saude.gov.br/> e “Ministério da Saúde - Covid-19 no Brasil” https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

⁵⁸ De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: “o Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus)”. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>

influência das Forças Armadas na formulação de políticas públicas e na condução dos assuntos de Estado reabriu discussões históricas sobre o papel dos militares na política nacional, bem como gerou preocupações em diversos grupos políticos e movimentos sociais brasileiros. Isso porque, no passado recente, o Brasil vivenciou uma ditadura militar, por meio de um governo autoritário, totalitário e violento.

Em 2022, Bolsonaro buscou a reeleição, mas o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito para seu terceiro mandato. A disputa eleitoral foi marcada por uma forte polarização política, em um ambiente de confronto e disputa de discursos. Este cenário foi acentuado pela disseminação de *fake news* que questionavam a confiabilidade das urnas eletrônicas. As acusações de fraude eleitoral não apresentavam evidências, mas serviram para acirrar os ânimos políticos entre a população, já fortemente dividida devido aos acontecimentos políticos dos últimos anos.

Diversos eventos marcaram a transição do Governo de Bolsonaro para Lula, como manifestações de rua em diversas partes do país, incluindo protestos em frente a quartéis militares, nos quais os manifestantes clamavam por intervenção militar. Um dos eventos mais significativos ocorreu em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, ocasião de uma manifestação na Praça dos Três Poderes. Neste evento, um grande grupo de manifestantes invadiu e depredou as sedes dos Três Poderes da República. O ataque às instituições democráticas foi repudiado por diversas autoridades no Brasil e no exterior. Diante disso, foram iniciadas investigações para identificar os responsáveis pelos atos de violência.

4.1.2. A tecnologia, as redes sociais virtuais e o comportamento da população no século XXI

Um dos marcos mais importantes do século XXI foi o *boom* da internet e a popularização das redes sociais. O surgimento do Google, em 1998, modificou definitivamente a forma como as pessoas acessam as informações, facilitando a busca por qualquer tipo de conteúdo. A inteligência artificial (IA) tem um papel importante nesse contexto, considerando os avanços significativos em áreas como aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural e visão computacional. Isso possibilitou o desenvolvimento de assistentes virtuais, como

a Siri da Apple e a Alexa da Amazon, que tem se tornado parte do cotidiano das pessoas. Além disso, a IA tem sido aplicada em diversos setores, desde a saúde até a indústria automobilística, contribuindo para aumentar a eficiência e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A criação de plataformas digitais, como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, alcançou um espaço significativo nas vidas das pessoas, possibilitando novas formas de interação, pautadas pela rapidez da conectividade. Nesse contexto, as redes sociais desempenham um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam, consomem informações e até mesmo organizam as próprias decisões. Com o advento das mídias sociais, houve uma mudança significativa no comportamento da população, impactando diretamente nas biopolíticas da atualidade. Desde a popularização das plataformas de mídia social citadas acima, os indivíduos têm se tornado mais conectados do que nunca. O fácil acesso à internet por meio de *smartphones* permitiu que as pessoas compartilhassem suas experiências instantaneamente com várias pessoas ao mesmo tempo. Essa comunicação instantânea e em massa tem um impacto direto na maneira como as pessoas pensam, se relacionam com os outros indivíduos e até mesmo nas escolhas políticas.

Neste sentido, observa-se que as redes sociais têm a capacidade de moldar opiniões e influenciar o comportamento de diversas maneiras. Isso porque elas oferecem uma maneira para a disseminação rápida de informações. Notícias e ideias podem ser espalhadas rapidamente por meio do compartilhamento em redes sociais, alcançando milhares ou até milhões de pessoas em questão de segundos. Isso significa que qualquer pessoa com acesso à internet pode se tornar uma fonte de informação, independentemente da credibilidade. Além disso, as redes sociais criaram um ambiente propício para a formação de “bolhas informativas”, ou seja, grupos formados por pessoas que compartilham opiniões semelhantes e tendem a se isolar de perspectivas discordantes.

No Brasil, isso contribuiu para a polarização política e para a fragmentação da sociedade em diversos grupos radicais, que brigam entre si, principalmente nas redes sociais virtuais. O problema ocorre porque as pessoas estão expostas apenas às informações que confirmam suas próprias crenças e que reforçam seus preconceitos. O estatuto da “verdade” de uma informação

depende mais da concordância com as crenças e os valores, do que da veracidade e objetividade do fato.

A revolução digital impactou diretamente o consumo, considerando que as redes sociais se tornaram ferramentas fundamentais para divulgação de produtos e serviços. O crescimento do comércio eletrônico e o avanço da tecnologia permitiu que empresas criassem plataformas online, de forma segura e confiável, para a realização de transações comerciais. A comodidade de comprar produtos e solicitar serviços por meio da internet se tornou atrativa para os consumidores, potencializado durante a pandemia de Covid-19. Soma-se a isso, o aumento da confiança nas transações bancárias online, contribuindo para o rápido crescimento do setor tecnológico. Por isso, as empresas investem em demasia em estratégias de marketing digital para alcançar um público cada vez mais conectado.

Nesse contexto, pode-se observar um aumento de discussões sobre as questões de igualdade de gênero, diversidade e inclusão social. Essas pautas suscitam debates diversificados sobre as formas de superar os problemas sociais. Essa alteração no discurso provocou modificações no mercado e na forma como alguns consumidores passaram a se relacionar com as práticas éticas das empresas. Isso porque se exige um certo compromisso com valores sociais, que são pautados pela promoção da diversidade e do respeito às diferentes culturas e formas de existência. Como, por exemplo, comerciais de sabonete que mostram os diferentes corpos femininos, ou ainda campanhas de marcas que fabricam os produtos capilares com ingredientes naturais com o selo vegano.

Acrescenta-se a este cenário que, com o crescente uso da internet, surgiram os denominados “influenciadores digitais”, que são indivíduos que se destacam nas redes sociais devido ao conteúdo produzido. Esses influenciadores têm a capacidade de engajar um montante expressivo de seguidores. O sucesso está na forma como essas pessoas se relacionam com seu público, em geral, por meio do compartilhamento de suas experiências pessoais, fornecendo conselhos e recomendações para seus seguidores. A conexão emocional com a audiência é fundamental para aumentar o engajamento. Desse modo, eles constroem uma comunidade de seguidores que confiam nas opiniões expostas sobre qualquer tema, como: moda, beleza,

viagens, filmes, mas também sobre política, economia e demandas sociais de um modo geral. Além disso, boa parte deles sabem como se adaptar rapidamente às mudanças do mercado e aos desejos de seus seguidores. Pois precisam estar atualizados com as novidades e oferecer um conteúdo que seja relevante. Por isso, possuem uma forte presença nas redes sociais, obtendo a atenção dos usuários, a fim de estabelecer uma conexão duradoura.

É importante incluir neste cenário que uma parcela considerável dos seguidores dessas pessoas é acrítica e desprovida de qualquer exigência sobre o passado, as intenções ou a formação dos influenciadores que admiram. Sem questionar ou ponderar as opiniões expostas, tornam-se “cegos” diante da realidade. Em consequência, seguem essas figuras como se fossem devotos de doutrinas, muitas vezes consentindo com os discursos sem compreender totalmente. Assim, aquilo que é dito pelos influenciadores nas redes sociais, muitas vezes, é tratado como um dogma inquestionável e como uma verdade absoluta. Tal comportamento mostra a facilidade de submissão de uma parcela da população às ideias e aos valores sem análise crítica. Isso expõe a falta de discernimento e de autonomia na compreensão sobre determinados assuntos.

Neste contexto, nos últimos anos houve uma mudança significativa na forma como a política é abordada e discutida. Com o avanço da tecnologia e o crescimento das redes sociais, os influenciadores digitais têm desempenhado um papel cada vez mais relevante nesse cenário. Utilizam-se da credibilidade e da influência que possuem para engajar a audiência em debates políticos e divulgar as opiniões sobre os assuntos do momento, sem compromisso com o fundamento ou a verdade das informações que apresentam. No Brasil, diversos influenciadores digitais têm se destacado ao falar sobre política e exercer influência sobre os seguidores, utilizando da sua visibilidade para promover discussões políticas no país. Com milhões de seguidores nas redes sociais, esses influenciadores têm acesso direto a uma audiência significativa, o que lhes permite disseminar informações e opiniões de forma rápida e eficaz. Isso contribui para a democratização do acesso à política, possibilitando que pessoas que antes não se interessavam pelo assunto passem a se envolver e a participar ativamente dos debates políticos. Porém, observa-se que há um aumento na quantidade e na participação, mas isso não significa que há uma boa qualidade. Além disso, ao utilizar uma linguagem informal, eles conseguem despertar o

interesse das pessoas por diversos assuntos e fazer com que se sintam parte da discussão. Esse engajamento é fundamental para uma sociedade mais participativa e consciente de seus direitos e deveres, mas ainda não o suficiente.

No entanto, é importante ressaltar que essa relação entre influenciadores digitais e política também apresenta limitações. É necessário ter cuidado para evitar a disseminação de informações falsas ou distorcidas, já que alguns influenciadores não possuem o conhecimento e a responsabilidade de passar a informação corretamente, atrapalhando o desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão dos seguidores. A desinformação causa mais agitação social do que promove o debate público (e saudável) sobre os acontecimentos. Por isso, é necessário buscar diversas fontes de informação considerando que a política é um campo vasto, cheio de nuances e diferentes perspectivas.

Diante deste cenário, as redes sociais moldam as opiniões, influenciam as decisões e podem até mesmo polarizar os diversos grupos que compõem a sociedade. Por isso, elas possuem um impacto significativo no comportamento da população e nas biopolíticas da atualidade. Isso porque as biopolíticas se inserem nos debates políticos, pois incidem diretamente sobre os corpos e, assim, nas vidas da população.

Nessa perspectiva, a violência é uma realidade enraizada na sociedade brasileira há muitos anos e as redes sociais têm se mostrado um espaço profícuo para a disseminação de discursos de ódio, de preconceito e de intolerância. Muitas vezes, essas manifestações são camufladas sob o disfarce da “liberdade de expressão” ou do humor, mas a natureza delas é discriminatória e violenta. Por exemplo, comentários misóginos, assédio virtual e exposição não consensual de imagens íntimas são apenas algumas das formas de violência que mulheres enfrentam diariamente nas plataformas digitais, refletindo também o machismo estrutural que se vive no Brasil. Da mesma forma, o racismo acontece diariamente nas redes sociais, por meio de insultos racialmente motivados por estereótipos pejorativos e até mesmo incitação à violência.

Um dos motivos principais pelos quais as redes sociais têm se tornado um espaço para a promoção da violência contra as mulheres e a população negra é o anonimato que elas fornecem. Muitas pessoas sentem-se encorajadas a expressar os preconceitos e os ódios que possuem sem medo de consequências, pois sentem que podem garantir o anonimato por meio de perfis

falsos ou pseudônimos. Em consequência, há uma sensação de impunidade que continua a perpetuar os comportamentos violentos.

4.2. A RELAÇÃO ENTRE O RACISMO ESTRUTURAL E O PROBLEMA POLÍTICO DA VIDA

Nos últimos anos, a discussão sobre o racismo tem se intensificado no cenário político mundial. Há diversos estudos que analisam as implicações do racismo nas mais variadas esferas da sociedade.

Conforme o pensamento de Foucault, as relações sociais são configuradas a partir dos dispositivos de poder, que circunscrevem as vidas e determinam quem tem (e quem não tem) acesso aos recursos e aos mecanismos de exercício de poder institucional. Em se tratando do racismo enquanto um marcador social, as relações de poder estão baseadas em estereótipos racistas que desumanizam e inferiorizam pessoas negras e indígenas. Esses estereótipos corroboram para as formas como as violências foram historicamente exercidas, se reproduzem e se mantêm até a atualidade.

A partir da analítica de poder em Foucault, e em diálogo com o pensamento de Mbembe sobre o colonialismo e a necropolítica, Almeida (2021) afirma que, historicamente, o racismo é um problema que atinge a sociedade brasileira desde a colonização, sendo até a atualidade um dos sérios problemas políticos e sociais. Carneiro (2023, p. 15) complementa, ao afirmar que Foucault preocupa-se com a

[...] recusa das evidências empíricas do tratamento desigual a que os negros estão submetidos na sociedade brasileira, reveladas por levantamentos estatísticos e estudos acadêmicos que proliferam no Brasil em diferentes áreas, e também aquelas que, apesar do reconhecimento das práticas discriminatórias de cunho racial, impõe barreiras à adoção de medidas capazes de estancar o processo de exclusão social dos negros, sobretudo no que tange a acesso, permanência e sucesso no sistema educacional do país.

O Brasil é um país marcado por uma diversidade cultural e racial única que, ao longo dos séculos, moldou a constituição da identidade nacional por meio de uma complexa interação entre diferentes grupos étnicos (Carneiro,

2023). Para se compreender melhor essa dinâmica, é essencial abordar o conceito de "dispositivo da racialidade" e a definição proposta por Carneiro. Ela relaciona o pensamento de Foucault com o conceito de biopoder no contexto brasileiro. Nas palavras da autora:

de cunho reflexivo e especulativo, este estudo pretende tornar evidente a potencialidade do conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault, para a compreensão da dinâmica das relações raciais no Brasil. Inspirada pelo filósofo francês, procuro mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades. (Carneiro, 2023, p. 13)

Sob esse viés, Carneiro utiliza esse conceito para analisar as relações raciais e “como” o Estado exerce o controle sobre as vidas da população negra. A relevância da relação dos estudos dela com o pensamento de Foucault está no uso que Carneiro faz da noção foucaultiana de “dispositivo”:

para Foucault, um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que se engendra a partir de uma multiplicidade de elementos e pela relação de poder que entre eles se estabelece. O dispositivo expressa, ainda, um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica. (Carneiro, 2023, p. 27)

Neste sentido, quando um dispositivo é constituído, ele torna-se disponível para ser utilizado em várias circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo por meio do preenchimento estratégico que executa. Ou seja, existe uma “estrutura” constituinte, que forma os alicerces do dispositivo, que não muda, mas que é preenchida de diferentes modos, dependendo do contexto no qual o dispositivo está sendo elaborado e aplicado.

Carneiro (2023, p. 20) fundamenta a análise da noção de “raça” enquanto um “[...] dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial” como a brasileira. E ainda, a raça é um “[...] demarcador para a apreensão da verdade; [e que] por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual” (Carneiro, 2023, p. 39). Neste sentido, é por meio da raça que o valor da vida é conferido a cada indivíduo. Isso se tornou um “demarcador de verdade”, que define quem está (ou não) dentro da norma social. No Brasil, essa

“normalidade” está configurada pela imagem do homem branco. Para Souza (2021, p. 07),

[...] o racismo racial é o elemento central da sociedade brasileira moderna e o grande responsável pelo atraso moral e político do Brasil. [...] o racismo racial muitas vezes – se não na maioria delas – assume outras formas para poder continuar existindo.

Nesta perspectiva, Carneiro (2023, p. 39-40) sustenta que

[...] o termo “raça” tem essa dupla perspectiva. Enquanto instrumento metodológico, pretende compreender as relações desiguais entre os diferentes grupos humanos, mais especificamente as desigualdades de tratamento e de condições sociais percebidas entre negros e brancos no Brasil. Enquanto prática discursiva, os estudos nele inspirados visam a modificação das relações sociais que produzem as discriminações e assimetrias raciais.

Conforme o pensamento da autora, então, ao se analisar o Brasil sob a perspectiva do biopoder, verificam-se as formas como os dispositivos de poder estão intrinsecamente relacionados com o racismo estrutural existente na sociedade.

O dispositivo de racialidade ganha uma dimensão específica ao operar em conjunto com o biopoder e ser por ele instrumentalizado. Combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior. (Carneiro, 2023, p. 13)

Além disso, para ela, a gestão da vida negra é uma forma de poder que ocorre por meio da violência policial, do encarceramento em massa e do genocídio da juventude negra:

preliminarmente, a racialidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos. (Carneiro, 2023, p. 22-23)

Neste sentido, o dispositivo da racialidade é um sistema que opera como uma forma de controle social baseada na raça. Ele funciona como um conjunto

complexo de práticas sociais, de representações simbólicas e de políticas públicas que mantêm as hierarquias raciais existentes na sociedade brasileira. Esse dispositivo está no fundamento das relações cotidianas entre os indivíduos e as instituições, manifestando-se em diversos âmbitos da vida social. O dispositivo não se limita apenas às ações individuais, mas também se reflete nos discursos em geral, nas produções culturais e até nas instituições de ensino. Uma característica fundamental desse dispositivo é a invisibilidade, considerando que, muitas vezes, as pessoas não percebem as formas sutis pelas quais o racismo estrutural opera no cotidiano. Um exemplo é a falta de representatividade negra nos meios de comunicação ou a exclusão de pessoas negras em determinados espaços públicos. Segundo Souza (2021, p. 27), o problema do racismo é “multidimensional”, ou seja, como o racismo “[...] assume máscaras diversas dependendo do contexto social”.

Neste viés, torna-se importante analisar as diferentes formas pelas quais o racismo se manifesta. Almeida distingue “racismo” de “preconceito racial” e de “discriminação racial”, fornecendo importantes ferramentas teóricas. Assim,

podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Almeida, 2021, p. 32)

Segundo as distinções fornecidas por Almeida (2021, p. 32), “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em violência discriminatórias.” A ação preconceituosa é praticada sob diversos grupos sociais, fazendo com que muitos deles tenham mais de um marcador social acoplado, como por exemplo, as mulheres negras. Isso amplia a “discriminação racial” que, nas palavras de Almeida (2021, p. 32), “[...] é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”, que pode ser direta ou indireta.

Este panorama auxilia na compreensão das características elencadas por Almeida, principalmente sobre o caráter sistêmico do racismo no Brasil. Isso porque, para o autor, essa prática fundamenta as formas como as relações

sociais, políticas, econômicas e culturais foram moldadas ao longo dos séculos. Nesta mesma perspectiva, Carneiro (2023, p. 21) acrescenta que

a sustentação do ideário racista depende da sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta aquilo que o ideário racista lhe atribui. É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa ser naturalizada.

A noção de dispositivo proporciona recursos teóricos que permitem compreender a diversidade de práticas que o racismo e a discriminação racial geram na sociedade brasileira. Isso inclui entender a natureza dessas práticas, como elas se interconectam, se reforçam ou se ajustam para alcançar um objetivo estratégico específico. É importante salientar que, ao estabelecer um novo campo de racionalidade nas relações de poder, as práticas e os saberes se entrelaçam. Conforme Carneiro (2023), nesse contexto, o dispositivo cria uma perspectiva que tem efeitos ontológicos, ou seja, efeitos sobre a natureza do ser e da existência. Com isso, os sujeitos se constituem também por meio da enunciação sobre o outro, definindo quem pertence ao “nós” e quem é considerado “outro”.

Ainda de acordo com Carneiro (2023), a prática instaurada por um dispositivo no campo ontológico leva à formação de uma nova unidade. No centro dessa unidade está uma identidade padronizada, que é reconhecida e afirmada como norma. Ou seja, ela define aquilo que é “normal” e como essa normalidade deve operar. Fora desse núcleo, existe uma identidade oposta, que é fundamental para confirmar e para sustentar a identidade central. Em outras palavras, para que a identidade principal seja validada (o “branco”), é necessário que haja um “outro” que não pertença a ela (o “negro”), criando assim uma relação de exclusão e de diferenciação que reforça a própria identidade nuclear.

Nesta perspectiva, Almeida (2021) identifica que o racismo opera em três níveis: individual, institucional e estrutural. O “racismo individual” refere-se à relação entre racismo e subjetividade por estar relacionado com as atitudes e os comportamentos dos indivíduos. Conforme Almeida (2021, p. 36), “seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados”. Essa forma de racismo pode ser definida como uma patologia

social que se manifesta por meio da “anormalidade”⁵⁹ e da irracionalidade no comportamento de um indivíduo.

O racismo individual representa a forma mais manifesta e visível de discriminação racial, caracterizado por um preconceito racial explícito e ações discriminatórias fundamentadas na raça ou na etnia. Com raízes profundas na psiquê do indivíduo, esse tipo de racismo se mostra por meio de comportamentos de discriminação direta, direcionados às pessoas com base na cor da pele ou na origem étnica. De acordo com Carneiro (2023, p. 31),

[...] esse Eu [produzido], no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. O dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura sua representação. Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença.

Essa modalidade de racismo é frequentemente associada a insultos, ofensas verbais, agressões físicas e outras formas explícitas de discriminação racial. Considerado imoral e frequentemente tipificado como crime pelo Código Penal Brasileiro (Lei nº 7.716/1989⁶⁰), o racismo individual constitui uma forma de discriminação que viola os princípios de igualdade e da dignidade humana. Princípios estes conhecidos e reconhecidos por meio de legislações locais e globais, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

No entanto, Almeida (2021, p. 37) argumenta que essa concepção individual do racismo não é suficiente para abordar todos os aspectos dessa problemática. Isso porque “[...] não podemos deixar de apontar o fato de que a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos completos”. Assim, salienta-se que o racismo não se restringe apenas às

⁵⁹ “Anormalidade” deve ser compreendida, nesse momento, como atitudes fora do que se espera socialmente, ou seja, ações que não correspondem às normas sociais de comportamentos de tratamento com outros indivíduos (educação e urbanidade). Ver mais em: *Os Anormais – Curso no Collège de France 1974-1975* (Michel Foucault).

⁶⁰ Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

atitudes pessoais racistas, porque também está arraigado em todos os níveis da sociedade brasileira atual.

A segunda concepção, fornecida por Almeida, se refere à relação entre racismo e o Estado, definido como “racismo institucional”:

a concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. (Almeida, 2021, p. 37-38)

Desse modo, o “racismo institucional” é definido como o resultado do funcionamento das instituições que, por meio das dinâmicas internas, das normas e dos padrões, perpetuam diversos privilégios para determinados grupos. Esse tipo de racismo estabelece as regras e as práticas sociais que desfavorecem os indivíduos pertencentes a um grupo racializado. Além disso, ele molda os comportamentos sociais visando a manutenção da estrutura de desigualdade racial. A implementação de certas normas e padrões nas instituições tem como consequência observável o fortalecimento da marginalização desses grupos racializados, aumentando as formas de racismo praticadas no Brasil.

As práticas discriminatórias podem ser intencionais ou resultantes de políticas e de normas injustas que afetam negativamente os grupos raciais ou étnicos. Por exemplo, a discriminação racial pode estar presente em processos seletivos de emprego, ou em acesso a serviços básicos como a saúde e a educação, bem como no sistema de justiça criminal⁶¹. Essa modalidade de racismo é mais sutil e menos visível do que o racismo individual. Contudo, exerce um impacto profundo na vida das pessoas pertencentes a grupos racializados. Conforme argumenta Almeida (2021), é necessário reconhecer que essas práticas discriminatórias são de natureza estrutural pois fundamentam as

⁶¹ Sobre a questão da justiça criminal, existem diversos exemplos no Brasil. Entretanto, devido a sua relevância, não será analisado neste momento. Como sugestão de leitura sobre o tema, indica-se os seguintes estudos: “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo” (Edson Passetti e Sérgio Adorno); “Difíceis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro” (Vera Malaguti Batista); “Teoria do Crime” (Juarez Tavares); “Encarceramento em massa” (Juliana Borges).

práticas institucionais, contribuindo na manutenção das desigualdades, bem como limitando o acesso às oportunidades para uma parcela da população.

Neste ponto, ele apresenta a noção de “racismo estrutural”, que tem se tornado, nas últimas décadas, cada vez mais presente nas análises e nos estudos sobre a sociedade brasileira. Esse conceito é definido pelo autor da seguinte forma:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (Almeida, 2021, p. 50)

O entendimento é de que o racismo não se limita às ações individuais ou a episódios isolados, pois ele está capilarizado nas estruturas sociais e nas instituições públicas. O autor parte da premissa de que o racismo não pode ser reduzido apenas à discriminação racial por indivíduos, mas deve-se compreendê-lo como um sistema complexo que permeia todos os âmbitos da sociedade, os quais reproduzem as desigualdades sistemáticas. Segundo Almeida (2021, p. 47), “[...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista.”

A relação entre o racismo estrutural e o problema político da vida mostra as condições sociais sob as quais se vive no Brasil, que são o resultado da privação de direitos fundamentais para determinados grupos. Esses grupos têm as vidas constantemente ameaçadas pela violência e pela marginalização, devido a sua raça-etnia. Nesse cenário, a intersecção entre racismo estrutural e o problema político da vida torna-se essencial para se compreender as formas como as relações sociais ocorrem em todos os níveis da vida.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. (Almeida, 2021, p. 48)

Por isso, é preciso abordar as formas sob as quais o racismo atua sobre a vida e as condições de viver de populações brasileiras que são diretamente atingidas pelo racismo estrutural: a população negra e a população indígena.

Isso porque, quando o tema é o racismo no Brasil, tem-se o costume de não associá-lo à população indígena, talvez pelo fato desta viver longe dos territórios urbanos e circular com menos frequência nas áreas frequentadas pela população em geral. Viver, de certa forma, “à parte” da sociedade, em aldeias ou comunidades, muitas vezes permite minimizar a violência vivida pelos/as indígenas, mas não se deve esquecer que ele existe e que é tão racista quanto. Essa é uma questão que se impõe como crucial nas pesquisas sobre essa temática, embora não seja aprofundada aqui neste momento.

Além da violência física, o racismo estrutural também pode ser observado nas desigualdades socioeconômicas. As populações negra e indígena têm menos acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho e a oportunidades de ascensão social. Essa exclusão impede que esses indivíduos tenham uma vida digna e plena, limitando as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Isso ocorre porque o racismo estrutural molda os padrões de desigualdade racial que permeiam todas as esferas da vida social. Como esse tipo de racismo é o resultado de séculos de opressão baseada na raça e se manifesta em disparidades econômicas, políticas e educacionais entre os diferentes grupos raciais, o acesso aos recursos e às oportunidades, bem como à representação e à participação política é desigual. Essa é mais uma característica central do racismo estrutural.

A compreensão dessas três dimensões do racismo permite um estudo mais completo e abrangente dessa questão. Almeida propõe uma análise crítica às estruturas sociais que perpetuam a discriminação racial. Ele afirma que

o racismo é um processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. (Almeida, 2021, p. 52-53)

Desse modo, a política é entendida como um dos principais mecanismos de manutenção do racismo. E ocorre por meio do acesso desigual à educação e saúde, da violência policial e das práticas de encarceramento em massa. Ou seja, o racismo se manifesta de forma estrutural nas políticas adotadas pelo Estado.

A partir das ideias de Foucault, Almeida argumenta que a biopolítica é utilizada como uma ferramenta de controle e gestão das vidas dos indivíduos racializados. O Estado controla os corpos e as populações por meio de mecanismos como o sistema penitenciário e as políticas públicas excludentes. Essas práticas não apenas reforçam a marginalização dos negros, mas também legitimam a violência estatal contra essa população. Foi no pensamento de Mbembe que Almeida encontrou subsídios para compreender a necropolítica como uma expressão ainda mais violenta das relações entre racismo e política. A necropolítica refere-se à lógica do poder que visa não apenas controlar as vidas das pessoas racializadas, mas também determinar quem pode viver e quem deve morrer. No contexto brasileiro, isso se traduz na violência policial desproporcional contra os negros, em especial, nas periferias urbanas.

A relação entre racismo e política é complexa. Ela se manifesta tanto nas políticas públicas discriminatórias quanto na violência física perpetrada pelo Estado. Para Almeida (2021), é necessário compreender essa relação para expor as estruturas opressivas presentes na sociedade brasileira. Além disso, é preciso reconhecer que o racismo não é um problema individual, mas uma questão sistêmica e estrutural. Uma das questões mais importantes que Almeida apresenta é a persistência do racismo mesmo após décadas de luta por igualdade racial. Desde a política até a economia, o racismo estrutural influencia todos os aspectos da vida dos afrodescendentes no Brasil. Ao discutir o “mito da democracia racial”, Almeida (2021) argumenta que, por muitos anos, houve uma crença generalizada de que o Brasil era um país livre de preconceito racial, onde todas as raças conviviam harmoniosamente. No entanto, ele demonstra que essa ideia é falsa e que o racismo é uma realidade concreta para a população negra no Brasil. Outro tópico importante abordado por Almeida é a questão do acesso desigual à educação, à saúde e à moradia. Ele examina como as oportunidades são distribuídas de forma desigual entre brancos e negros no país.

Desse modo, compreender que o racismo não é apenas uma questão moral ou ética, mas sim um problema que afeta diretamente a vida das pessoas racializadas é necessário. Ao entender como as estruturas sociais reforçam e perpetuam o racismo, pode-se observar caminhos e soluções possíveis para reverter esse cenário social. Nesse sentido, é fundamental que o Estado

desenvolva políticas públicas efetivas de combate ao racismo e de promoção da diversidade.

Carneiro (2023) destaca a importância da interseccionalidade nas análises sobre as relações entre a raça, o gênero e a classe social, argumentando que as mulheres negras são especialmente afetadas pelo biopoder no Brasil. Isso porque elas enfrentam uma série de opressões que se entrelaçam. Segundo a autora, é fundamental compreender as maneiras pelas quais o racismo, o sexismo e a desigualdade econômica se coadunam para produzir uma forma específica de subjugação das mulheres negras.

Uma das contribuições significativas de Carneiro (2023) é sua crítica à noção de democracia racial no Brasil. Assim como Almeida (2021), ela argumenta que essa noção é um “mito” que disfarça a realidade das desigualdades raciais existentes, perpetuando a violência estrutural contra a população negra. Ao relacionar o biopoder com o racismo brasileiro, Carneiro (2023) contrapõe a concepção de que a sociedade é igualitária, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para a superação dessas desigualdades. Utilizando o pensamento de Foucault como uma ferramenta analítica para compreender a forma como o poder opera no Brasil, Carneiro (2023) expõe questões relevantes sobre as ações de resistência ao dispositivo de racialidade.

Outra contribuição de Carneiro é a problematização sobre a produção de conhecimento, relacionada com a noção de poder. A forma como o conhecimento é produzido, disseminado e valorizado constitui o centro da análise de Carneiro, principalmente no que tange à diversidade de saberes existentes no Brasil. Nesse contexto, o conceito de “epistemicídio” se destaca por contribuir com a discussão sobre a relação entre conhecimento e poder. O termo deriva das palavras *episteme*, que significa conhecimento, e *cídio*, que remete ao ato de matar. A autora utiliza essa expressão para descrever a violência simbólica sofrida pelos saberes marginalizados e subalternizados nas sociedades contemporâneas. Segundo ela, o epistemicídio consiste na negação sistemática e na desvalorização dos conhecimentos produzidos pelas populações negras e indígenas, entre outros grupos historicamente excluídos (Carneiro, 2023). A importância deste conceito é que ele permite compreender os modos pelos quais a hierarquia do conhecimento afeta diretamente as

relações de poder na sociedade. Ao silenciar determinados saberes e privilegiar apenas uma perspectiva dominante, as desigualdades estruturais são reproduzidas, reforçando os estereótipos que circunscrevem as relações sociais e interpessoais.

O Brasil é marcado por profundas desigualdades históricas e o epistemicídio se manifesta de múltiplas formas. A configuração de exclusão se verifica na forma como determinados saberes são desvalorizados em relação a outros que são considerados mais “legítimos” ou “científicos”. Um exemplo disso pode ser observado no modo como são tratados os conhecimentos tradicionais das populações indígenas sobre plantas medicinais e práticas agrícolas sustentáveis. Historicamente, esses conhecimentos foram ignorados em detrimento de abordagens europeias. Como consequência, esses saberes foram subestimados durante um longo período, impedindo a elaboração de propostas sustentáveis e inclusivas, que ocasionam menos problemas socioambientais.

Carneiro (2023) também atribui ao problema do epistemicídio a baixa taxa de pesquisadores/as negros/as nas universidades e nos centros de pesquisa. Embora existam inúmeros acadêmicos/as negros/as produzindo conhecimentos relevantes, muitas vezes as vozes deles/as são ignoradas ou marginalizadas, o que contribui para a perpetuação da invisibilidade e exclusão desses grupos. Combater o epistemicídio envolve promover a diversidade de vozes e de perspectivas nos ambientes de produção do conhecimento, valorizando os saberes ancestrais e populares que retêm o conhecimento acumulado ao longo de gerações. E ainda, as distintas perspectivas podem ampliar e aperfeiçoar os saberes compreendidos como dogmáticos, inquestionáveis e imutáveis.

Outra contribuição de Carneiro é a abordagem sobre a questão das interdições e os modos como estão intrinsecamente relacionadas com a raça. As interdições são restrições impostas pela sociedade que limitam os indivíduos quanto à capacidade deles em se expressar, de alcançar os objetivos e exercer a cidadania plenamente. As interdições podem se manifestar de diversas formas, desde leis discriminatórias até estereótipos e preconceitos enraizados na cultura. Carneiro (2023, p. 14) destaca,

dentre os elementos do dispositivo de racialidade, as múltiplas interdições das pessoas negras que, além de serem assassinadas intelectualmente, são interditas enquanto seres humanos e sujeitos

morais, políticos e de direito. Com a função de produzir exclusão, as interdições – presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais – promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternação dos negros e a superioridade dos brancos.

Para a autora, as interdições estão diretamente ligadas à raça, considerando que o racismo estrutural existente na sociedade brasileira cria entraves para as pessoas negras. Desde a escravidão, os/as negros/as foram alvo de uma série de restrições que tinham como objetivo a manutenção das relações de dominação, fazendo com que os/as escravizados/as permanecessem em uma posição de subalternidade, sem oposição ou relutância. Essas restrições continuaram a existir mesmo com o fim oficial da escravidão, perpetuando limitações, estereótipos e discriminações. Observa-se essas interdições raciais, por exemplo, no acesso desigual aos espaços públicos. Isso é considerado uma interdição pois há um tratamento diferenciado para pessoas negras em determinados ambientes públicos e sociais: muitas vezes elas são tratadas como suspeitas ou indesejáveis em determinados lugares, sendo vigiadas constantemente por seguranças ou até mesmo impedidas de entrar em estabelecimentos comerciais. Essa maneira de interdição racial reforça a ideia de que alguns espaços são reservados e “apropriados” apenas para pessoas brancas.

Outra forma de interdição relacionada à raça é a segregação territorial. As pessoas negras, em sua maioria, são direcionadas para regiões periféricas, com menor infraestrutura e acesso limitado aos serviços básicos como educação, saúde e transporte. Essa segregação territorial é uma maneira de manter as desigualdades sociais, pois a população negra é privada das oportunidades e dos recursos disponíveis em áreas mais centrais valorizadas. Além disso, Carneiro (2023) ressalta as interdições invisíveis, ou seja, aquelas que se manifestam de forma sutil e muitas vezes passam despercebidas. Por exemplo, o cabelo crespo é frequentemente alvo de discriminação e de rejeição no ambiente profissional. Muitas empresas impõem padrões estéticos eurocêntricos que excluem os “cabelos afro” dos seus espaços, obrigando as pessoas negras a alisarem ou esconderem suas características naturais.

É importante compreender as intersecções entre raça, gênero e classe social na análise das interdições. Mulheres negras enfrentam uma dupla opressão: são alvo tanto do racismo quanto do machismo. Além disso, pessoas negras de baixa renda estão mais expostas às interdições sociais, pois têm menos recursos para enfrentar essas barreiras. Para combater as interdições raciais, Carneiro (2023) defende a necessidade de políticas afirmativas que garantam a inclusão e o acesso equitativo aos direitos fundamentais. Isso inclui a implementação de “cotas raciais” em instituições de ensino e nos cargos públicos, bem como a criação de programas que visem à valorização da cultura negra e ao combate ao racismo. Além disso, é fundamental que a sociedade como um todo se esforce na luta para superar as interdições raciais. É necessário questionar os estereótipos enraizados na cultura, desconstruir preconceitos e promover o respeito à diversidade. É preciso reconhecer que as interdições raciais são uma forma de violência estrutural que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas.

Ao expor a relação entre as interdições e a raça, Carneiro argumenta sobre a responsabilidade de cada um na constituição de uma sociedade mais justa. O combate às interdições raciais não é apenas uma necessidade urgente das pessoas negras, mas uma demanda coletiva em busca da igualdade e do respeito às diferenças. Conforme Carneiro (2023, p. 18-19),

a busca da compreensão histórica dos modos como se dá a negação do Outro não pode esquecer também o contexto da modernidade ocidental, no qual contraditoriamente se articulam ideia de autonomia, de secularização da vida e de afirmação do indivíduo com a escravização de africanos e indígenas e, posteriormente, com os movimentos abolicionistas e os processos de libertação dos escravos, assim como com a emergência do racismo científico, inaugurando novas formas de assujeitamento racial.

Carneiro (2023) argumenta que é necessário desconstruir esse dispositivo para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Isso implica na criação de políticas públicas que promovam a igualdade racial, bem como na educação antirracista nas escolas e universidades. Além disso, é fundamental reconhecer os privilégios e as desigualdades raciais presentes no cotidiano e combater ativamente o racismo estrutural. Neste sentido, contestar o racismo estrutural presente na sociedade atual e buscar romper com os padrões discriminatórios

torna-se necessário para que se estabeleçam espaços em que as pessoas possam se expressar livremente, almejar alcançar seus objetivos e viver com dignidade.

4.3. AS VIOLÊNCIAS SOBRE OS CORPOS

A violência é um tema recorrente na sociedade brasileira atual, permeando diversos âmbitos e marcando as subjetividades e os modos como as relações são constituídas. Mbembe (2018) utiliza a noção de “necropolítica” para analisar como algumas vidas são consideradas descartáveis pela sociedade, por meio da “administração da morte”. No contexto brasileiro, isso se evidencia na violência policial nas periferias, em que a população negra é constantemente alvo de abusos e mortes injustificadas. Acrescenta-se a isso a violência do campo exercida sobre a população indígena, principalmente nos Estados do Norte do país, em que as lideranças indígenas que defendem a terra e denunciam o garimpo ilegal, por exemplo, são agredidas e perseguidas. Muitas vezes, essa violência ocorre como forma de ameaças, podendo chegar à morte de indivíduos que comprometem a exploração ilegal dos recursos naturais.

Ao longo das últimas décadas, a sociedade brasileira tem sido confrontada com um cenário alarmante, marcado por eventos que mostram as turbulências e os desafios enfrentados pela população, que se percebe cada vez mais vulnerável e amedrontada. Diversos acontecimentos recentes expõem um cenário de constante hostilidade nos diversos níveis sociais, impactando e influenciando boa parte das relações sociais, públicas e privadas. Um exemplo dessas formas de violência foram os ataques promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em 2006, na cidade de São Paulo. A eclosão de uma “guerra urbana”, com rebeliões em presídios, agressões contra forças policiais e incêndios em ônibus mostraram o poder e a organização das facções criminosas no país. A população estava no meio desse confronto, sofrendo as consequências cotidianas dos episódios. Os ataques teriam terminado após uma reunião secreta entre os líderes do Governo do Estado de São Paulo e o chefe

do PCC, Marcola, que na época, estava preso. Após o acordo, em 48 horas os ataques cessaram⁶².

Além desses eventos, é importante ressaltar que a violência no Brasil não se restringe apenas à criminalidade convencional. Nos últimos anos, uma nova forma de violência está recebendo destaque: a violência nas redes sociais. Com a popularização das plataformas digitais, as agressões virtuais se tornaram uma triste realidade para muitos brasileiros. As redes sociais, inicialmente criadas como espaços de interação e compartilhamento de ideias, se tornaram o espaço virtual para disseminação de ódio e de preconceito. O anonimato proporcionado pela internet muitas vezes encoraja indivíduos a propagarem mensagens discriminatórias e ofensivas. As consequências dessa violência virtual são muito prejudiciais, impactando negativamente a saúde mental e emocional das vítimas, principalmente os jovens.

No Brasil, o tráfico de drogas é um dos grandes desafios com relação à violência urbana. Nos últimos anos, houve um aumento significativo no consumo e no comércio ilícito de substâncias entorpecentes. O tráfico de drogas não apenas alimenta a criminalidade violenta, mas também contribui para o colapso do sistema prisional brasileiro. Isso porque, com as modificações das legislações sobre o uso de drogas proibidas, houve um aumento na repressão contra os usuários de drogas. Em alguns casos, a penalidade para uso e tráfico era quase equivalente. Neste sentido, pode-se indicar essas modificações nas leis como um fator importante para o incremento da população carcerária no país⁶³.

Em um país no qual o medo é uma constante, conforme observou-se com Mbembe (2018; 2020), as relações interpessoais são impactadas pela desconfiança mútua e pelo receio de ser vítima da violência. Nas grandes cidades brasileiras, por exemplo, é comum observar pessoas evitando sair à noite ou frequentar locais considerados perigosos. Os crimes de ódio também são uma preocupante expressão da violência no Brasil contemporâneo. A

⁶² “Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006; entenda o caso.” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso#:~:text=As%20ruas%20da%20maior%20cidade,pol%C3%ADcia%20e%20o%20crime%20organizado>. Publicado em 12/05/2016. Acesso em 01/06/2024.

⁶³ Ver: “Lei de Drogas é a maior responsável por encarceramento em massa da população negra”. Texto de Lívia Lemos. Publicado em 20/02/2024, no site: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/lei-de-drogas-e-a-maior-responsavel-por-encarceramento-em-massa-da-populacao-negra/>

discriminação racial, de gênero, religiosa e outras formas de preconceito são sustentadas por uma sociedade ainda marcada pela desigualdade. Esses crimes repercutem amplamente na sociedade, desmantelando os valores de respeito e de tolerância que devem nortear as relações interpessoais.

Ao analisar a violência sobre o corpo na sociedade brasileira deve-se considerar os acontecimentos dos últimos anos. O ano de 2018 foi um “divisor de águas”, com a eleição de um presidente conhecido por suas declarações polêmicas e seu discurso de exaltação à violência. Neste contexto, uma crescente escalada da violência foi perceptível, tanto no discurso quanto nas práticas do governo. Abordar a violência sobre o corpo no Brasil também passa pelo estudo das políticas públicas implementadas nas últimas décadas. A falta de investimento em segurança pública aliada à ausência de uma abordagem institucional mais humanizada contribuiu para a perpetuação do ciclo de violência. Boa parte das políticas públicas de segurança e combate ao crime é voltada para as formas de punição e pelo confronto armado, ao invés de se investir em medidas preventivas e na melhoria das condições sociais e econômicas. Entretanto, pondera-se que a melhoria de alguma condição não significa acabar com o problema.

A violência sobre o corpo é um problema social com marcadores profundos, em que a biopolítica pode auxiliar na compreensão dos modos como as relações de poder ocorrem na sociedade brasileira. Essa violência tem um impacto maior na vida das pessoas mais pobres e vulneráveis, que têm os dispositivos de intervenção atuando sobre seus corpos de modo mais truculento que outros corpos, considerados “padrão” e “normais”. Quando se refere às mulheres, essa violência se expressa de diversas formas, sendo um problema persistente no Brasil. As violências ocorrem de múltiplas maneiras, seja na forma de abuso físico, agressão sexual ou manipulação emocional.

O “feminicídio” é o assassinato intencional de mulheres por serem mulheres, considerado como uma manifestação extrema de violência. Esse termo destaca que a natureza desses crimes é baseada no gênero, enfatizando que não são incidentes isolados, mas parte de um padrão mais amplo de discriminação e desigualdade. As estatísticas relacionadas ao feminicídio no Brasil são impressionantes. De acordo com dados recentes do Fórum Brasileiro

de Segurança Pública⁶⁴, foram registrados 1.314 casos de feminicídio somente em 2019. Esse número representa um aumento de 7,3% em relação ao ano anterior, ilustrando uma tendência ascendente, que causa preocupações⁶⁵.

É crucial para a sociedade brasileira reconhecer e abordar as origens mais profundas da violência contra as mulheres. Um dos principais fatores que contribuem para essa questão é a desigualdade de gênero. As normas sociais, profundamente enraizadas, perpetuam os desequilíbrios de poder entre homens e mulheres, o que pode levar a diversas formas de violência.

No Brasil, a violência policial tem se tornado cada vez mais frequente e alarmante. Os relatos de abuso de autoridade, tortura e execuções sumárias têm sido constantes nos noticiários. A população negra é uma das mais afetadas por essa forma de violência, sofrendo discriminação racial sistemática por parte das forças de segurança. Essa realidade evidencia como a biopolítica funciona de forma seletiva, afetando principalmente os mais vulneráveis. Por este motivo, quando se aborda a violência sobre o corpo relacionada à atuação policial e estatal, a realidade é ainda mais complexa e preocupante, sendo possível perceber que as políticas sobre a vida se manifestam de maneira cruel e opressiva.

O racismo se torna ainda mais evidente quando se observam as estatísticas de violência no Brasil. Segundo dados do Atlas da Violência de 2023⁶⁶, desenvolvido anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de homicídios entre as pessoas negras é maior do que entre as brancas. Entre 2011 e 2021, um total de 445.527 pessoas negras foram assassinadas no Brasil, e o risco de uma pessoa negra ser vítima de homicídio

⁶⁴ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, site oficial: www.forumseguranca.org.br.

⁶⁵ Esses dados contabilizam apenas os casos reportados. Neste sentido, é importante reconhecer que muitas ocorrências não são denunciadas devido ao medo, à vergonha ou à falta de confiança no sistema de justiça.

⁶⁶ De acordo com o site do IPEA, “anualmente, o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lança um relatório atualizando os dados de violência no Brasil. O trabalho é feito em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Como nas anteriores, busca-se retratar a violência no Brasil, principalmente, a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. São informações sobre homicídios analisadas à luz da perspectiva de gênero, raça, faixa etária, entre outras. A novidade deste ano fica por conta de dados sobre a violência contra idosos.” Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023>

aumentou de 2,6 para 2,9 vezes entre 2019 e 2021. Em 2021, ocorreram 36.922 homicídios de pessoas negras, totalizando 77,1% das vítimas de homicídios.

No caso das mulheres, os dados são mais preocupantes: em 2021, dentre os 3.858 homicídios de mulheres, 2.601 foram de mulheres negras. A taxa de homicídios dessas mulheres é significativamente mais alta do que a de mulheres não negras: a cada 100 mil habitantes, os homicídios de mulheres negras representam 4,3%, enquanto das mulheres não negras essa taxa cai para 2,4%. Esses dados expressam os aspectos estruturais do racismo que afetam diretamente essa parcela população.

Para superar essa realidade violenta, é necessário repensar as políticas públicas, desde as práticas cotidianas e diárias até os momentos de participação democrática, como a escolha dos governantes. Para se viver em uma sociedade com maior prosperidade, segurança pública e estabilidade social, econômica e política, deve-se repensar as relações que estão permeadas pela violência. Modificar essa realidade é um desafio que deve ser realizado nos mais diferentes âmbitos sociais. Por este motivo, a biopolítica enquanto forma de intervenção sobre o corpo e o comportamento da população pode auxiliar na promoção de políticas públicas que visem ao combate direto das formas de violência as quais a sociedade brasileira está cotidianamente exposta.

4.4. AS VIDAS SOB UMA BIO-NECROPOLÍTICA NO BRASIL

No Brasil, a discussão sobre a biopolítica enquanto formas de conduzir o comportamento da população, por meio do controle do corpo, possui uma dimensão ainda mais complexa ao se considerar o contexto de problemas sociais e econômicos, bem como o racismo e a violência que marcam e circunscrevem a sociedade. A política tem sido marcada por desigualdades sociais, considerando que o país possui uma história de exclusão, de exploração e de opressão que se reflete na forma como o Estado lida com os seus cidadãos.

A biopolítica se manifesta por meio da gestão da vida e da morte da população brasileira, incidindo mais fortemente sobre os indivíduos mais vulneráveis. O controle dos corpos nos espaços urbanos, a falta de acesso à

saúde pública adequada e as altas taxas de violência são apenas alguns exemplos dessa realidade. A biopolítica tem o racismo estrutural como uma questão central ao se analisar a sociedade brasileira. O racismo não é apenas um problema individual, mas é também um sistema de opressão que incide, com maior ênfase, sobre a vida das pessoas negras nas mais diversas esferas sociais. Em consequência, essa parcela da população está mais exposta à violência, à pobreza e à falta de acesso aos direitos básicos.

A relação entre biopolítica e racismo se manifesta de forma explícita no sistema prisional brasileiro, em que a população carcerária é majoritariamente composta por pessoas negras e pobres (Carneiro, 2023). A falta de políticas públicas efetivas para combater a desigualdade social acaba por alimentar um ciclo, em que a pobreza leva ao crime e o crime leva à prisão. É uma forma de controle da vida da população, que se perpetua pela violência institucionalizada.

Outro aspecto importante a ser considerado é a violência policial, em que as forças de segurança pública têm sido responsáveis por inúmeras violações dos direitos humanos na sociedade brasileira, especialmente nas periferias das grandes cidades. Jovens negros são mortos diariamente em confrontos com a polícia, muitas vezes de forma arbitrária e sem justificativa plausível. Em alguns casos, só estão no lugar errado e na hora errada. Segundo o Atlas da Violência 2020, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2008 e 2018, houve um aumento de 11,5% nos homicídios de pessoas negras com idade entre 15 e 29 anos. Esse número contrasta com a diminuição de homicídios entre jovens brancos no mesmo período. A brutalidade policial explicita a necropolítica, na qual o Estado administra a morte pelo terror (Mbembe, 2018; 2020).

É necessário reconhecer que o Brasil é um país marcado por profundas contradições sociais e históricas. O racismo estrutural presente na sociedade amplifica essa realidade, fazendo com que os problemas sociais sejam ainda mais intensificados. Desde a época da escravidão até os dias atuais, pessoas negras têm sido alvo de discriminação, preconceito e violência por conta da sua cor de pele (Souza, 2021). O racismo e a violência são elementos centrais dessa realidade, que perpetua as desigualdades sociais e nega o direito à vida digna para muitos brasileiros. Ele coloca determinados corpos em uma posição de

maior vulnerabilidade diante da violência. Além da violência física, esses corpos também são alvos de violência simbólica e institucional.

O estigma social sobre os indivíduos pobres e negros muitas vezes os impede de terem acesso a oportunidades educacionais e profissionais, restringindo suas possibilidades de ascensão social. Esse ciclo vicioso perpetua a desigualdade e a marginalização dessas comunidades. Outro aspecto preocupante é o impacto psicológico causado pela violência sobre o corpo. A constante exposição aos episódios de violência afeta diretamente a saúde mental dessas pessoas, gerando traumas e transtornos que muitas vezes passam despercebidos pela sociedade. É necessário repensar as políticas públicas existentes visando a formação de uma sociedade que busque valores de equidade e justiça social.

Combater o racismo em todas as suas formas se tornou necessário para buscar a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos direitos básicos. Desse modo, pode ser possível romper com as formas de atuação dos dispositivos bio-necropolíticos no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a biopolítica e suas múltiplas relações com a vida cotidiana dos indivíduos. Partindo do pensamento de Foucault, na segunda seção, intitulada *Os campos de intervenções das biopolíticas*, as diferentes perspectivas e definições sobre o termo biopolítica abordadas por ele foram apresentadas. Essa exposição não foi realizada por meio da constituição histórica do conceito, mas através dos problemas que decorrem dos sistemas de poder que operam sobre os indivíduos. Nesse contexto, a análise sobre os “problemas biopolíticos” foi mais proveitosa para a investigação do objeto de estudo. Isso porque, inicialmente, o aporte teórico inicial deste estudo foi baseado nas concepções de Foucault.

A questão do “problema” enquanto forma de análise foi o “fio condutor” deste estudo: quais *problemas* a biopolítica visa resolver? Quais *problemas* a biopolítica acarreta? Como se formam os *problemas* biopolíticos?

Após apresentar o biopoder e a origem da biopolítica, foi realizada a análise dos quatro campos de intervenção da biopolítica. Esses campos não foram identificados por Foucault, mas o resultado da análise sobre o pensamento biopolítico do autor, por meio dos cursos e obras abordados. Neste sentido, salienta-se a contribuição inicial desta tese, ao indicar/expor essas quatro áreas de intervenção.

A primeira delas é a intervenção sobre a medicina social e a saúde pública. Neste campo, os dispositivos biopolíticos centram-se na gestão da vida da população com base na produção de saber sobre os indivíduos. A medicina social surge enquanto resposta aos problemas de saúde pública, que estavam causando muitos transtornos e não podiam mais ser ignorados pelo Estado. Foucault mostrou que esses problemas foram encarados com diferentes estratégias, dependendo da localidade. Isso porque cada cidade possui demandas específicas com relação à saúde pública. Entretanto, o que configura os dispositivos biopolíticos não são as especificidades regionais/locais, mas a utilização de estratégias de intervenção governamental agindo diretamente na vida da população, visando a condução do comportamento da população. Além disso, esses dispositivos são dispostos de acordo com a relação entre economia

e política, ou seja, considerando o impacto que esses problemas de saúde pública ocasionam na economia. Cuida-se da saúde da população apenas na medida necessária para se evitar perdas econômicas e interrupção da jornada de trabalho.

O segundo campo de intervenção identificado está relacionado à formação das cidades, à arquitetura urbana e à segurança do território. Sob este aspecto, os dispositivos biopolíticos são elaborados a partir da população enquanto um problema que precisa ser gerenciado a partir da cidade. Em outras palavras, o planejamento dos espaços urbanos é uma forma de intervenção biopolítica sobre a população. Isso porque existem áreas das cidades em que a circulação e o trânsito, por exemplo, são organizados a partir das relações de poder que se estabelecem em uma territorialidade. Com isso, existem zonas em que não é permitido que alguns grupos sociais possam circular. Os mecanismos de segurança atuam visando a organização e o controle do território. Mbembe mostra como essa relação com a segurança do território é hostil em diversas cidades nas quais os índices de violência são altos.

A terceira área de intervenção biopolítica refere-se à economia e a política, visando o governo da população sob a ótica do mercado. Foucault mostrou o vínculo estreito entre economia e política, delineando as formas como há uma dupla afetação de uma sobre a outra. A biopolítica, nesse caso, tem seus dispositivos orientados pela lógica dos cálculos de investimento sobre a vida. Além disso, as formas de trabalho organizam a ordem social, pois controlam boa parte da gestão dos indivíduos. A relação com o trabalho e com as jornadas para cumprir o expediente incidem sobre o cotidiano dos indivíduos, colocando as questões econômicas no cerne das decisões tanto dos indivíduos sobre suas vidas, quanto do governo sobre a população. Nesta perspectiva, Foucault apontou o uso da “racionalidade empresarial” nas considerações e deliberações. É importante salientar que a liberdade que se pode exercer sobre si e sobre a vida está limitada a uma gama de possibilidades, que é distinta para cada indivíduo. Isso significa que nem todas as oportunidades estão disponíveis para todos os indivíduos da mesma forma. Foucault argumentou que a noção de governamentalidade se aplicava melhor às análises econômicas, principalmente para o século XX. Em tempos de “monetização”, a retomada da biopolítica pode suscitar e mostrar importantes entraves da atualidade.

O quarto campo de intervenção mapeado trata do corpo, da raça e da violência, sendo este o mais complexo para a pesquisa, bem como o enfoque da tese. Foucault afirmou que o biopoder tem como base o controle do corpo. A partir da disciplina sobre o corpo, é possível o desenvolvimento das biopolíticas. Neste sentido, nas práticas sociais, os dispositivos agem sobre o corpo para controlar o comportamento. Assim, ainda que a biopolítica seja compreendida como “ações de governo sobre a vida da população”, é no corpo que ela manifesta sua forma prática.

Como o corpo é a base da biopolítica, em consequência, a raça ocupa uma dimensão importante na formação dos dispositivos de poder. Foucault coloca a raça como característica fundamental para o biopoder e, em consequência, também para a biopolítica. A raça se inscreve no corpo, ainda que as definições passem por outras características, como territorialidade, língua e costumes. Não foi âmbito desta tese problematizar as raças, a existência ou a genealogia das raças (ou das suas lutas), mas observar a relevância deste marcador na elaboração dos dispositivos biopolíticos. Tal como exposto na seção 4, Carneiro (2023) indica o dispositivo de racialidade como uma forma de exercício de poder basilar na sociedade brasileira.

A relação com a violência foi abordada por Foucault com base nas relações entre os grupos opostos que ocupam o mesmo território. Neste viés, ele indicou que a reativação do discurso da guerra (no século XVII) colocou a raça em evidência para a divisão e hierarquização social. A violência que é exercida sobre os corpos tem como objetivo a manutenção da paz e, com isso, é usada conforme essa justificativa. A guerra, então, ocorre dentro do território. Esse ponto foi analisado na seção 3, a partir do pensamento de Mbembe. O objetivo foi compreender como, no cenário de produção de saberes latino-americanos, o pensamento de Foucault tem sido discutido e analisado. Com este movimento, busca-se localizar o pensamento foucaultiano no âmbito das Teorias Críticas da América Latina.

Assim, na seção 3, intitulada *Discussões biopolíticas: decolonialidade e necropoder*, aprofundou-se a discussão sobre biopolítica, a partir da relação com a colonialidade. Este aspecto da biopolítica não foi tratado por Foucault com atenção, considerando que ele apenas mencionou a relação da Europa com a colonização e os dispositivos de biopoder. Contudo, essa relação é emblemática

e de importância primordial quando se pretende analisar sociedades como o Brasil, por exemplo, que foi colonizado. Por este motivo, o paralelo entre o pensamento de Mbembe e o de Castro-Gómez teve como objetivo analisar as diferentes formas de exercício de poder apresentadas pelos autores. Com isso, observou-se que as biopolíticas instituem diferentes modos de governar a partir da decolonialidade e do necropoder.

As contribuições de Mbembe sobre o necropoder e a necropolítica são importantes considerando que ele (1) realizou críticas relevantes à Foucault e sobre o biopoder e (2) embora o pensamento dele esteja contextualizado no que chamamos de “filosofia africana”, sua base crítica e argumentativa apresenta indubitáveis contribuições às perspectivas críticas e decoloniais que estão sendo realizadas na América Latina.

A abordagem dos estudos decoloniais iniciou com a apresentação do pensamento de Quijano, que tem como elemento relevante a introdução de uma nova perspectiva sobre a relação entre Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD). Para esse autor, a decolonização inicia a partir das relações com o conhecimento do colonizado, ao se reconhecer a existência de novas metodologias e as distintas formas de produção de saberes. A articulação do pensamento de Quijano com Foucault é realizada por Castro-Gómez em alguns de seus textos.

Quando Castro-Gómez e Mbembe estabelecem uma relação entre a Modernidade europeia e a colonização, eles mostram que a “Modernidade” só foi possível devido ao modelo de colonização aplicado na África e na América Latina. Os autores identificaram as limitações do pensamento de Foucault, expondo um certo eurocentrismo na perspectiva do autor sobre a Modernidade. Entretanto, o modo como as biopolíticas se desenvolvem nos locais fora da Europa é perpassado pelo marco da colonialidade.

Por meio do conceito de “necropoder”, Mbembe mostrou que o poder colonial ultrapassa o “fazer viver” e o “deixar morrer”, colocando a administração da morte como uma ferramenta central do exercício de poder. Nessa mesma perspectiva, Castro-Gómez mostrou como a colonialidade molda a produção de saberes na América Latina, destacando a necessidade de descolonizar o conhecimento para que as identidades locais dos povos possam se reconstruir e se fortalecer. Ele destaca que as análises sob o viés da

colonialidade/decolonialidade devem ser realizadas por meio dos sistemas heterárquicos de poder, que funcionam em rede/cadeia (diferente dos sistemas hierárquicos de poder). O pensador colombiano também expôs que o racismo está estreitamente relacionado com as cadeias de poder que fundamentam a elaboração das biopolíticas. O autor sublinha que as relações de consumo circunscrevem os diferentes modos de vida, que são “vendidos como mercadorias”.

A análise do capitalismo sob o viés do racismo mostrou que a raça é um marcador biopolítico fundamental, pois está na base dos dispositivos de poder. Ao abordar as relações de inimizade, Mbembe (2018, 2020) argumenta que a constituição do inimigo é o que fundamenta o direito de matar. Em decorrência, a separação primeira entre aqueles que merecem o “fazer viver” daqueles que serão “deixados para morrer” é realizada pela raça. Em outras palavras, o racismo caracteriza o “direito de matar”.

Para Castro-Gómez, Foucault não tem como foco principal o racismo “em si”, nem mesmo a relação dele com o colonialismo. Essa lacuna é fundamental para se compreender os limites do pensamento foucaultiano ao analisar as sociedades latino-americanas. Isso porque, primeiramente, o racismo exercido nas colônias é diferente do racismo europeu na Europa. Isso reverberou de modos distintos nessas sociedades, pois na América Latina, o racismo tem sido permeado pelos traços do colonialismo que perduram até a atualidade.

As relações de inimizade, analisadas por Mbembe, também auxiliam para a compreensão da relação entre o território e as práticas necropolíticas. Isso porque é no território, ou seja, dentro dos limites do Estado, que as lutas são travadas. As guerras internas ocorrem por meio de conflitos entre o grupo do “nós X eles”. Em decorrência, as necropolíticas tratam da administração da morte dentro do território, “em nome da segurança” de uma parte da população, aquela que merece viver.

Neste sentido, essas sociedades vivem sob o medo e o terror constante, pois os indivíduos nunca têm certeza se estão no grupo dos que merecem viver, dos que serão deixados para morrer ou dos que serão mortos pelo direito de matar. Estar (ou não) em cada grupo depende das circunstâncias nas quais o indivíduo se encontra quando um conflito eclode ou uma abordagem policial é realizada. Para que a segurança da população seja efetiva, o território é

fragmentado, facilitando o controle. Desse modo, a fragmentação causa uma hierarquização com base na raça e que tem a violência exercida sobre esses corpos legitimada na própria hierarquização. O terror é, então, uma característica intrínseca ao poder de ocupação que ocorre nas sociedades marcadas pela colonização.

Assim, a análise do conceito de biopolítica parte da experiência do colonialismo e do racismo. As contribuições dos autores apresentados problematizam o viés eurocêntrico da Modernidade. A proposta de uma leitura decolonial considera os aspectos específicos de cada sociedade. Outro elemento importante destacado pelos autores é a relação entre a morte e a violência racial. Como Foucault não ofereceu uma teorização aprofundada dessa relação, a questão torna-se necessária para análises decoloniais.

Sob esse viés de problematização, na seção 4, intitulada *Problemas biopolíticos no Brasil: corpo, raça e violência*, a biopolítica foi discutida a partir do contexto da sociedade brasileira, aprofundando as discussões sobre corpo, raça e violência. Destaca-se a importância da análise dos conceitos por meio da relação com os problemas filosóficos aos quais estão vinculados. Neste sentido, a biopolítica é verificada a partir dos problemas decorrentes das intervenções sobre o corpo, que são marcados pela raça. Além disso, analisamos as violências sofridas pelos corpos racializados.

Nesta perspectiva, mostra-se como o conceito funciona na análise filosófica, expondo que a utilização da biopolítica pode ser realizada de duas maneiras. Primeiro, como uma ferramenta teórica de análise das sociedades, pois estabelece os critérios e as circunstâncias relevantes nas análises. Em outras palavras, a biopolítica circunscreve metodologicamente as pesquisas. Isso porque, por meio das características elencadas na seção 2, pode-se verificar que ela orienta a análise ajudando a identificar as biopolíticas existentes, funcionando como uma “chave de leitura”, em especial, por mostrar de que maneira ocorrem as relações de poder. A segunda forma de “utilização” da biopolítica é que ela também é uma ferramenta prática, ou seja, é um modo de elaboração de ações políticas, pois define uma determinada configuração para a elaboração dos dispositivos de poder. Dessa forma, a biopolítica é teórica e prática ao mesmo tempo, funcionando como método de análise e como sistema de constituição de políticas e de ações de governo.

Uma das “lacunas” deixadas por Foucault identificadas nessa pesquisa foi a ausência de uma definição de biopolítica com os termos ajustados para análises em sociedades ex-colônias, como as dos continentes africano e americano. Foucault não se preocupou em realizar definições conceituais, mas mostrar como o termo operava como viés de análise. Neste sentido, a pesquisa privilegiou analisar como a biopolítica, enquanto método, funcionava para o (e no) cenário brasileiro. Com base no pensamento, principalmente de Almeida e Carneiro, pode-se observar as limitações do pensamento foucaultiano e os tópicos nos quais as análises sobre poder e biopolítica precisam avançar e se aprofundar.

A contribuição de Almeida ocorre no sentido de expor como o racismo está inserido na nossa sociedade, em todos os níveis sociais. Desse modo, ele distingue os diferentes tipos de racismo (individual, institucional e estrutural). Dialogando com Almeida, a perspectiva fornecida por Carneiro sobre o dispositivo da racialidade auxilia no aprofundamento da análise sobre a relação entre racismo e violência. A autora mostrou que se constituiu uma certa “normalidade” em “aceitar” a violência sobre as pessoas negras, causando menor impacto nos indivíduos do que a violência exercida sobre pessoas brancas. Além disso, ela enfatiza a urgência em se buscar soluções para a violência, especialmente a sofrida por mulheres, que cresce a cada ano.

Pode-se observar que a biopolítica fornece instrumentos de análise crítica e de problematização ao se considerar as especificidades de cada contexto. É fundamental que as biopolíticas sejam elaboradas visando a participação democrática da população, envolvendo diferentes grupos sociais, buscando possibilitar a diversidade de perspectivas. Além disso, torna-se necessário que cada pessoa, individualmente, comprometa-se com a formação de uma sociedade com menos violência, maior tolerância e respeito à diversidade de corpos e à pluralidade das formas de viver.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Ramon Luis de Santana. Apontamentos para pensar o uso dos estudos foucaultianos, mediados pelas teorias pós-coloniais: ferramentas para problematizar o entendimento da diversidade no Brasil. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 20 a 23 de agosto, São Luiz, 2013

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRANCO, Guilherme Castelo. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/formação**, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001.

_____. Economia Política e Biopolítica. **Kalagatos**: Revista de Filosofia, v. 15, n. 1, p. 71-79, 2018.

BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Edgardo. *Biopolítica: de la soberanía al gobierno*. **Revista latinoamericana de filosofía**, v. 34, n. 2, p. 187-205, 2008.

_____. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Introdução a Foucault**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CORSI, Francisco. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

DIDIER, Eribon. **Michel Foucault**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIAS, André Brayner. Vilém Flusser: pós-história e biopolítica. **Aurora**, v. 27, n. 42, p. 917-937, 2015.

_____. A biopolítica do corpo que dorme. **Kalagatos**: Revista de Filosofia, v. 14, n. 2, p. 109-120, 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In: Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Orgs.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Ditos e Escritos V**: Ética, sexualidade, política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Loucura**: na Idade Clássica. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 23ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013a.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. **Ditos e Escritos X**: Filosofia, Diagnóstico do presente e Verdade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. **Do Governo dos Vivos**: Curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014b.

_____. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org.). 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

DE FREITAS, Felipe Sampaio; DE BARROS, Roberto de Almeida Pereira. Notas sobre biopolítica: organicismo e politicismo antecedentes a Michel Foucault. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 12, n. 1, p. 109-122, 2019.

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência?. **Educar em Revista**, n. 66, p. 77-94, 2017.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta Terra, 2007.

_____. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

_____. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Bruna. **Michel Foucault**: a produção de “verdades” sobre o corpo na Modernidade. Orientadora: Sônia Maria Schio. 2020. 110f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LÓPEZ, Daniel Garcia. Prólogo: Estado de derecho, capitalismo y biopolítica. In: BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica**: un mapa conceptual. 1ª ed. Melusina, 2016, p. 11-31.

MESSIAS, Clayton Roberto; DA SILVEIRA, Carlos Roberto. Teorias Críticas Latino-Americanas: leitores e leituras decoloniais de Foucault. **Horizontes**, v. 37, e019030, 2019.

MORAES, Elias Nazaré; CHAVES, Ernani Pinheiro. Biopolítica: os paradoxos de controlar e matar. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 12, n. 1, p. 65-75, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020.

RAFFIN, Marcelo. La noción de política en la filosofía de Michel Foucault. **Hermenéutica intercultural**: Revista de Filosofía, n. 29, p. 29-59, 2018b.

_____. La política como resistencia en Michel Foucault. **Aurora**, v. 30, n. 50, p. 450-465, 2018c.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e Descolonização**, v. 3, p. 3-12, 2019.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

RUIZ, Castor Bartolomé. Paradoxos do biopoder: a redução da vida humana a mera vida natural. **Filosofia Unisinos**, v. 8 n. 3, p. 263-275, set/dez, 2007.

_____. Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Porto Alegre: Unisinos, n. 386, 2012.

_____. Poder, violência e biopolítica. Diálogos (in) devidos entre H. Arendt e M. Foucault. **Veritas** (Porto Alegre), v. 59, n. 1, p. 10-37, 2014.

SILVA, Mozart Linhares. Miscigenação e biopolítica no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Biopolítica, normalización y educación. **Pedagogía y saberes**, n. 38, p. 83.91-83.91, 2013.

_____. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 31, n. 2, p. 31-49, 2014.